

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

MILENA DA TRINDADE GOMES

**DESINTERESSE DE APRENDER: UM ESTUDO COM OS JOVENS DO
ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE CONTENDAS DO SINCORÁ – BAHIA**

Assunção – Paraguai
2019

MILENA DA TRINDADE GOMES

**DESINTERESSE DE APRENDER: UM ESTUDO COM OS JOVENS DO
ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE CONTENDAS DO SINCORÁ – BAHIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Postgrado da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Antunes Moreira

**Assunção – Paraguai
2019**

MILENA DA TRINDADE GOMES

**DESINTERESSE DE APRENDER: UM ESTUDO COM OS JOVENS DO
ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE CONTENDAS DO SINCORÁ – BAHIA.**

Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade Interamericana de Ciências Sociais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Aprovada em ____ de _____ de ____.

Profa. Dra. Maria Aparecida Antunes Moreira (Orientadora)
Universidade Evangélica do Paraguai - UEP

Membro da Banca

Membro da Banca

Membro da Banca

Dedico este estudo aos meus queridos alunos, pois são eles que me estimulam a buscar o conhecimento e tentar ser uma profissional melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua infinita bondade, pela sabedoria, força e coragem concedidos a mim. Agradeço a Ele por estar presente em todos os momentos da minha vida e possibilitar a realização deste sonho.

Aos meus pais, Francisco e Diva, por todo cuidado, carinho e dedicação.

Aos meus irmãos, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando e acreditando em mim.

Ao meu esposo, Alberto Mendes Tito, pelo amparo, carinho, paciência, incentivos e por estar sempre ao meu lado compartilhando todos os momentos.

À minha filha, Amanda Gomes Tito, que, mesmo sendo tão pequena, é uma grande incentivadora para a busca de novos caminhos e perspectivas.

Ao meu cunhado, Petronilio Mendes Tito, pela paciência, companheirismo e incentivo nesses dois anos de curso.

À professora orientadora, Maria Aparecida Antunes Moreira, por seu apoio, incentivo e orientação, que tornaram possível a conclusão desta dissertação.

Agradeço, ainda, aos professores da escola na qual foi realizada a pesquisa e aos alunos que colaboraram para a efetivação dos objetivos deste trabalho.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para realização deste trabalho e desejam o meu sucesso.

*Procuro uma escola interessada, interessada
em ser, no presente interessante.*
(Snydes)

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar o desinteresse dos jovens em aprender os conteúdos curriculares propostos para o Ensino Médio do município de Contendas do Sincorá – Bahia. Para a efetivação deste trabalho, amparamo-nos em uma abordagem quali-quantitativa, portanto, esta possui um caráter exploratório e descritivo. Trata-se de um estudo de caso, com o instrumento de coleta de dados, utilizamos dois questionários, os quais foram respondidos por 209 (duzentos e nove) alunos, 11 (onze) professores e 1 (um) diretor. Após, a análise dos dados ficou evidente alguns fatores que interferem no interesse dos estudantes em aprender: a falta de estrutura física e tecnológica foi apontada enquanto fator desmotivante para o estudo, uma vez que impossibilita criar novas oportunidades aos discentes e torna as aulas desinteressantes. A desvalorização e carga horária de trabalho excessiva de alguns professores também foram apontadas, pois estes empecilhos dificultam o empenho desses profissionais, tornando-o insuficiente para incentivar os educandos a estudar. Além destes, a falta de apoio familiar para que os jovens consigam perceber a relevância dos estudos, a falta de um projeto de vida a ser alcançado e o fato de não possuírem o hábito de estudar para aprender são apontados por essa pesquisa também como aspectos que desanimam os discentes a se interessarem pelos estudos. Esses fatores indicam a necessidade em pensar sobre alternativas eficientes que promovam a vontade e aprendizagem do educando.

Palavras-Chave: Ensino Médio. Desinteresse. Discentes.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar la falta de interés de los jóvenes en aprender los contenidos curriculares propuesto para el Escuela Secundaria del municipio de Contendas do Sincorá - Bahía. Para la efectividad de la tesis adoptamos un enfoque cualitativo y cuantitativo, por lo tanto, tiene un carácter exploratorio y descriptivo. Es un estudio de caso, con el instrumento de recolección de datos, utilizamos dos cuestionarios, las cuales fueron respondidas por 209 alumnos, 11 docentes y 1 director. Después de analizar los datos, algunos factores que interfieren con el interés de los estudiantes en el aprendizaje fueron evidentes: la falta de estructura física y tecnológica fue señalada como un factor de desmotivación para el estudio, ya que hace imposible crear nuevas oportunidades para los estudiantes y hace que las clases sean poco interesantes. También se señaló la devaluación y la carga de trabajo de horas extraordinarias de algunos maestros, debido a que estos obstáculos dificultan el compromiso de estos profesionales, es insuficiente para alentar a los alumnos a estudiar. Además de esto, la falta de incentivos familiares para que los jóvenes se den cuenta de la relevancia de los estudios, la falta de un proyecto de vida que se pueda lograr, y el hecho de que no tienen la costumbre de estudiar para aprender también se señala en esta investigación como aspectos que desalientan a los estudiantes a interesarse en los estudios. Estos factores indican la necesidad de pensar en alternativas eficientes que promuevan la voluntad y el aprendizaje del estudiante.

Palavras-Chave: Escuela Secundaria. Estudiantes. Desinteresado

ABSTRACT

This study aims to analyze the lack of interest of young people in learning the curricular contents proposed for the high school of the municipality of Contendas do Sincorá - Bahia. For the effectiveness of the dissertation, we chose a qualitative and quantitative approach; therefore, it has an exploratory and descriptive character. For that so, it is a case study, and we use as an instrument the data collection and two questionnaires, which were answered by two hundred and nine (209) students, eleven (11) teachers and one (1) principal. After analyzing the data, some factors that interfere on students' interest in learning were evident: the lack of physical and technological structure was pointed out as a demotivating factor for the learning process, since it makes it impossible to create new opportunities for students and it makes classes uninteresting. The devaluation and overtime workload of some teachers was also pointed out, because these obstacles difficult the commitment of these professionals, making it insufficient to encourage students to study. In addition to these, the lack of family incentive for young people to realize the relevance of studies, the lack of a life project to be achieved, and the fact that they do not have the habit of studying to learn are also pointed out by this research as aspects that discourage students from becoming interested in the learning process. These factors indicate the need to think about efficient alternatives that promote the student's will and learning.

Keywords: High school. Disinterest. Students.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Foto da cidade de Contendas do Sincorá – BA

Figura 2: Foto do Rio Sincorá

Figura 3: Foto da Floresta Nacional Contendas do Sincorá na época da seca

Figura 4: Foto da Floresta Nacional Contendas do Sincorá na época das chuvas

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1: Faixa etária dos alunos matriculados no Colégio Estadual, ano letivo 2018.
- Gráfico 2: Identificação do gênero dos discente matriculados no Colégio Estadual, ano letivo de 2018.
- Gráfico 3: Série do Ensino Médio, a qual os discentes estavam cursando no Colégio Estadual, ano letivo 2018.
- Gráfico 4: Divisão dos discentes por turno.
- Gráfico 5: Grau de instrução dos pais dos discentes.
- Gráfico 6: Grau de instrução das mães dos discentes.
- Gráfico 7: Discente em dupla jornada: estudam e trabalham.
- Gráfico 8: Jornada de trabalho dos discentes.
- Gráfico 9: O alunos possuem computador?
- Gráfico 10: O aluno com acesso à Internet?
- Gráfico 11: Gosta de ler?
- Gráfico 12: Quantidade de livros lidos pelos alunos durante o ano.
- Gráfico 13: Em sua opinião, para que serve a escola?
- Gráfico 14: Você distrai-se facilmente em sala de aula?
- Gráfico 15: De que maneira você acredita ser mais eficaz o aprendizado:
- Gráfico 16: Quando você estuda os conteúdos trabalhados na escola?
- Gráfico 17: Quantas horas você costuma estudar?
- Gráfico 18: Considerando todos os aspectos descritos até agora, você se considera motivado a ir à escola?
- Gráfico 19: Qual aspecto te deixa mais interessado?
- Gráfico 20: Em sua opinião, qual fator contribui para o desinteresse escolar dos discentes de sua escola?
- Gráfico 21: O que pretende fazer após terminar o Ensino Médio?
- Gráfico 22: Autoavaliação da relação escolar entre discentes:
- Gráfico 23: Avaliação discente para com a relação escolar entre discentes e docentes:
- Gráfico 24: Avaliação discente para as aulas ministradas:
- Gráfico 25: Avaliação do acompanhamento familiar de seu desempenho discente:
- Gráfico 26: Leciona a disciplina correspondente a sua formação?
- Gráfico 27- Você cumpre toda a sua jornada de trabalho?
- Gráfico 28: Estrutura física da escola.

Gráfico 29: Qual estratégia reduziria o desinteresse escolar dos alunos no Ensino Médio?

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS – *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (em português SIDA: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

DOE – Diário Oficial do Estado

FAC – Faculdade Arquidiocesana de Curvelo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político-Pedagógico

Reda – Regime Especial de Direito Administrativo

SN – Sistema Nervoso

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Tema	2
1.2 Título	2
1.3 Problema	2
1.4 Problematização	3
1.5 Justificativa	3
1.6 Objetivos	3
1.6.1 Geral	4
1.6.2 Específicos	4
2 MARCO TEÓRICO	5
2.1 Breve histórico da Educação no Brasil	5
2.1.1 Constituição do Ensino Médio	9
2.1.2 As duas faces do Ensino Médio	13
2.2 Juventude e Ensino Médio	26
2.2.1 Os jovens	30
2.2.2 Os jovens e a família	35
2.2.3 Os jovens e a sociedade	38
2.2.4 Os jovens e a escola	40
2.3 Processo de aprendizagem	45
2.3.1 Escola e aprendizagem	52
3 MARCO METODOLÓGICO	56
3.1 Delimitação do campo de atuação e da pesquisa	59
3.2 Local da pesquisa	61
3.2.1 A escola	64
3.3 Universo da pesquisa	65
3.4 Mecanismo para a coleta	66
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	68
4.1 Características dos discentes pesquisados	68
4.2 Avaliação da relação entre discentes e o conhecimento	85
4.3 Avaliação discente quanto a Unidade Escolar	96
4.4 Levantamento de dados sobre algumas características dos docentes da Unidade Escolar pesquisada	102

4.5 Avaliação dos docentes sobre alguns aspectos, os quais podem contribuir para o desinteresse escolar dos alunos da escola pesquisada	108
5 CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICES	117

1 INTRODUÇÃO

O cotidiano escolar tem sido marcado pelo desinteresse dos alunos em aprender, principalmente os conteúdos abordados nas disciplinas que fazem parte do currículo do Ensino Médio. Com isso, a escola tem encontrado dificuldade em cumprir seu papel social de educar os jovens que dela fazem parte, no intuito de promover a eles aprendizagem e desenvolvimento cognitivo.

O Ensino Médio é a última etapa da educação básica e tem como objetivo preparar o discente para o desenvolvimento profissional, o ensino superior e sua formação integral enquanto indivíduo. Essa modalidade de ensino é constituída por um leque de disciplinas que contemplam as quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Essas áreas do conhecimento, em consonância com um suporte pedagógico e com uma estrutura física e tecnológica adequadas, devem proporcionar aos alunos a sua formação básica para que, assim, consigam sucesso na opção de carreira desejada.

Deste modo, o aluno tem a oportunidade de aprender as diversas áreas do conhecimento e escolher o curso técnico ou superior que mais se identifique. Mesmo não desejando continuar os estudos, espera-se que o estudante tenha formação básica suficiente para conseguir um emprego digno após a conclusão desta etapa do ensino.

Sendo constituída desta maneira, a educação básica e principalmente o Ensino Médio têm enfrentado dificuldades quanto à preparação de seus educandos, pois estes costumam estar desinteressados pela aprendizagem escolar. Notamos isso quando observamos o elevado quantitativo de alunos que fazem a avaliação final ou são reprovados e ainda há os desistentes.

Sabemos que as escolas públicas brasileiras têm encontrado obstáculos quanto à oferta e manutenção de suporte pedagógico e infraestrutura de qualidade, porém, mesmo diante destas dificuldades, percebemos em alguns alunos a persistência, não se deixam desanimar e conseguem sucesso em seu percurso no Ensino Médio.

Pensando nos alunos desistentes, nos que fazem a avaliação final, nos reprovados e nos que chegam a repetir até três anos da mesma série, decidimos investigar a seguinte questão: quais os principais fatores e quais colaboram para o desinteresse escolar dos alunos do Ensino Médio de Contendas do Sincorá - Bahia?

Para responder à questão central, norteadora deste trabalho, organizamos esta dissertação em cinco seções, sendo esta, a introdução, a primeira delas. A seção dois é o marco metodológico, dividido em três tópicos, nos quais fazemos um breve histórico do Ensino Médio, abordamos a realidade das escolas brasileiras e destacamos os desafios encontrados ao se fazer cumprir o que está previsto na lei, quando se trata de oferecer uma educação acessível e de qualidade a todos.

Em seguida, apresentamos as características da juventude, a qual frequenta a escola pública brasileira, e sua relação com a família e a sociedade.

O terceiro tópico é uma reflexão sobre as formas que a aprendizagem acontece, como esta vem sendo conduzida pela escola e a sua relação com a evolução do educando.

Na terceira seção, definimos a metodologia utilizada na pesquisa. Em seguida, apresentamos a análise dos resultados e discussões feitas durante a pesquisa. E, por fim, na quinta seção são apresentadas as considerações finais.

1.1 Tema

Desinteresse escolar

1.2 Título

Desinteresse de aprender: um estudo com os Jovens do Ensino Médio do município de Contendas do Sincorá – Bahia.

1.3 Problema

Uma das principais funções da escola é proporcionar ao educando um ambiente promovedor do aprendizado para seu desenvolvimento. No entanto, tem-se percebido a existência de um alto quantitativo de estudantes que não conseguem progredir e necessitam fazer avaliação final, desistem durante o ano letivo ou repetem a mesma série por até três anos seguidos.

Diante disto, surgiu a inquietação de refletir e pesquisar sobre: quais os principais fatores contribuem para o desinteresse escolar dos alunos do Ensino Médio de Contendas do Sincorá - Bahia?

1.4 Problematização

A escola tem conseguido atender às expectativas dos jovens para o Ensino Médio? Os jovens que estão na escola possuem um projeto de vida definido? Quais os fatores de desinteresse dos jovens em estudar? A família destes jovens os estimula a estudar?

1.5 Justificativa

O ser humano, devido ao seu desenvolvimento cognitivo, tem a capacidade de aprender ao longo de sua vida, e esse processo acontece por meio da sua interação com o ambiente, como aponta Guerra (2011) ao afirmar que “os comportamentos que adquirimos ao longo de nossas vidas resultam do que chamamos de aprendizagem ou aprendizado.” (GUERRA, 2011, p. 1)

Assim, quanto mais rico de experiências for o ambiente em que as pessoas vivem, mais possibilidades elas têm de aprender. Porém, além de estar inserido em um contexto de oportunidades de aprendizagem, o indivíduo precisa ser motivado a se expor às novidades.

Nesse processo de motivação, a atenção tem um papel importante, pois, por meio dela o conhecimento é internalizado pelo indivíduo. Não é possível entender, muito menos aprender, algo que não tenha sido motivo de atenção.

Assim sendo, as pessoas dedicam suas atenções e são motivadas a aprender sobre o que lhes despertam interesse, o que lhes fazem sentido, e, dessa forma, modificam as suas vidas. Ao pensarmos na escola como um ambiente favorecedor da aprendizagem, decidimos investigar quais os principais fatores que contribuem para o desinteresse escolar dos alunos do Ensino Médio de Contendas do Sincorá-BA.

O desinteresse dos alunos em aprender é notável quando observamos o rendimento escolar, em que muitos não alcançam a média mínima da escola, faltam às aulas excessivamente ou desistem de estudar.

Além disso, esta falta de interesse pelos estudos tem comprometido o desempenho dos estudantes, o que, conseqüentemente, terá impacto em suas vidas, no mercado de trabalho e no contexto sócioeconômico do país.

1.6 Objetivos:

1.6.1 Geral

Investigar os fatores que contribuem para o desinteresse escolar dos alunos do Ensino Médio de Contendas do Sincorá-Bahia.

1.6.2 Específicos

- Caracterizar o Ensino Médio;
- Apresentar as principais características sobre a juventude que frequenta o Ensino Médio;
- Investigar o desinteresse dos estudantes pelo processo de aprendizagem;
- Analisar a relação entre desinteresse de aprender e desempenho escolar.

2 MARCO TEÓRICO

Neste capítulo, apresentaremos um breve histórico da educação no Brasil, assim como examinaremos as resoluções legais e as propostas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, equiparando-as, sempre que possível, com a realidade do Ensino Médio.

Ao analisarmos a realidade das escolas brasileiras, destacaremos os desafios encontrados ao se fazer cumprir o que está previsto na lei, quando se trata de oferecer uma educação acessível a todos e de qualidade.

2.1 Breve Histórico da Educação no Brasil

Para compreendermos a realidade e os desafios educacionais existentes no Brasil atualmente, é preciso conhecer o contexto no qual foi tecido o sistema escolar desde a sua implantação no Período Colonial.

O Ensino Médio foi constituído no Brasil ainda no período colonial pelos jesuítas, ficando sob sua responsabilidade do século XVI ao século XVIII. Os jesuítas trouxeram ao Brasil a moral, os costumes, a religiosidade e os métodos pedagógicos europeus. De acordo com Romanelli (1999),

Foi a família patriarcal que favoreceu, pela natural receptividade, a importância de formas de pensamento e idéias dominantes na cultura medieval européia, feita através da obra dos Jesuítas. Afinal, ao branco colonizador, além de tudo, se impunha distinguir-se, por sua origem européia, da população nativa, negra e mestiça, então existente. A classe dominante, detentora do poder político econômico, tinha de ser também detentora dos bens culturais importados (ROMANELLI, 1999, p. 33).

Nesse período, a educação tinha uma estrutura planejada e ligada ao catolicismo, o sistema educacional tinha o objetivo de cristianizar os índios que aqui viviam, com o intuito de obter mais fiéis para a igreja.

A educação não era oferecida apenas aos índios, os Jesuítas também formavam e educavam os filhos dos colonizadores, a diferença era que os indígenas recebiam uma educação de ler e escrever e os filhos dos colonizadores ler, escrever e instruir.

Assim sendo, esteve presente neste modelo de educação um amplo mecanismo de reprodução social, pois somente tinha acesso ao sistema educacional secundário uma

minoria pertencente à elite local, esta se preparava para o ingresso nas universidades. Segundo Romanelli (1999):

A obra de catequese, que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar, em importância, à educação da elite. E foi com esta característica que ela se firmou durante o período em que estiveram presentes no Brasil os seus membros e também com essa mesma característica que ela sobreviveu à própria expulsão dos Jesuítas, ocorrida no século XVIII. Dela estava excluído o povo e foi graças a ela que o Brasil se “tornou, por muito tempo, um país da Europa”, com os olhos voltados para fora, impregnado de uma cultura intelectual transplantada, alienada e alienante. Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classes, com as características que tão bem distinguem a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano (ROMANELLI, 1999, p.35)

A metodologia usada pelos Jesuítas valorizava a disciplina e a memorização, favorecendo o ensino de componentes voltados à ética religiosa. A educação era estruturada e deu conta de atender com sucesso os objetivos da Igreja Católica.

Este modelo de ensino perpetuou-se por mais de 200 anos, tendo fim em 1759, quando os jesuítas foram expulsos da colônia pelo rei de Portugal. Isso se deu em função das diferenças de objetivos do modelo de educação oferecido pelos religiosos com os interesses da corte.

Ao retirarem os Jesuítas do território brasileiro, a educação sofreu um desajuste. Não havia mais um modelo de educação. A educação até então era monopólio da igreja e esse monopólio é transferido para as mãos do Estado. A educação se torna de interesse público, é uma educação estatal, cabe ao estado pensar, organizar e estruturar o sistema educacional.

Um modelo educacional demorou a ser regulado e as tentativas de organização não chegaram nem próximo da educação oferecida pelos jesuítas. Criaram as aulas régias, as quais eram ministradas pelos “formados nos seminários dirigidos pelos Jesuítas, eles foram os naturais continuadores de sua ação pedagógica” (ROMANELLI, 1999, p. 36).

Esses professores possuíam cargos vitalícios, os quais eram em quantidade limitada em decorrência da moderada disponibilidade de recursos financeiros, destinados a educação na colônia portuguesa. Romanelli (1999, p. 36) afirma que

Inúmeras foram as dificuldades daí decorrentes para o sistema educacional. Da expulsão até as primeiras províncias para a substituição dos educadores e do sistema jesuítico transcorreu um

lapso de 13 anos. Com a expulsão, desmantelou-se toda uma estrutura administrativa de ensino. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para o outro, a graduação, foram substituídas pela diversificação das disciplinas isoladas. Leigos começaram a ser introduzidos no ensino e o Estado assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação (ROMANELLI, 1999, p.36).

Surge no Brasil, durante o Período Imperial, a primeira Constituição Federal em 1824, que organizava e dividia a responsabilidade quanto à oferta do ensino, ficando o ensino primário e secundário, que hoje é o Ensino Médio, sob os cuidados das províncias, e o ensino superior, da União.

Nesse período há uma carência de professores e por isso utiliza-se do método Lancaster, o qual aproveita os alunos mais desenvolvidos para servir de auxílio ou para substituir o professor. Cria-se também o imposto, um subsídio literário para pagamento do professor.

Mesmo com essas mudanças no ensino brasileiro, a educação continuava sendo seletiva e elitista e seu principal objetivo sempre foi a preparação da classe dominante para ingressar no ensino superior fora do país ou nos cursos que estavam sendo criados no Brasil no início do século XIX. Desta forma, a educação pública não era gratuita nem obrigatória, portanto o índice de analfabetos era muito alto, passando de 60%.

Os anos que seguiram após a Proclamação da República, em 1889, foram marcados por uma aspiração a modernização que vai atingir a educação. “Nesse período no sistema de ensino do Brasil pré-industrial não havia sido instituída a dualidade entre ensino e trabalho” (NOSELLA, 2002 apud BREMER; KUENZER, 2012, p.3).

Essa dualidade acontece a partir de 1930, com o fortalecimento da indústria nacional, quando a educação passa a oferecer o ensino profissional, com o objetivo de formar recursos humanos para dar conta dos processos produtivos.

Surge então a consolidação da ideia de uma educação para todos. Uma proposta de educação “democrática e superadora dos interesses de classe, uma vez que objetivava educar todos os indivíduos, independente de sua classe social, até onde suas aptidões naturais permitissem” (BREMER; KUENZER, 2012, p.3).

O sistema educacional brasileiro sofreu grandes transformações com a revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas. Uma das principais mudanças foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, comandado pelo ministro Francisco Campo. Até então, a educação era de responsabilidade do departamento nacional de ensino,

ligado ao ministério da justiça, já que não existia, no Brasil, um órgão do governo responsável exclusivamente pela educação.

Após a criação do ministério da educação, foi instituído em 1931 o Decreto nº 19.890, que teve como complemento o Decreto/Lei nº 4.244 de abril de 1942, o qual criou a Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Segundo este decreto, o ensino primário era compreendido por quatro anos, já o ensino secundário possuía duração de sete anos, dos quais quatro anos compreendiam o ginásio e os outros três o colegial. Para ter acesso a esse grau de ensino, o ginásio, o aluno deveria ser aprovado em um exame de admissão.

Nesse período há uma substituição da concepção de educação tradicional leiga por uma educação nova, a chamada Escola Nova. Trazida ao Brasil por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e outros intelectuais, e divulgada como Manifesto dos Pioneiros, esse movimento renovou o ensino brasileiro, pois seus adeptos defendiam a escola única.

[...] escola única, que superaria a dualidade escolar pela integração da escola profissional ao sistema regular de ensino, que passaria a ser articulada à formação secundária. Tendo por base os princípios da laicidade, obrigatoriedade, gratuidade e co-educação tal proposta não considerava as diferenças de origem econômica. Neste sentido, todos deveriam ter direito, dos 7 aos 15 anos, à mesma educação básica ofertada por uma escola única, oficial e pública, que considerasse suas aptidões individuais e biológicas (BREMER; KUENZER, 2012 p. 4).

Em 1961, é promulgada a primeira Lei de diretrizes e Bases da Educação, de nº 4.024/1961. Essa lei trouxe mudanças significativas para a educação e uma delas foi o reconhecimento e a “integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos” (KUENZER, 2007, p. 29).

Com a lei nº 5.692/71, a estrutura de ensino foi alterada, o ginásio e o primário foram unificados, dando origem ao primeiro grau com oito anos de duração e o colegial passou a ser o segundo grau e tornou-se obrigatoriamente profissionalizante.

Para Kuenzer (1997), a segunda LDB, lei nº 5.692/71, trazia três objetivos para o Ensino Médio:

- a: contenção da demanda de estudantes secundaristas ao ensino superior, o que havia marcado fortemente a organização estudantil no final da década de 1960;
- b: despolitização do ensino secundário por meio de um currículo tecnicista;

c: preparação da força de trabalho qualificada para atender às demandas do desenvolvimento econômico que se anunciava com o crescimento obtido no ‘tempo do milagre’ onde o Brasil era incluído no primeiro mundo. Essas demandas eram marcadas pelo surgimento de empresas de grande e médio porte com organização taylorista/fordista, produção em massa de produtos homogêneos, grandes plantas industriais, economia de escala, utilização de tecnologia intensiva de capital com base rígida, eletromecânica (KUENZER, 1997, p.17).

Algumas transformações importantes aconteceram na educação a partir da Constituição Federal de 1988. A educação passa a ser um direito de todos e dever do Estado e da família, e o acesso ao ensino passa a ser obrigatório e gratuito. De acordo como art. 205 da Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 129).

Foi estabelecido um Plano Nacional de Educação, o qual tem o objetivo de aumentar o nível de escolaridade da população, democratizar o espaço escolar e melhorar a qualidade do ensino.

A Constituição Federal garante o direito à educação e a LDB 9394/96 reafirma esse direito. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo em regime de colaboração as responsabilidades, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Com a nova lei a educação passou a se constituir em dois níveis, a educação básica, que é dividida em três etapas: a infantil, a fundamental e a média, e a educação superior, esta que é facultativa.

2.1.1. Constituição do Ensino Médio

Tratado como ensino secundário no Período Colonial, e de colegial a partir do decreto de 1942, como segundo grau a partir da LDB de 1971, essa etapa de ensino, a qual compreende os últimos anos da educação básica, há uma mudança em sua nomenclatura para Ensino Médio, e a partir da LDB de 1996, consegue avanços significativos com relação ao acesso e a sua estrutura a partir dessa data.

Como supracitado o ensino médio compreende a última etapa do ensino básico, e um de seus objetivos é a preparação dos alunos para uma nova fase da vida escolar, o

ensino superior. O funcionamento do ensino médio é baseado na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE).

Para Krawczyk (2011, p.754), “a inclusão do ensino médio no âmbito da educação básica e o seu caráter progressivamente obrigatório demonstram o reconhecimento da importância política e social que ele possui”.

Quanto aos princípios e fins da educação nacional a LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 em seu artigo 2º reafirma o art. 205 da Constituição Federal, como citado acima, quando estabelece que:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p. 1).

A partir desse momento, a educação passa a ter três grandes objetivos: pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Logo, nota-se aqui uma tentativa de integração da dualidade entre ensino voltado para preparação do aluno, para o ingresso no ensino superior ou para inserção no mercado de trabalho.

Neste sentido, a educação escolar é considerada um bem público, o qual deve propiciar a cidadania e o seu exercício consciente, e também a qualificação para o mundo do trabalho.

Outro ponto importante destacado nesse artigo da LDB é a responsabilidade quanto ao dever da educação, a qual é obrigação do estado e também da família. A família é muito importante na formação e desenvolvimento do indivíduo, de modo que é dela a responsabilidade de passar para seus membros a base, constituída pelos princípios e valores necessários para o convívio em sociedade. A aprendizagem e o desenvolvimento do indivíduo começam antes da educação formal. Por isso, a educação formal/intelectual deve ser um complemento da educação familiar.

Nessa perspectiva, é muito relevante a participação da família no desenvolvimento dos alunos. A família deve acompanhar de perto o desempenho de seus membros familiares durante o período de escolarização, pois o sucesso ou insucesso do sujeito no processo de ensino aprendizagem está diretamente ligado a esse apoio familiar ao educando.

Além do acompanhamento da família é muito importante também a interação entre família e escola, para o aprendizado do indivíduo. Uma vez que, o aluno chega à escola com os princípios de convivência, motivado a aprender e seu desempenho sendo acompanhado de perto pelos seus familiares é dever da escola promover ações, as quais favoreçam o desenvolvimento desses educandos.

Além de determinar a educação como dever do estado e da família a LDB (lei nº 9.394/96), no intuito de promover uma educação cidadã, igualitária e de qualidade, estabelece em seu art. 3º que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade;
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1996, p. 1).

Assim sendo, todos têm o direito de ingressar na escola, sem distinção de qualquer natureza ou condição social, não podendo ser impedida a permanência de quem teve acesso. A garantia de permanência significa que, não se pode excluir do contexto escolar nenhum estudante.

A liberdade de aprender, o pluralismo de ideias, a gratuidade do ensino público, a gestão democrática e a garantia de padrão de qualidade são alguns dos princípios presentes nesse artigo da LDB e com ela a educação ganha um novo rumo.

A partir dela não só a elite tem acesso à educação, mas todos os cidadãos brasileiros, não somente tem direito a acesso, como passa a ser obrigatório a todos os indivíduos em idade escolar estarem matriculados e frequentando a escola, e esta deve ser plural, democrática e de qualidade.

Na tentativa de não existir mais distinção de quem deve frequentar a escola, se tem condições ou não, o artigo 4º a LDB (lei nº 9.394/96) garante a gratuidade e a obrigatoriedade do Ensino Médio:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio (BRASIL, 1996, p. 2).

Fica determinado, a partir da LDB (lei nº 9.394/96), que é dever do estado se encarregar de oferecer o ensino médio gratuito:

Art. 10º. Os estados incumbir-se-ão de:

VI- assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio (BRASIL, 1996, p. 4).

Outro avanço importante com a LDB (lei nº 9.394/96) é quanto gestão democrática:

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, p. 6).

A Gestão Democrática requer participação social, ou seja, a comunidade escolar é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola.

Nesse sentido, Luck(2009), explica o valor da gestão escolar democrática como meio de conseguir oferecer aos alunos uma educação de qualidade.

O mesmo se assenta no pressuposto de que a educação é um processo social colaborativo que demanda a participação de todos da comunidade interna da escola, assim dos pais e da sociedade em geral. Dessa participação conjunta e organizada é que resulta a qualidade do ensino para todos, princípio da democratização da educação. Portanto, a gestão democrática é proposta como condição de: i) aproximação entre escola, pais e comunidade na promoção de educação de qualidade; ii) de estabelecimento de ambiente escolar aberto e participativo, em que os alunos possam experimentar os princípios da cidadania, seguindo o exemplo dos adultos (LUCK, 2009, p.70).

Além da gestão democrática há outras determinações para ensino médio no Brasil. Ele deve ser oferecido em um período mínimo de três anos, com carga horária mínima de 800 horas a cada ano, distribuído em 200 dias letivos. Terá como finalidade segundo o art. 35 da LDB(lei nº 9.394/96):

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, p. 12).

O conteúdo curricular também é definido pela LDB (lei nº 9.394/96), e deve ser determinado por uma base nacional comum e por uma parte diversificada que é definida em cada sistema de ensino. As disciplinas, as quais devem ser oferecidas de acordo a base nacional comum são: língua portuguesa, matemática, biologia, química, física, geografia, história, sociologia, filosofia, arte, educação física e uma língua estrangeira moderna.

Em relação aos docentes, os quais atuam no Ensino Médio, o artigo 62 da LDB (lei nº 9.394/96) estabelece que, estes profissionais devam ter nível superior em curso de licenciatura plena. Não se conseguiu ainda cumprir essa determinação por completo, pois apesar de ser em número bem menor, ainda é possível encontrar alguns professores atuando no ensino médio, e não possuem graduação ou possuem graduação, mas, não é licenciatura.

Aos alunos, os quais não conseguiram ter acesso ou continuidade ao Ensino Médio em idade apropriada a LDB (lei nº 9.394/96) propõe a educação de jovens e adultos, que pode acontecer de duas formas em cursos presenciais ou os exames. Segundo o artigo 37º.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996, p.13).

Portanto, percebemos que a constituição do ensino médio, a qual regulamenta a formação do indivíduo, no sentido de desenvolver funções previstas pela sociedade, está em descompasso com o processo de aprendizagem do estudante devido a sua realidade, o ensino médio apresenta-se em ambivalência.

2.1.2 As duas faces do Ensino Médio

A educação desde seu início esteve marcada pela desigualdade por ter caráter elitista, pela falta de estrutura e profissional adequado devido ao pouco investimento financeiro destinado a educação em comparação a sua demanda, e pela dualidade quanto a sua finalidade de preparar o aluno para ingressar no ensino superior ou para inserir no mercado de trabalho.

Nesse sentido, o entendimento de como foi traçada a história do ensino brasileiro se faz necessário, para compreendermos a educação básica, a qual temos atualmente.

A atual realidade da educação básica brasileira necessita de muitas mudanças, não necessariamente no plano legal, o maior impasse ao desenvolvimento social brasileiro não se encontra na elaboração, e sim, na aplicação das leis existentes.

Como vimos anteriormente às leis são inspiradas nos princípios de liberdade e solidariedade humana, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho. E para tal, determina uma educação igualitária, acessível a todos, de qualidade, democrática e que valoriza os seus profissionais.

Muitas conquistas já foram realizadas no âmbito educacional, mas ainda existe muito para ser feito, para se conseguir elevar os níveis educacionais brasileiros, a fim de conseguir ao menos aproximar do previsto nas leis existentes.

No Brasil, temos um sistema de leis e diretrizes avançado, mas a inaplicabilidade destas leis e diretrizes não permite que o sistema educacional seja de qualidade e ampla. O acesso à escola não garantiu uma significativa melhora em termos de aprendizagem e desenvolvimento do povo brasileiro.

Diante do impasse entre a legislação, e a constatação da realidade das escolas brasileira temos muitos desafios a serem superados, para melhorar a qualidade da educação. E são esses desafios, os quais abordaremos a partir de agora.

A partir de 1990, ocorre no Brasil o aumento das matrículas do Ensino Médio, e acontece por dois motivos, segundo Krawczyk:

[...] seja pela demanda provocada pelo contexto econômico mais amplo (reordenamento internacional) ou de cada sujeito (empregabilidade), seja pela demanda resultante das políticas de priorização do ensino fundamental, o ensino médio vem se expandindo (KRAWCZYK, 2011, p. 752).

No entanto, mesmo com os índices de aumento do número de jovens, os quais acessam o Ensino Médio, também é grande o número da evasão escolar por parte destes.

Isso porque a ampliação do acesso ao Ensino Médio não se deu de forma planejada, o que ocorreu foi à apropriação dos espaços desocupados do Ensino Fundamental, as escolas não tinham estrutura adequada para atender essa nova demanda e os professores não estavam preparados para lidar com esse novo público.

Além de não ter uma estrutura adequada para atender as expectativas dos adolescentes, a evasão escolar nessa modalidade de ensino acontece porque os jovens acabam se desinteressando dos estudos, pelas dificuldades encontradas no processo de aprendizagem e também porque para a maioria o acesso a universidade é uma realidade distante, e a entrada e promoção no mercado de trabalho são muito difíceis de ser efetivado.

Tudo isso, faz com que o Ensino médio não tenha uma identidade definida, como afirma Krawczyk (2011), “fala-se da perda da identidade, quando na verdade o ensino médio nunca teve uma identidade muito clara, que não fosse o trampolim para a universidade ou a formação profissional” (KRAWCZYK, 2011, p. 755).

Diante dessa dicotomia são realizadas algumas ações no plano das políticas educacionais para o ensino médio, tais como reformular o currículo para atender a LDB e fortalecer a educação profissional de nível técnico.

Como vimos anteriormente a LDB define os objetivos da educação, que é o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Kuenzer (2006) afirma que a educação

[...] em seu conceito mais amplo, admitindo que ela supera os limites da educação escolar, ocorrendo no interior das relações sociais e produtivas; reconhece, pois, as dimensões pedagógicas do conjunto dos processos que se desenvolvem em todos os aspectos da vida social e produtiva. Esta concepção incorpora a categoria trabalho, reconhecendo a sua dimensão educativa, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade da educação escolar vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (GRABOWSKI ; KEUNZER, 2006, p.2-3).

Neste sentido, a relação entre educação e trabalho deve ser vista como elemento principal na busca de uma educação integral, entre formação para o trabalho e formação para o mundo social. Sendo assim, a educação integral deve formar o ser humano em todas as suas dimensões.

Deste modo, Ciavatta (2005) define a formação integral:

A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação do pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado,

escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social (CIAVATTA, 2005, p. 2).

A formação integral acontece quando se consegue conceber o homem em sua totalidade, quando a educação vai além de ensinar o aluno a técnica e o manejo das ferramentas. Para Ciavatta (2005), a formação integral deve ser concebida

[...] como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p. 2-3).

Pensar em uma educação integral (ou formação politécnica, ou ainda formação tecnológica) é considerar um modo de ensinar que supere a ambivalência entre a formação profissional e a formação intelectual.

Para Ciavatta (2008), “o conceito apresenta-se através de uma variedade de termos que pretendem expressar a integração, a ideia tem uma historicidade que pode ser apreendida sem grandes esforços” (2008, p. 3).

Quando se trata de educar para o trabalho, historicamente no Brasil esse tipo de educação sempre foi destinado às classes menos favorecidas. Mesmo nos dias atuais quando o termo usado é qualificação profissional, o objetivo é ensinar uma profissão aos mais pobres, no intuito de formar uma classe trabalhadora que tenha conhecimento das técnicas do mercado.

O Ensino Médio também deve ser uma preparação para o ingresso no Ensino Superior. Muitas vezes, o trabalho intelectual fica para a classe dos mais favorecidos, já que estes não têm pressa por uma profissionalização para ingressar no mercado de trabalho, podem esperar por um diploma superior, não precisam se ocupar em contribuir com o sustento doméstico.

Portanto, é evidente que o Ensino Médio precisa de propostas pedagógicas de acordo com as necessidades e os projetos de vida dos jovens, para que eles valorizem a escola e se sintam motivados a concluir seus estudos na educação básica.

A educação é vital quando se pretende promover o pleno desenvolvimento humano. E por isso o seu acesso é o meio necessário para conseguir atingir o seu principal objetivo que é o aprendizado.

No entanto, além da questão da identidade do Ensino Médio, são desafios enfrentados pela escola, apesar de serem garantidos por lei, o acesso, a permanência e o a qualidade na educação.

Em se tratando do acesso o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece como uma de suas metas estruturantes a garantindo direito à educação básica com qualidade:

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (BRASIL, 2014, p.10).

Segundo a meta 3 do Plano Nacional de Educação, todos os jovens, com a faixa etária citada acima, deveriam estar na escola, mas não é o que acontece na realidade. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2,5 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estão fora da escola, destes, 1,6 milhão e seiscentos mil são adolescentes, com idades entre 15 a 17 anos, os quais não frequentam as aulas, idade considerada adequada para o Ensino Médio.

Partimos do entendimento de que exclusão escolar é quando o jovem não frequenta a escola ou pode abandoná-la e não concluir a educação básica na idade adequada, também pode significar o não apropriar-se das competências e habilidades necessárias para seguir seus estudos ou ingressar-se no mercado de trabalho.

Muitos jovens têm acesso à escola, mas infelizmente, grande parte destes abandonam a sala de aula antes de concluir a educação básica, e isso muitas vezes se deve ao baixo desempenho, o desinteresse dos conteúdos oferecidos pela escola, a sua localização, a falta de apoio e incentivo familiar, a discriminação ou ambiente escolar negativo, violência na escola ou em seu entorno, por não conseguir conciliar o trabalho e a escola, falta de estrutura física da escola e a repetência.

A repetência além de ser um dos fatores que contribui para a evasão escolar, está diretamente relacionada com a distorção idade-série, e são realidades, as quais fazem parte do cotidiano escolar, principalmente no Ensino Fundamental, este retém uma parcela dos estudantes, os quais deveriam estar cursando o Ensino Médio.

Assim sendo, o ensino médio brasileiro não tem conseguido ser atrativo aos jovens que dele fazem parte, no intuito de promover a aprendizagem necessária para serem capazes de concluir a primeira etapa da educação básica na idade devida e prosseguir os estudos no Ensino Médio.

Alguns fatores explicam esse episódio, tais como a carência de infra-estrutura das escolas, deficiência de uma proposta pedagógica motivadora, a falta de valorização dos professores, trabalho precoce, falta de maior investimento financeiro e a cultura que não valoriza muito os estudos no país.

Desta forma, a reprovação se tornou um dos principais problemas da educação no nosso país. Isso acontece, porque a repetência é considerada um recurso pedagógico importante, essencial ao aprendizado.

Segundo Romão (2003), a reprovação não deveria fazer parte dos resultados escolares:

Está comprovado que a tendência de um aluno reprovado uma vez é ser reprovado mais vezes; o que nega, in limine, a eficácia da reprovação como instrumento de “recuperação da aprendizagem”. Aliás esta expressão é ambígua. “Recuperar” algo significa resgatar o que se perdeu. O que perdeu o aluno? Nada perdeu, se ainda não “ganhou” o conhecimento que se pretendia que ele alcançasse. A insistência na “recuperação” dos mesmos conteúdos e objetivos, com o aluno que não conseguiu aprender no “tempo normal” da turma, atribui a ele a perda de algo que ainda não possuía. Em nosso sistema escolar usa-se também corriqueiramente a expressão “recuperação do aluno”. A expressão está carregada de uma conotação pedagogicamente negativa, pois evoca que o “perdido” é o aluno e ele necessita ser “recuperado”. Ora, as pessoas aprendem, quaisquer que sejam as razões, em ritmos diferenciados (ROMÃO, 2003, p.44).

Diante do exposto, percebemos que estamos lidando com um espaço pedagógico marcado pelo conflito entre qualidade e quantidade. Aprovar os alunos com carências educacionais não resolve o problema, mas precisamos estar atentos a quantidade de alunos reprovados, pois esses números demonstram falhas no sistema educacional.

No fundo, a “recuperação” nada mais seria do que o processo de aprendizagem de alunos cujo ritmo – não importando quais fatores intervieram nas dificuldades iniciais – é circunstancial ou estruturalmente mais lento (ROMÃO, 2003, p.44).

A escola precisa ser um lugar que promove a aprendizagem, e para isso deve considerar o tempo, as habilidades e a forma de cada criança aprender. Ela deve buscar meio de fazer com que a relação ensino-aprendizagem seja eficaz, motivadora e prazerosa.

A exclusão de alunos do sistema educacional, seja pela reprovação ou por qualquer outro motivo, não contribui para a formação do cidadão, pois, a escola está inserida na sociedade e um de seus papéis além de transmitir o conhecimento é preparar o indivíduo para ocupar um lugar na sociedade.

Silva (2004) afirma que:

Na verdade, o sistema educacional tem sido um lugar de produzir excluídos, pessoas que vão perdendo sua auto-estima e sua crença na capacidade de aprender; ou seja; a escola em vez de ensinar a aprender tem feito o contrário, ensina a aprender a não aprender. [...] Uma escola distante dos anseios e das necessidades das comunidades, principalmente as de periferias. Escola que se torna lugar dos conteúdos fragmentados, das provas, notas, evasão, repetência e analfabetismo funcional (SILVA, 2004, p.28).

Para cumprir o previsto na legislação, o Brasil, ainda tem muito que fazer para conseguir universalizar o Ensino Médio. E para isso é preciso garantir o acesso ao sistema educacional a todos, os quais desejam fazer parte dele, conter o abandono escolar, criando condições para o aluno concluir a educação básica, oferecendo ensino de qualidade.

Alem de ampliar o acesso ao Ensino Médio, é preciso pensar em como os jovens que estão na escola, nela permaneçam, e siga a progressão pelas séries adquirindo os conhecimentos necessários, se desenvolvendo de forma satisfatória e não abandone a escola antes de concluir a educação básica.

Ferreira (2002), enfatiza que:

Lutamos hoje para erradicar da escola o fracasso evidente, como a evasão e a reprovação e nos descuidamos do subjacente fracasso daqueles que, ao concluírem seus estudos, sentem-se incapazes, desqualificados, ao se depararem com uma sociedade dinâmica, mutável, diferente da realidade vivenciada na escola (FERREIRA, 2002, p.19).

Estamos falando em oferecer uma educação de qualidade, pois somente ampliando o acesso não é possível garantir aos jovens competências e habilidades necessárias para se inserir na sociedade.

O modelo de educação ofertado pelas escolas públicas de educação básica ainda é uma preocupação de muitos, os quais estão ligados a essa área, pois visam alcançar uma educação de qualidade, e esta atenda anseios da juventude e assim, proporcione ao educando uma formação digna e cidadã, esta não tem sido uma missão fácil de ser alcançada.

As políticas públicas direcionadas para a educação devem garantir além da universalização da educação básica, também a sua qualidade seja mantida no cenário nacional. Assim, a questão central posta em observação é quanto à qualidade da educação vivenciada no cotidiano escolar. Para Dourado, Oliveira e Santos:

[...]faz-se necessário implementar políticas públicas e, entre essas, políticas sociais ou programas compensatórios que possam colaborar efetivamente no enfrentamento dos problemas socioeconomicoculturais que adentram a escola pública (DOURADO, 2007, p. 15).

Políticas públicas educacionais dizem respeito a tudo que um governo faz ou não em relação à Educação. Para se alcançar uma educação de qualidade é necessária implantar uma política pública eficaz, a qual envolva todos os sujeitos da educação com a participação dos políticos, dos gestores, dos professores, dos pais, dos alunos e de toda a comunidade dos arredores da escola.

A educação oferecida nas escolas tem muita relevância na formação do sujeito, pois essa educação proporcionará ou não ao educando experiências que, o leve a assumir uma postura crítica e reflexiva diante da sociedade.

Para ter acesso a uma educação de qualidade não basta estar na escola, é preciso condições apropriadas para seu público adquirir conhecimentos, habilidades e competências necessárias ao seu desenvolvimento. E as condições referidas vão além da estrutura física da escola, é também a ampliação de recursos nas diversas áreas da educação, criando um conjunto de ações que proporcione o desenvolvimento integral do indivíduo.

Além de investimentos financeiros necessários é preciso também o envolvimento dos sujeitos com a educação, e estes sejam ativos no processo de transformação e melhoria das ações pedagógicas, as quais acontecem na escola. Dourado; Oliveira; Santos afirmam que:.

Para que a qualidade da educação seja alcançada, a Cepal aponta ainda que é necessário dotar as escolas com suporte tecnológico que permita transmitir aos educandos novas habilidades na aquisição de informações e conhecimento, imprimir maior força e dinamismo aos programas curriculares e à capacitação docente, aumentar as jornadas escolares e dotar as escolas da infra-estrutura necessária(DOURADO, 2007, p. 12).

Nesse sentido, falar de educação de qualidade é considerar a entrada na escola pelo estudante, e este terá a possibilidade de se desenvolver, por meio de um ambiente rico de alternativas que possibilite o seu aprendizado

Precisamos estar atentos, pois nem sempre esse aprendizado e desenvolvimento dos sujeitos que estão na escola acontece de forma satisfatória, atribuímos a isso aos fatores citados anteriormente sobre os altos índices de repetência, de evasão escolar e

ainda jovens, os quais conseguem terminar o Ensino Médio, mas não estão preparados para ocupar seu espaço em uma sociedade tão dinâmica e competitiva.

Cury (2010), aborda a falta de qualidade na educação e atribui a ela os seguintes fatores:

[...] falta de escolas, é a falta de vagas nas escolas, são as barreiras excludentes da desigualdade social inclusive legais como era o caso dos exames admissão, a discriminação que desigualava o ensino profissional, os limites do ensino não gratuito e a descontinuidade administrativa. A não qualidade se expressou e ainda está presente nas repetências sucessivas redundando nas reprovações seguidas do desencanto, da evasão e abandono (CURY, 2010, p. 21-22).

Além da carência e da falta de vagas nas escolas, outros fatores influenciam na deficiência da qualidade da educação tais como: a precariedade da estrutura física das escolas, as salas de aulas cheias, a desvalorização do professor e a sua carga horária em excesso.

Em relação à estrutura física das escolas de Ensino Médio, muitas não possuem biblioteca ou sala de leitura, não possuem quadra de esportes ou possui e não é coberta, o que dificulta a sua utilização durante o dia. Faltam ainda laboratórios de ciências, algumas escolas até tem, mas não possui professor com formação para manusear dos materiais, faltam também laboratórios de informática, há muitas sucatas de computadores por não ter manutenção adequada.

A estrutura física da escola é de fundamental importância como apoio pedagógico aos professores, ela serve de suporte para as aulas serem ministradas de forma produtiva e inovadora. E, por isso, vemos a necessidade de viabilizar o funcionamento de pelo menos os padrões mínimos das estruturas de todas as escolas públicas.

Elevar os níveis das estruturas físicas das escolas contribui para uma visão mais ampla a respeito da universalização do ensino. Não se trata apenas de garantir aos jovens as oportunidades de uma escolarização, é preciso garantir a aprendizagem. Por isso se faz necessário o bom funcionamento dos elementos que compõe a escola: a gestão, o currículo, os recursos humanos e pedagógicos, as instalações e os equipamentos.

Quando falamos em instalações físicas estamos nos referindo ao ambiente físico escolar, este é constituído pelo espaço educativo, pela mobília e pelo equipamento escolar. A falta de infra-estrutura, a falta de recursos financeiros e a utilização de

instalações inapropriadas dos espaços escolares são problemas existentes em muitas escolas públicas brasileiras.

Além das instalações físicas, o uso de equipamentos tecnológicos na educação auxilia o professor no intuito de tornar as suas aulas mais estimulantes e diferenciadas. A juventude que faz parte da escola está inserida ou deveria estar em um mundo tecnológico.

A estrutura física e tecnológica é de grande relevância para o ensino aprendido, pois quanto mais rico de experiências for o cotidiano escolar, melhor será o rendimento intelectual e social do aluno.

Nesse contexto, a escola pode ou não contribuir no processo de desenvolvimento e na situação de desigualdade social econômica do país, pois quando oferece a seus alunos melhores condições de aprendizagem, a escola está permitindo que esse indivíduo seja capaz de se inserir na sociedade em igual condição daqueles familiarizado ao acesso as tecnologias.

Além da precária estrutura física e tecnológica da escola, as salas de aulas cheias é também um dos fatores que prejudicam a qualidade da educação. A quantidade de alunos na sala de aula interfere muito no trabalho do professor e conseqüentemente, no desempenho dos alunos.

Em uma sala de aula heterogênea com alunos de origem e condições sociais muito diferentes, o professor não terá condições de atender a todos em suas necessidades específicas. Assim, aqueles estudantes com maior grau de dificuldade de aprendizagem são prejudicados, pois o domínio de habilidades de cada aluno pode variar e precisa ser considerado.

Além do professor não ter condições de acompanhar mais de perto o desenvolvimento do aluno, a superlotação das salas de aulas colabora para a indisciplina, esta afeta diretamente a qualidade das aulas.

Quando falamos em educação de qualidade, não podemos deixar de destacar a importância do papel do professor no processo ensino/aprendizagem. Não cabe mais, no mundo em que vivemos as práticas educativas, nas quais o professor é o centro do processo e detentor de todo o conhecimento, e seu papel é transmitir esse conhecimento a seus alunos.

No contexto atual da educação, o professor deve se ocupar da formação do educando no processo de ensino/aprendizagem, e a sua prática educativa será voltada para a produção do conhecimento deste educando.

Nesse sentido, o educador não pode ser um simples transmissor de informações, não basta saber o conteúdo de sua disciplina. É preciso estratégias metodológicas para a interação dos conteúdos ministrados com os de outras disciplinas, e relacionar o que se aprende na escola com a prática social.

Conhecer a turma e seus alunos também deve ser uma característica do bom educador, pois isso, contribuirá para elaboração de aulas mais adequadas ao nível e aos interesses de seus educandos.

O artigo 13º da LDB dispõe das funções do professor:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 2016, p.6).

Sendo assim, é função do professor ser ativo no processo de aprendizagem do aluno, participar da elaboração da proposta pedagógica, planejar o seu trabalho, buscar meios de recuperar os alunos com menor desempenho e participar das atividades da escola em conjunto com a família e a comunidade.

O professor é o profissional da educação que tem contato direto com os estudantes, e por isso, ele precisa ter clareza da importância da sua atuação e dedicação para a promoção de uma educação de qualidade. Desta forma, o professor é a ponte entre o aluno e o conhecimento, é ele quem pode colaborar com o aluno, e este aprenda a pensar e questionar os acontecimentos a sua volta e não receba passivamente tudo o que lhe é ensinado.

Neste sentido, fica a cargo do educador a responsabilidade de ensinar a seus educandos o conhecimento acumulado historicamente, mas esse processo não deve acontecer de forma passiva, ao aluno deve ser dada a oportunidade de ser protagonista na construção do seu aprendizado. Segundo Freire (1979):

[...] a ação docente é a base de uma boa formação escolar e contribui para a construção de uma sociedade pensante. Entretanto, para que isso seja possível, o docente precisa assumir seu verdadeiro compromisso e encarar o caminho do aprender a ensinar. Evidentemente, ensinar é uma responsabilidade que precisa ser

trabalhada e desenvolvida. Um educador precisa sempre, a cada dia, renovar sua forma pedagógica para, da melhor maneira, atender a seus alunos, pois é por meio do comprometimento e da “paixão” pela profissão e pela educação que o educador pode, verdadeiramente, assumir o seu papel e se interessar em realmente aprender a ensinar (FREIRE, 1979, p.165).

Para ser um bom professor é necessário ter compromisso e dedicação e estar aberto a encontrar novas maneiras de promover o aprendizado de seus alunos de forma significativa. Ensinar não é um processo fácil e se aprende ao longo da jornada.

O professor não é o único responsável pelo sucesso da educação, mas nesse processo ele tem um importante papel. Para se ter uma educação de qualidade é preciso muito mais do que o compromisso e a atuação ativa do professor, é necessário um conjunto de fatores que favoreçam essa qualidade.

Infelizmente, além dos fatores descritos anteriormente, existem algumas razões ligadas diretamente ao professor, as quais colaboram para que, o profissional não consiga desempenhar a sua função de forma satisfatória.

Esses fatores estão relacionados à desvalorização do professor pela sociedade e pelos alunos. A sua remuneração é abaixo do básico e colabora para que assumam uma carga horária exaustiva. A precária infra-estrutura da escola, como supracitado, também corrobora muito para o baixo desempenho.

Ademais, essa exaustão vem de um trabalho que ficou mais complexo, porque passamos a ter de multiplicar jornadas para poder compor uma base salarial adequada (CORTELA, 2017, p.49)

A baixa remuneração dos professores acarreta em prejuízos diretos e indiretos para a educação, pois se torna impeditivo economicamente a ascensão social deste profissional, limita o acesso aos bens culturais, de lazer e de consumo e principalmente os impede de obter novos conhecimentos necessários ao desenvolvimento pessoal e profissional.

Baixos salários inviabilizam também o professor de ter acesso às novas tecnologias de educação, tão necessárias ao seu cotidiano escolar, para tornar o ensino atrativo. Kuenzer (2016), afirma que:

É possível perceber um esgotamento emocional em seus principais atores: os professores, que se encontram insatisfeitos com as condições de trabalho, com o excesso de burocracia exigida pelo Estado, com a ausência da família e a desvalorização social e econômica da profissão (RODRIGUES, 2014, p.14).

Além dos desafios ligados aos seus salários, outras dificuldades enfrentadas pelos docentes são referentes à sala de aula, nela presenciamos um desprestígio deste profissional, a sua autoridade tem sido questionada pelos alunos e por seus pais. A indisciplina está fazendo parte do cotidiano escolar em sua forma verbal e física, os alunos estão cada vez mais desinteressados, isto colabora para que os professores estejam cada vez mais desestimulados.

Tudo isso, se deve a desvalorização da educação. Historicamente a educação era ligada a imagem de um bom profissional, quando formado tinha a garantia de uma boa colocação no mercado de trabalho, as pessoas faziam um curso superior ou técnico nessa expectativa.

As mudanças ocorridas na sociedade e no mundo do trabalho estão dando um rumo diferente quanto ao significado atribuído ao conhecimento, ter uma formação não é sinônimo de obter um bom emprego.

A mídia tem interferido de forma considerável para o processo de formação do educando, este gradativamente perde o sentido da educação. Ao tomar para si a idealização proposta pela mídia sobre o comércio ilícito tido como uma maneira fácil e rápida de ascensão social. Também as profissões ligadas ao mundo artístico, esportivo e da moda pela ótica da mídia tornam-se um caminho equivalente.

[...] o garoto chega dizendo que queria ser que nem o Mick Jagger, com mais de 70 anos de idade, pulando para lá e para cá. Mick Jagger é formado em Economia pela London School of Economics. Ele não é um vagal. Mick Jagger e Keith Richards têm uma idéia clássica chamada esforço. Depois de 50 anos de banda, eles decidiram fazer uma turnê mundial e ensaiaram oito horas por dia durante um mês. Por que dois caras que tocam juntos há meio século ensaiam tanto tempo? Porque eles não acham que é coisa divina, que alguém chegou e falou: “Vocês vão tocar bem”. Tem esforço (CORTELA, 2017, p.112)

Ao expor as profissões magicamente faz parecer fácil ganhar muito dinheiro com pouco esforço, o que nem sempre é verdade, pois quem é esportista ou artista sabe o quanto trabalha. No entanto, a mídia passa essa idéia, e os jovens acreditando nela, passam a não ver sentido em estudar.

Sobre a influência da mídia na sociedade. Para Santos e Silva (2009),

A cultura da mídia vigente na sociedade se aspira dominante, estabelecendo formas e normas sociais, fazendo um grande número de pessoas enxergarem o mundo por suas lentes, seus vieses. Utilizada como instrumento de manipulação a serviço de interesses particulares, reordena percepções, faz brotar novos modos de subjetividade, o que

trás vantagens e/ou desvantagens, tanto no aspecto individual como no aspecto social. A mídia, com todas as suas ferramentas, hoje detêm o poder de fazer crer e ver, gerando mudanças de atitudes e comportamentos, substituindo valores, modificando e influenciando contextos sociais, grupos, constituindo os arquétipos do imaginário, criando novos sentidos simbólicos como árbitros de valores e verdades (SANTOS; SILVA, 2009, p.2).

Neste sentido, com relação à educação a mídia não tem contribuído para que os jovens se interessem pelo conhecimento, em suas programações, na maioria das vezes nos deparamos com uma exposição excessiva ao uso de droga, a prostituição, aos crimes e ao sexo.

Esses conteúdos não são os responsáveis pela depreciação da educação, nem pela formação da personalidade dos jovens, mas pode influenciar suas atitudes. Santos e Silva afirmam ainda que:

O poder de manipulação da mídia pode atuar como uma espécie de controle social, que contribui para o processo de massificação da sociedade, resultando num contingente de pessoas que caminham sem opinião própria. Subliminarmente, através da televisão, das novelas, jornais e internet, é transmitido um discurso ideológico, criando modelos a serem seguidos e homogeneizando estilos de vida (SANTOS; SILVA, 2009, p.2)

É por esses e outros motivos que estamos presenciando a desvalorização e o desrespeito pela figura do professor, alguns jovens estão na escola por obrigação, e entende que ela não serve para nada, tudo isso mostra que, de fato se perdeu a autoridade. Não há, na sociedade contemporânea brasileira, uma valorização com relação ao conhecimento.

Para compreendermos melhor o desinteresse dos jovens pela educação faz-se necessário no próximo tópico desse trabalho, a caracterização do público que frequenta a escola, dessa forma analisaremos suas expectativas quanto ao ensino médio, no intuito definir os fatores que estão levando essa juventude a se desmotivar pelo aprendizado escolar.

2.2 Juventude e Ensino Médio

O tópico Breve Histórico do Ensino Médio foi articulado no sentido de uma possibilidade a mais de compreensão das normas desta modalidade de ensino, igualmente para os desafios enfrentados pelas instituições no intuito de fazer-se

cumprir as determinações previstas em lei. Dessa forma, é necessário apresentar as características da juventude que frequenta a escola pública brasileira.

O conceito de juventude não apresenta um caráter de cunho histórico. Em tempos remotos os indivíduos passavam a ter responsabilidades de adultos desde cedo.

[...] a única diferença entre o adulto e a criança era o tamanho, a estatura, pois assim que apresentavam certa independência física, já eram inseridas no trabalho, juntamente com os adultos. Os pais contavam com a ajuda de seus filhos para realizar plantações, a produção de alimentos nas próprias terras, pescas, caças, por isso, assim que seus filhos tinham condições de se manterem em pé, já contribuía para o sustento da família (FARIA; HENICK, 2015, 3).

Segundo Doutor (2016, p. 160), “é efetivamente durante os anos 50 e 60, o conceito de juventude emergiu”, quando acontecem diversas mudanças na sociedade e esta torna-se mais complexa, novas atividades surgem e necessitam de pessoas qualificadas para exercê-las. Nesse período, há um aumento populacional nas cidades e para a execução das novas atividades demandam formação, para que as pessoas possam adquirir função e ocupar um lugar na sociedade.

À medida que a escolarização se difunde, ela tende a subtrair segmentos progressivamente mais amplos da população infantil às injunções do trabalho, retardando a entrada na idade adulta (PERALVA, 1997, p.17).

Neste cenário, as pessoas deixam de continuar a atividade profissional aprendida com seus pais, em que o homem tornava-se agricultor igualmente seu pai e a mulher dona de casa igualmente sua mãe. Surgindo assim, a ideia de jovem, com a expectativa de vida aumentando em uma sociedade complexa, foi havendo à necessidade de uma formação para exercer uma função na sociedade.

Essa fase compreendida entre ser criança e ser adulto, a qual chamamos de jovem tem se estendido cada vez mais. Não há como se definir uma idade exata de quando começa e de quando termina a juventude.

Compreender os jovens apenas pelo fator idade, contudo, seria simplificar uma realidade complexa que envolve elementos relacionados aos campos simbólico e cultural e aos condicionantes econômicos e sociais que estruturam as sociedades. Podemos afirmar que a juventude é uma categoria socialmente produzida. Temos que levar em conta que as representações sobre a juventude, os sentidos que se atribuem a essa fase da vida, a posição social dos jovens e o tratamento que lhes é dado pela sociedade ganham contornos particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos (CARRANO; DAYRELL; MAIA, 2014, p.110).

Nesse sentido, ao pensarmos em juventude precisamos estar atentos a realidade cultural, econômica e social que estão inseridos, pois o fator idade não é suficiente pra definir essa categoria. As pessoas estão querendo vivenciar outras experiências como estudar, se formar, ter um bom emprego para depois se casar e ter filhos, isso acentua a distância dos limites entre ser criança e ser adulto.

Destarte, não podemos determinar juventude pela idade, e nem defini-la como a passagem para a vida adulta:

[...] essa se encontra cada vez mais fluida e indeterminada, fazendo com que os próprios marcadores de passagem para a “adulthood” (terminar os estudos, trabalhar, casar, ter a própria casa e ter filhos) ocorram sem uma sequência lógica previsível ou mesmo não ocorram com o avançar da idade, caso dos indivíduos que vivem em uma “eterna juventude” (CARRANO; DAYRELL; MAIA, 2014, p.111).

Sendo assim, acreditamos que ser jovem no contexto atual tem um sentido muito mais amplo, não pode ser entendido como uma preparação para a vida adulta e não conseguimos determinar uma idade de finalização desse processo. Segundo Doutor (2016, p. 160):

A noção de juventude, associada a um processo de transição entre estágios ou referente a uma faixa etária, encontra-se cada vez mais desatualizada. Tradicionalmente considerada como o período de vida que se estende da infância ou da adolescência à idade adulta, a noção de juventude sempre significou mais do que uma mera etapa do desenvolvimento físico-psicológico. Atualmente, esta noção encontra-se intimamente relacionada com o estatuto social que os jovens têm vindo a assumir nas sociedades ocidentais e industrializadas (DOUTOR, 2016, p.160).

Diante disso, percebemos a necessidade de definir melhor a ideia de juventude. Assim sendo, “a categoria juventude é parte de um processo de crescimento totalizante, ganhando contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social” (CARRANO, DAYRELL, MAIA, 2014, p.111).

Neste sentido, ao refletirmos sobre juventude precisamos entender o contexto social ao qual estão inseridos, e este diz muito sobre esses jovens. Dayrell (2007) utiliza o termo “condição juvenil” para explicar a diferença entre as gerações que frequentam a escola pública na atualidade para as gerações anteriores, e vem se construindo em um contexto de profundas transformações socioculturais, estas acontecem no mundo ocidental nas últimas décadas.

E, envolta por essas transformações ocorridas na sociedade, na cultura, na política e na economia, essa juventude tem se formado e transformado o seu modo de viver e conviver nos espaços ocupados por esta, e um deles é a escola.

[...] expansão das matrículas ocorrida a partir dos anos de 1990 e a ampliação da obrigatoriedade e gratuidade desse nível de ensino, o que tem gerado uma mudança significativa do perfil dos jovens alunos que chegam a ele. As escolas públicas de ensino médio no Brasil até então eram restritas a jovens das camadas altas e médias da sociedade [...], com certa homogeneidade de habilidades, conhecimentos e de projetos de futuro. Elas passam então a receber um contingente de alunos cada vez mais heterogêneo, marcado pelo contexto de uma sociedade desigual, com altos índices de pobreza e violência que delimitam os horizontes possíveis de ação dos jovens na sua relação com essa instituição (DAYRELL; LEÃO; REIS, 2011, p.255).

Assim sendo, a expansão, obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio trouxeram uma nova realidade para dentro da escola, seu público deixou de ser homogêneo e passou a ser heterogêneo, marcado pela diversidade e pelos conflitos oriundos dos novos estudantes, gerando novos desafios quanto ao papel do ensino médio.

E, ao percebermos que o jovem brasileiro é múltiplo rompemos com a designação, a qual compreende o jovem como alguém por vim a ser ou apenas a fase da passagem para o mundo adulto.

Concebemos a juventude como “a fase da vida em que se inicia a busca da autonomia, marcada pela construção de elementos da identidade pessoal e coletiva” (SPÒSITO, 2005, p.89).

Esse novo contexto se apresenta, nos fazendo perceber a necessidade de conhecer as novas formas de relações, e, as demandas dos jovens na atualidade na tentativa de estabelecer o diálogo entre juventude e escola. E por ser complexo, heterogêneo e múltiplo alguns autores defendem a necessidade de usar a palavra no plural, “jovens”, para designar a nova maneira, a qual esses indivíduos ocupam os espaços na sociedade atual.

Carrano, Dayrell e Maia apresentam-nos uma proposição para compreendermos melhor essa nova situação, segundo estes:

[...] processo de aproximação e conhecimento dos estudantes que chegam à escola como jovens, sujeitos de experiências, saberes e desejos. Eles se apropriam do social e reelaboram práticas, valores, normas e visões de mundo a partir de uma representação dos seus interesses e de suas necessidades; interpretame dão sentido ao seu

mundo. É nessa direção que não podemos trabalhar com a noção de que existe uma juventude, pois são muitas as formas de ser e de se experimentar o tempo de juventude. Assim, digamos: juventudes (CARRANO; DAYRELL; MAIA, 2014, p.104).

Por isso, a necessidade de entendermos quais as características desse novo público, o qual ocupa os espaços da escola, e efetivam mudanças significativas no cotidiano escolar.

2.2.1 Os jovens

Os jovens fazem parte da escola e dão vida e sentido a ela, necessitam ser compreendidos em sua diversidade, pois estão inseridos em uma sociedade com condições diferenciadas, seja pela classe social, descendência étnica, em uma cultura plural, diversas representações religiosas, por diferentes valores familiares e pela diversidade de gêneros. Essas diferenças compõem as características dessa juventude:

Além das marcas da diversidade cultural e das desiguais condições de acesso aos bens econômicos, educacionais e culturais, a juventude é uma categoria dinâmica. Ela é transformada no contexto das mudanças sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanta uma juventude, e sim, jovens enquanto sujeitos que a experimentam e assem-se segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existente (CARRANO; DAYRELL; MAIA, 2014, p.112).

Se observarmos os aspectos econômicos veremos uma distinção de juventude vivenciada por indivíduos que possuem a mesma faixa etária. Há jovens de famílias economicamente estáveis, e, por isso, não necessitam trabalhar para contribuir com as despesas domiciliares, podem dedicar-se exclusivamente aos estudos, e concluir o ensino médio, fazer o curso superior, se especializar e somente após essas etapas concluídas ingressam no mercado de trabalho. Esse jovem também está inserido em uma cultura de oportunidades e de lazer diferenciados.

Do outro lado, e em número maior, estão os jovens de famílias economicamente instáveis, estes por sua vez necessitam trabalhar dentro da legalidade ou informalmente, para ajudarem no sustento familiar ou para terem condições de manter necessidades básicas, as quais seus pais não podem, como lazer, por exemplo. Esse jovem precisa conciliar o estudo e o trabalho, ou como vimos anteriormente, na impossibilidade disto

deixa até de estudar porque precisa trabalhar e não consegue articular as duas atividades.

Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil. Um grande desafio cotidiano é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro (DAYRELL, 2007, p.1109).

Ao refletirmos sobre as características da juventude, a nossa atenção será voltada para os jovens que frequentam a escola pública, e são marcados por um contexto de desigualdades sociais.

Esses jovens, muitas vezes, não podem fazer escolhas profissionais, trabalham no que lhes é ofertado, porque precisam quitar as despesas ou porque querem uma melhor qualidade de vida. E quando falamos em juventudes precisamos estar atentos as características socioeconômicas. Segundo Doutor:

A juventude deve ser olhada na sua diversidade. Seguindo estas perspectivas teóricas, cremos que seria mais apropriado pensar na juventude como uma realidade socialmente construída, na qual se poderia obter várias leituras, a partir das condições culturais, sociais, econômicas e políticas (DOUTOR, 2016, p.161).

Ao refletirmos sobre a juventude duas ideias principais se destacam sobre o assunto, a positiva, caracterizada por possuir: a beleza, o carisma, o entusiasmo, a força, a resistência na luta, a estética corporal muito desejada pelos adultos, do carinho e da alegria, as quais os jovens possuem e contagiam os espaços que ocupam. Por outro lado, temos uma ideia negativa associada: a rebeldia, a irresponsabilidade, o desrespeito, a preguiça, a violência, dentro outros, são termos usados para descrever os jovens brasileiros na atualidade.

A ideia negativa dos jovens associada com outros fatores, tais como: o uso de entorpecentes, álcool, o de tráfico de drogas, roubo, violência, a vulnerabilidade as doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e a gravidez na adolescência favorecem a perspectiva de uma juventude problemática por uma visão mais tradicional.

Diante do exposto, e da grave interferência dos fatores nas vidas dos jovens não podemos deixar de promover uma reflexão, pois, precisamos entender que essa fase da vida não pode ser taxada por esses aspectos, e esse também não deve ser o nosso único foco, pois estaríamos reduzindo a multiplicidade de expressões dessa fase da vida.

Enxergar o jovem pela ótica dos problemas é reduzir a complexidade desse momento da vida. É preciso cuidar para não transformar a

juventude em idade problemática, confundindo-a com as dificuldades que possam afligi-la. É preciso dizer que muitos dos problemas que consideramos próprios dessa fase, não foram produzidos por jovens. Esses já existiam antes mesmo de o indivíduo chegar à idade da juventude. Pensemos, por exemplo, na violência policial que faz de suas vítimas prioritários jovens negros das periferias de nossas cidades (CARRANO; DAYRELL; MAIA, 2014, p.107).

Dessa forma, os jovens vulneráveis a esses fatores precisam de atenção e a garantia de seus direitos.

[...] os problemas que o atingem podem ser vistos como expressão de necessidades e demandas não atendidas. Isso pode resultar no reconhecimento de um campo de direitos que desencadeie novas formas e conteúdos de políticas públicas, principalmente, práticas que reconheçam a juventude nas suas potencialidades e possibilidades e não apenas a partir de seus problemas (CARRANO; DAYRELL; MAIA, 2014, p.108).

Logo, a juventude não pode ser concebida como problemática, pois essa é uma fase vivenciada de diversas formas e por isso não pode ser diagnosticada a partir de uma de suas vertentes. Não podemos deixar de considerar as dificuldades vividas por alguns jovens nesse período, mas, o foco deve ser nos mecanismos utilizados para investir nos talentos e nas possibilidades de desenvolvimento desses indivíduos.

Deste modo, precisamos reconhecer as condutas e as preferências dos jovens na atualidade são múltiplas. Não há como determinar apenas uma cultura juvenil em uma sociedade, a qual possui distintas condições sociais, permitindo vivências em diferentes contextos. Na sala de aula, por exemplo, encontramos o estudante que gosta de praticar esporte, outro não; o sério e o brincalhão, o ateu e o evangélico, o que gosta de ler e o que não gosta. Essas características são permanentes e se agregam para formar as identidades de uma mesma pessoa ou grupo.

Vivemos em uma sociedade marcada por grandes desigualdades sociais, por isso, são distintas as maneiras e as possibilidades de viver a juventude. Assim, a condição juvenil é vivida em conformidade com a origem social, portanto, se apresenta de forma desigual e diversa.

Como afirmamos anteriormente, o jovem ao frequentar a escola pública, na sua pluralidade, apresenta traços, condutas sociais e uma simbologia própria, estes não são comuns aos das gerações anteriores.

As gerações anteriores não são qualificadas como melhores e nem piores, se comparadas às gerações atuais, apenas são diferentes. Existem diversas formas de ser

jovens, alguns sonham, mesmo em meio as dificuldades econômicas buscam realizar os seus projetos de vida, já outros não são tão enérgicos e param diante das dificuldades encontradas.

Segundo pesquisa apresentada pelo Banco Mundial, realizada este ano, 11 milhões de jovens brasileiros de 15 a 29 anos não estudam e nem trabalham. São jovens com condições econômicas precárias, não possuem projetos de vida, ou possuem e não conseguem concretizar por falta de recursos. Outros não estão cursando ou não concluíram o Ensino Médio, não se sentem motivados ou incentivados a estudar, não possuem trabalho e quando conseguem alguma ocupação é informal e em condições difíceis.

Ter um projeto é fundamental para dar sentido à vida. Traçar planos e metas são os primeiros passos em direção à conquista de objetivos, pois, somente conseguiremos sucesso quando temos definido aquilo que queremos alcançar.

Mário Sergio Cortela e Pedro Mandelli (2011, p.21), ao abordar sobre a vida e a carreira propõem, “alguém que fique sossegado, na vila do sossego, imaginando tranquilamente que está tudo bem porque nada está acontecendo, não tem uma postura de esperança, mas de inconsequência”.

Sendo assim, quem possui um projeto se esforça em função de desenvolvê-lo, já quem não tem a sua trajetória definida anteriormente corre o risco de não ver sentido nas coisas, as quais se propõe a executar, por isso, começam seus planos e abandonam antes de concluir.

Os projetos individuais são desenvolvidos, assim, em torno dessa noção de tempo com etapas se encadeando, que implica a elaboração de planos e condutas orientadas para atingir determinados fins, em uma tentativa de dar sentido ou coerência às experiências vividas (MAIA; MANCEBO, 2010, p.382).

Ter um projeto de vida é relevante, mas não é condição suficiente para sua realização com êxito, pois há jovens que não estudam porque tem dificuldade de investir na formação. Sem renda porque não conseguem emprego com carteira assinada ou estágio remunerado, e sem o suporte financeiro dos pais, esses jovens têm o seu futuro ameaçado.

Destarte, uma boa parcela desses jovens que não estudam e nem trabalham não estão nessa fase por vontade própria, param o curso porque perderam o emprego e não conseguem se manter. Muitos trabalham executando pequenos serviços ou pelo

pagamento de diárias, juntam o recurso necessário e posteriormente conseguem terminar o Ensino Médio.

Existem ainda outros fatores, os quais contribuem para que os jovens estejam nessa situação, a evasão escolar e a falta de oportunidade depois de terminarem o Ensino Médio são exemplos disso. Para além destes, segundo dados da ONU divulgados em 2017, o Brasil tem a sétima maior taxa de gravidez adolescente da América do Sul. Um em cada cinco bebês que nascem no Brasil é filho de mãe adolescente. Entre estas, de cada cinco, três não trabalham nem estudam.

Além de não estudar e nem trabalhar, alguns desses jovens que possuem filhos, e muitos são de pais desconhecidos ou de pais que não conseguem oferecer condições mínimas de sobrevivência, esses jovens moram e dependem de seus pais.

Toda essa situação gera riscos e vulnerabilidade social, a escola não faz sentido para a vida deles, e o trabalho quando aparece são em condições desfavoráveis. Desta forma, esses jovens são e continuarão sendo por muito tempo mantido por seus familiares.

Além disso, a quantidade enorme de jovens sem estudar e sem ocupação pode colaborar para aumentar a crise econômica, o problema parece pontual, mas pode afetar o futuro do país e tem impacto direto no mercado de trabalho.

Ao estacionarem nessa situação por muito tempo, esses jovens comprometem tanto a sua vida pessoal, quanto a produtividade do país devido aos possíveis trabalhadores que estão parados sem qualificação e sem emprego.

Desta forma, o mercado de trabalho se torna cada vez mais competitivo e o tempo se torna adversário dessa geração, pois enquanto ela está nessa situação que nem estuda e nem trabalha, tem outros jovens que estão se qualificando, ou seja, nessa concorrência o jovem sem um planejamento prévio fica cada vez mais a margem da sociedade.

[...] o indivíduo precisa ter conteúdo atualizado, reconhecido, diferenciado. Se tiver um conteúdo desatualizado, um conteúdo igual ao de todo mundo, um conteúdo que só ele reconheça,[...] Se tive apenas um conteúdo Commodity, “dançou” (MANDELLI, 2011, p.96).

Sendo assim, algumas medidas nacionais precisam ser tomadas na tentativa de reestruturar e oferecer oportunidades para que esses jovens saiam desta situação. Seja com políticas públicas eficazes ou com medidas, as quais colaborem para sensibilizar as pessoas sobre o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo, e é importante que

elas se motivem, se qualifiquem e busquem realizar seus projetos de vida. Assim teremos uma perspectiva melhor para essa geração.

Em outro sentido estão os jovens com planejamento e apesar dos obstáculos encontrados por não possuírem estabilidade financeira buscam alternativas para superar e realizar pequenas ações. E as reservas financeiras são importantes para a realização de seus sonhos no futuro.

Esses jovens são atores de suas vidas, aproveitam as mínimas oportunidades para dar passos firmes em direção a sua realização pessoal. “É preciso ser protagonista, investir na sua própria carreira, pensando na vida que se quer ter” (CORTELA, 2011, p. 94).

Então, para a realização desses passos é necessário a família e a escola desempenhe seus papéis relevantes no sentido de motivar e incentivar os jovens a planejarem suas vidas e buscarem meios para a concretização dos planos.

2.2.2 Os jovens e a família

A família é a instituição encarregada por viabilizar a educação dos filhos e inspirar a conduta dos mesmos no meio social. Assim, o seu papel diante do desenvolvimento de cada indivíduo é muito relevante. É na convivência com a família que será disseminada os valores morais e sociais e estes vão servir de base para a socialização das crianças e dos jovens.

Desse modo, para o indivíduo se desenvolver de forma positiva é necessário ao ambiente familiar, o qual ele vivi seja harmonioso, afetuoso e lhe ofereça proteção e apoio necessário para resolução de possíveis conflitos aos quais encontrarão na vida.

A família também é a responsável pela transmissão de valores culturais de uma geração para outra. Essa transmissão de conhecimentos e significados possibilita o compartilhar de regras, valores, sonhos, perspectivas e padrões de relacionamentos, bem como a valorização do potencial dos seus membros e de suas habilidades em acumular, ampliar e diversificar as experiências (DESSEN; POLONIA, 2007 p.24).

Desta forma, partimos do princípio de responsabilizar a família pela educação inicial, dessa forma, o indivíduo possa ser inserido na sociedade sabendo respeitar o próximo, controlar suas emoções, enfrentar as adversidades e conviver com as diversidades da vida.

Ela tem, portanto, um impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, especialmente das crianças, que

aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais (DESSEN; POLONIA, 2007 p.22).

As formas para a condução dessa aprendizagem proporcionarão ou não ao indivíduo o desenvolvimento de suas potencialidades, ou seja, a maneira de conduzir a educação dos filhos influência direta ou indiretamente para impulsionar ou inibir a sua evolução.

Assim, como a sociedade mudou com tantas transformações ocorridas a partir da década de 60, o modo como as crianças estão sendo educadas também mudou. Tínhamos uma educação repressiva, hierárquica, na qual os pais não tinham diálogo com seus filhos, para uma educação democrática e permissiva.

[...] pais e mães sem referências claras do que deveriam fazer em questões simples do cotidiano. E como as regras da educação não estão claras para os pais, tornam-se inconsistentes diante dos filhos. As relações de poder que historicamente se estabeleciam de forma hierárquica, na qual o pai detinha a autoridade e era reforçado pela mãe, estão diluídas (WAGNER, 2003 apud GOMES; ZENETTI, 2009, 197).

O modelo de educação anterior possuía uma hierarquia delineada e respeitada, o papel de cada indivíduo na família era bem definido e o respeito era imposto, com o uso da força ou não, e constituía a principal característica dessa época. Neste período não havia muita facilidade em possuir bens.

Insatisfeitos com a educação rigorosa que receberam de seus pais, os filhos dessa época iniciaram mudanças na educação dos seus descendentes, passaram a permitir e dialogar mais, até então tudo bem, o impacto dessa permissão e desse diálogo tomaram um rumo e uma proporção, aos quais os pais da geração atual não estão conseguindo administrar.

Passou-se a questionar os moldes educacionais vigentes daquela época, e decidiram então, que a atual juventude deveria ser educada com menos rigor, menos distância e menos dificuldades para se conseguir alguns bens materiais pretendidos.

Não queremos aqui de forma nenhuma defender o autoritarismo ou a força física como modelos educacionais, mas, ao refletirmos sobre o modo como a educação familiar era conduzido em outro período precisamos perceber o fato, ao qual ele possuía muitos defeitos, mas também tinha suas virtudes. Segundo Mário Sergio Cortela e Pedro Mandelli:

No convívio familiar, uma coisa que é antiga, mas não é velha, é o respeito recíproco. Outra é a capacidade de o adulto saber que a

criança é “subordinada” a ele, ou seja, que está sob as suas ordens. O pai não pode se tornar refém de alguém que ele orienta e cria. Agora, uma coisa que é velha e que deve ser descartada é o autoritarismo, a agressão física, o modo de ação que acaba produzindo algum tipo de crueldade. Isso é velho e é necessário, sim, mudar. Na relação de convivência em família é preciso modificar aquilo que é arcaico (CORTELA, 2016, p.1).

Algumas conquistas são benéficas como, por exemplo, as relações familiares começaram a ser mais democráticas, porém ao se negligenciar as regras, os jovens acabaram perdendo de certo modo a noção de respeito.

Isso tem acontecido muito porque a hierarquia familiar perdeu o seu lugar, hoje os pais cumprem mais a função de amigo do que de pai, ou seja, a relação de pais e filhos, a qual deveria ser mais adjunta e amistosa passou a ser de igual, perdendo uma postura hierárquica necessária para a formação do caráter da criança. “Há uma sociedade hoje cada vez mais frouxa na forma de comunicação com seus filhos. Isso nos coloca numa rota a ser pensada” (CORTELA, 2017, p. 115).

É preciso haver uma clareza entre os papéis a ser desempenhados por cada membro da família para que se tenha uma ordem. A criança, e o adolescente precisam de um lar, o qual inspire confiança, firmeza, autoridade (diferente de autoritarismo) para crescer e se desenvolver de forma positiva.

O pai e a mãe têm que saber que ele ou ela é a autoridade. Ao abrir mão disso, há um custo. Quem se subordina a crianças e jovens, e têm sobre eles alguma responsabilidade, está sendo leviano (CORTELA, 2016, p.1).

Além de perder a autoridade essa geração que se esforçou muito para conquistar o seu projeto de vida não quer que seus filhos tenham que passar por isso. Estamos saindo das dificuldades que proporcionam o crescimento para as facilidades de acesso a bens materiais, e se mal administradas, prejudicam o desenvolvimento do jovem.

A família precisa evitar de ser geradora contínua de consumismo, impedindo que a criança ou o jovem exija um tênis que custa o preço de dois pneus de um carro ou uma calça que tem o mesmo preço de uma televisão de 42 polegadas. [...] a escola e a família, evidentemente, têm uma responsabilidade em relação a isso. Há a necessidade de olhar essas gerações que aí estão e pensar que parte delas não tem idéia de esforço (CORTELA, 2017, p.115).

Muitos jovens têm acesso a TV por assinatura, roupas de marca, vídeo game, shopping, internet banda larga, celular com alta tecnologia sem ter que se esforçar por

isso. O acesso a esses bens são dados aos jovens com famílias de estabilidade financeira, mas, também algumas famílias instáveis financeiramente acabam oferecendo, mesmo com muitas dificuldades, esses bens aos filhos.

Desta forma, há muitos jovens sendo criados com um padrão de vida acima da realidade, obtendo tudo sem precisar saber ao certo o custo. As dificuldades ajudam a formar o caráter do indivíduo, ao retirar essa oportunidade de aprendizado o adulto fragiliza o jovem, e este terá dificuldades de passar pelas frustrações da vida.

Por serem fruto de uma educação repressiva os pais atuais não querem que seus filhos passem por nenhuma dificuldade. E por causa disso muitos pais não estão conseguindo deixar claros os valores morais.

Diante do exposto, fica explícito a falta de autoridade e as facilidades oferecidas aos jovens de forma equivocada, dessa forma, se tem contribuído para os jovens se tornem cada vez mais egocêntricos, insatisfeitos e desrespeitosos, características atribuídas à juventude atual.

Estamos diante de uma crise no modelo educacional concedido pelos pais, essa falta de respeito, gerada por essa situação, tem impacto direto tanto na vida das famílias quanto na escola e na sociedade.

Pais e mães, ou outros responsáveis adultos, quando colocam crianças e jovens nas escolas, estão repartindo a tarefa educativa, mas é sempre bom lembrar que descentralizar as ações não implica eximir-se das responsabilidades. Em outras palavras, pode-se transferir poder, jamais responsabilidade (CORTELA, 2017, p.75).

Como afirmamos anteriormente, a família é a instituição encarregada de viabilizar a educação de seus filhos, ou seja, cabe a ela educar, impor limites e ensinar os valores morais. Ao negligenciar essa educação, “para os pais, terceirizar as atividades dos filhos é muito prático”(CORTELA, 2017, p.117), seja por comodismo, ignorância, indiferença, ou por outro motivo, estamos contribuindo para que a sociedade e as escolas recebam pessoas sem sabem conviver, individualista e até certo ponto mal-educadas.

A educação dos filhos não pode ser terceirizada à escola. Mesmo, esta ocupando o tempo dos filhos com diversas atividades durante o dia, e os pais sejam muito sobrecarregados por causa de seus trabalhos, a educação é de responsabilidade da família.

2.2.3 Os jovens e a sociedade

Diversas mudanças ocorreram no Brasil, e no mundo, após a Revolução Industrial. A produção em larga escala imprimiu novas características na sociedade, esta passou a consumir mais pelo prazer, não pela necessidade. O que antes era produzido e comprado para durar passou a ter seu tempo útil abreviado, estimulando assim o seu consumo. Substituímos os objetos comprados por outro ainda melhor com muita rapidez e facilidade.

Sendo assim, o termo utilizado para define-la é sociedade de consumidores.

A melhor definição para pensar a sociedade atual é a de uma “Sociedade de Consumidores”, entretanto, não falamos do consumo natural e necessário para a sobrevivência, mas aquele consumo desnecessário, criado pela publicidade, indicado por símbolos e avalizado pela moda e pela padronização que o capitalismo propõe (JUNIOR, 2012, p.132).

Diante do exposto, entendemos ser preciso uma reflexão ao chamado consumismo contemporâneo e o contexto social, ao qual os jovens estão inseridos, pois é nesta eles constroem suas identidades.

Estamos seguindo por essa análise, pois “acreditarmos que a chamada prática consumista possa nos fornecer indícios importantes do que está por detrás dos dilemas vividos nas escolas, principalmente no que se refere à crise de sentido do Ensino Médio” (OLIVEIRA; TOMAZETTI, 2012, p. 184).

Baumam (2008) nos ajuda entender melhor sobre essa sociedade de consumidores ao propor ser o centro da vida social o consumo. Este não é um tipo de arranjo social, ou seja, não é apenas uma característica individual, é um arranjo transformador das vontades, desejos e anseios das pessoas na principal força propulsora e operativa da sociedade.

O consumo organiza as relações sociais, ele possui um papel fundamental não só na formação das identidades das pessoas, mas também nas relações entre elas. A relação entre as pessoas fica menos estável, ou como afirma Baumam (2008), fica mais líquida.

Em suas palavras:

A instabilidade dos desejos e a insaciabilidade das necessidades, assim como a resultante tendência ao consumo instantâneo e à remoção, também instantânea, de seus objetos, harmonizam-se bem com a nova liquidez do ambiente em que as atividades existenciais foram inscritas e tendem a ser conduzidas no futuro previsível. Um ambiente líquido-moderno é inóspito ao planejamento, investimento e armazenamento de longo prazo (BAUMAN, 2008, p. 45).

Diante do exposto, percebemos a substituição do princípio da utilidade pelo princípio da satisfação instantânea, ou seja, não se compra mais pela utilidade do objeto, e, sim, pela felicidade, a qual compra produz. Assim, os objetos comprados hoje podem ser substituídos com facilidade amanhã, os sentimentos duradouros também foram sendo substituídos por uma nova moral das sensações, uma forma mais flexível de dar sentido as coisas.

Esses sentimentos flexíveis têm influenciado em certo sentido o Ensino Médio, uma vez que, seu público também faz parte dessa sociedade de consumo. Visto como forma de acesso ao curso superior ou inserção ao mercado de trabalho os objetivos do Ensino Médio tem resultados a longo prazo, e são contraditórios aos anseios imediatistas gerados pela sociedade de consumo.

Encontrar-se na sala de aula, desse modo, torna-se algo notadamente enfadonho, desinteressante e entediante para aqueles jovens cidadãos consumidores acostumados a aguardarem apenas segundos, após digitarem as senhas de seus cartões de crédito, para verem satisfeitos seus desejos. O simples clicar de um mouse junto ao computador, somando-se a isso, para finalizar uma compra virtual, também possibilita fruições imediatas que tornam a antiga distância entre planejar e realizar algo desejado um elemento arcaico – já que, de fato, bastante escasso se faz encontrar tal conduta nas estratégias de vida contemporâneas (OLIVEIRA; TOMAZETTI, 2012, p.190)

Estamos diante de uma mudança de valores, a aprendizagem, esta requer esforço e dedicação. E a escola perde seu espaço e se torna desinteressante nessa sociedade imediatista.

[...] a sociedade consumista se relaciona a um novo modelo de socialização, baseado na perda de valores essenciais para o ser humano real, ou seja, a valorização de sentimentos e ideais que sejam importantes para a vida em grupo, em família, enfim, em sociedade (JUNIOR, 2012, p.132).

Essas mudanças têm impacto direto na escola. Pois, os jovens chegam ao ambiente educativo portando em sua bagagem características dessa sociedade, a qual promove relações descartáveis entre as pessoas, estas com as coisas e com o mundo.

2.2.4 Os jovens e a escola

No cotidiano escolar escutamos sempre dos profissionais da educação reclamações com relação aos jovens que frequentam a escola, estes estão cada vez mais

desinteressados, rebeldes, desrespeitosos, não veem sentido na escola e não tem expectativas quanto ao futuro.

Quando nos dirigimos aos estudantes às queixas também acontecem a se referirem à falta de estímulo e sentido nas aulas ministradas na escola, conteúdos, os quais não fazem sentido, professores despreparados, espaço físico desestimulante. Os jovens estão na escola porque são obrigados ou porque precisam do certificado de conclusão do curso.

Neste sentido, ao tentarmos entender o que de fato tem acontecido com a escola, pois, seu desempenho não tem sido os melhores nos últimos tempos. Então, nos deparamos com diversos fatores apontados pelas pessoas envolvidas nesse processo e de pessoas externas. “Tem se tornado comum também que governos e “especialistas” em educação enxerguem no professor a origem da crise de qualidade e “desempenho da escola”, na tentativa de encontrar um responsável por esse fracasso escolar.” (CARRANO; DAYRELL, 2014, p.103):

[...]parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores, alunos e gestores se culpando mutuamente, perguntando a que ela se propõe. [...] a relação da juventude com a escola não se explica em si mesma: o “problema” não se reduz nem apenas aos jovens nem apenas à escola e aos seus professores. É fundamental superar nossa tendência em achar “o culpado” de um relacionamento problemático. (CARRANO; DAYRELL, 2014, p. 103).

Diante disso, precisamos estar atentos ao fato de que a escola está inserida na sociedade e os acontecimentos em seu entorno acaba refletindo em seu interior. Assim:

não podemos esquecer que a instituição escolar e os atores que lhe dão vida, professores, alunos, gestores, funcionários, familiares, dentre outros, são parte integrante da sociedade e expressam, de alguma forma, os problemas e desafios sociais mais amplos (CARRANO; DAYRELL, 2014, p. 103).

O acesso do grupo de pessoa ao Ensino Médio a partir dos anos 90, como já afirmamos anteriormente, com a expansão e obrigatoriedade das matrículas, mudou de forma significativa o contexto escolar. O Ensino Médio anteriormente era privilégio da classe dominante, passando a ser frequentado com mais expressividade pelas classes populares.

O público anterior era homogêneo se tornou heterogêneo, e junto com as mudanças ocorridas na sociedade um novo perfil de estudante se apresenta para a escola. Assim, chega ao Ensino Médio pessoas oriundas de um contexto de grandes

transformações sociais com necessidades próprias, estas não se adequam mais ao processo educativo baseado somente na transmissão de saber.

A partir dessas mudanças novas adversidades são postas a educação, além de se ocupar em instruir, a escola deve educar para a cidadania, para o acesso ao ensino superior e para o ingresso no mercado de trabalho.

Sobre os embates da educação em fazer cumprir o acesso, a permanência e a sua qualidade nós já abordamos no tópico 1. Neste tópico, no qual versamos sobre as características da juventude que frequenta o Ensino Médio, daremos atenção aos desafios da educação trazidos pelas mudanças sociais, familiares e tecnológicas promovendo um novo sentido a escola.

Nesse novo cenário, o qual se apresenta a escola perde a sua centralidade, ela já não é mais a única fonte de conhecimento, além disso, ela deve se ocupar também com outras dimensões tais como a formação humana e a autônoma do seu público. Assim a escola:

[...] deslocada de sua antiga centralidade social para agora ocupar um lugar marginal na própria valoração que a sociedade lhe atribui – a de um lugar de passagem, tão somente, onde concluir essa etapa do ensino encerra um período de três anos obrigatórios para quem deseja possuir requisitos mínimos para o mercado de trabalho ou pleitear uma carreira de nível superior (OLIVEIRA; TOMAZETTI, 2012, p.194).

Nesta perspectiva, há um desinteresse escolar dos estudantes pelos conteúdos das disciplinas curriculares e pelas atividades escolares propostas, pois, esses alunos estão acostumados a um contexto urbano de múltiplas oportunidades de satisfação.

O desinteresse das atividades escolares promove uma perda por parte da escola do Ensino Médio de sua função social, esta enunciadora de significados e condutas para a formação do aluno, ocupando um lugar de passagem pelos estudantes desejosos de possuir requisitos mínimos para o mercado de trabalho ou conquistar o nível superior.

Estamos inseridos num mundo tecnológico, este diminuiu as distâncias e revolucionou o acesso as informações. São muitas notícias sendo transmitidas e disponibilizadas a todo tempo pelos meios de comunicação: rádios, TV, jornais, revistas, livros, celular, internet.

A internet é um meio de comunicação, o qual as informações são acessadas com muita rapidez e facilidade. Porém, nem todo dado disponibilizado por essa via tem veracidade. Além de ter conexão, as pessoas também podem disponibilizar conteúdos, e estes podem ser de qualidade ou não, verdadeiros ou não.

Não basta, para fazer uma pesquisa, dar uma *googlada* (grifo do autor), porque o Google é ponto de partida de uma pesquisa, não ponto de chegada. Ademais, os usuários desse mecanismo de busca devem cuidar de garantir a qualidade de suas pesquisas no cotidiano, mediante ações que são consideradas indispensáveis em ciências: a comparação com os pares, a verificação dos dados e da legitimidade das fontes. [...] sabemos o quanto ainda há de informação falsa e deturpada na rede mundial. (CORTELA, 2011, p.82).

Além de informação a internet disponibiliza a seus internautas aplicativos extraordinários envolvendo a atenção dos indivíduos e principalmente dos jovens, tais com WhatsApp, Facebook, Instagram, Netflix, jogos e o YouTube, dentre outros.

Diante de todas as notícias e atrações disponibilizadas pelos meios de comunicação a escola parece ficar de certo modo longe dessa nova realidade, pois, as informações estão chegando aos jovens com tanta facilidade. O problema é que são muitas informações, mas nem sempre se pode garantir o conhecimento de modo eficaz, “porque informação não é conhecimento, é base para conhecimento (CORTELA, 2011, p. 97).

A educação tem um papel fundamental, pois é por meio dela que o conhecimento é oferecido de forma sistematizado, com critérios de veracidade. Ela contribui com os alunos tornando-os aptos a selecionar e criterizar as notícias divulgadas pelos meios.

Neste contexto, a escola pública perde a sua centralidade e a sua eficácia, pois os valores sociais mudaram as possibilidades de distrações e as tecnologias, as quais os alunos tem acesso fora da escola são mais atrativas do que os conteúdos e a forma com estes são ministrados na escola.

Apesar dos avanço tecnológico, a escola continua com métodos didáticos anteriores a esse acontecimento. Os equipamentos evoluíram, mas não chegaram com o mesmo ritmo nas escolas, então fica cada vez mais difícil o professor conseguir a atenção de seus alunos.

[...]os dispositivos escolares (leitura, memorização, adequação a padrões cívicos coletivos, introspecção) ainda vigentes têm se mostrado justamente como elementos a serem rechaçados por muitos jovens, na medida em que ministrar aulas, para determinados professores, parece assemelhar-se a um vendedor buscando convencer clientes sobre seu produto: a atenção destes últimos dependerá da performance assumida e do humor daquele a quem se busca seduzir (OLIVEIRA; TOMAZETTI, 2012, p.193).

Além das dificuldades pela falta de tecnologia, outros fatores externos ao ambiente escolar estão se tornando desafiadores para a educação. Esses fatores estão

ligados as características dos jovens que chegam à escola sem receber de seus pais as instruções familiares essenciais ao convívio coletivo, e por fazerem parte de uma sociedade consumista, esta imprime nos jovens a valorização do prazer e das coisas imediatas, como afirmamos anteriormente.

[...] as tensões e os desafios existentes na relação atual da juventude com a escola são expressões de mutações profundas que vêm ocorrendo na sociedade acidental, que afetam diretamente as instituições e os processos de socialização das novas gerações, interferindo na produção social dos indivíduos, nos seus tempos e espaços. (DAYRELL, 2007, p. 1106)

Destarte, por ser uma categoria socialmente produzida, fica difícil à escola desequipada e despreparada fazer sentido para uma juventude, a qual está sendo educada sem precisar se esforçar, em uma sociedade, a qual não valoriza o conhecimento e oferece muitos atrativos tecnológicos.

A família ao se isentar de transferir alguns valores morais aos seus jovens, estes deveriam aprender com ela, assim sendo, acabam transferindo para a escola essa responsabilidade. Dessa forma, a escola, além, de se preocupar em formar o indivíduo para a vida e possibilitar a sua aprendizagem sistematicamente, se encontra diante do desafio de ensinar a esse jovem se comportar, respeitar e conviver coletivamente.

Outro fator, o qual não podemos deixar de destacar é os pais imputarem à escola a educar moral dos jovens, mas infelizmente não oferecem meios para isso, pois se estes não tem noção de hierarquia a partir do convívio família dificilmente ele conseguirá fazer isso nos outros ambientes de convivência, inclusive na escola. Por isso, estamos presenciando a falta de respeito dos alunos com os professores, e estes estão perdendo a sua autoridade.

Ainda no âmbito das relações sociais que ocorrem no cotidiano escolar, é necessário ressaltar aquelas existentes entre alunos e professores. Vem ocorrendo uma mudança significativa nessa relação, principalmente na questão da autoridade, onde os alunos não se mostram dispostos a reconhecer a autoridade do professor como natural e óbvia. (DAYRELL, 2007, p.1121)

Isso ocorre porque esses jovens não reconhecem a autoridades de seus pais. O convívio com os colegas também se torna cada vez mais conflituoso por causa da forma egocêntrica, a qual são criados, tudo isso é o reflexo da educação recebida (ou não recebida) em casa.

Criar crianças dá trabalho e exige tempo. E tempo é algo que vai rareando numa sociedade com demandas crescentes. Essa situação se

desdobra dentro da escola, onde as crianças ficam quase ofendidas quando cobradas em relação a um material, uma tarefa, uma avaliação. (CORTELA, 2017 p. 98)

Com tudo, frente aos desafios postos pela sociedade e pelo novo público que adentram nos espaços escolares percebemos “a escola se abriu para receber um novo público, ela ainda não se redefiniu internamente, não se reestruturou a ponto de criar pontos de diálogo com os sujeitos e sua realidade.” (DAYRELL, 2007,p.1117).

Neste sentido, “[...] a escola que tem de ser repensada para responder aos desafios que a juventude nos coloca” (DAYRELL, 2007, p.1107), pois:

[...]apesar de várias iniciativas do poder público, não houve ainda uma adequação da estrutura escolar a esta nova realidade. Salvo algumas exceções, principalmente no âmbito das redes de ensino municipais de algumas cidades brasileiras, a estrutura da escola pública, incluindo a própria infra-estrutura oferecida, e os projetos político-pedagógicos ainda dominantes em grande parte das escolas não respondem aos desafios que estão postos para a educação dessa parcela da juventude. (DAYRELL, 2007, p.1116)

Os aspectos abordados até aqui evidenciam alguns fatores, e, estes contribuem para a desmotivação dos discentes para com a escola do Ensino Médio. A escola teve o seu processo histórico marcado por uma educação para a elite, tem o seu espaço ocupado pelas classes populares, ou seja, mudou o público e a quantidade de alunos que frequentam essa modalidade de ensino, mas, a qualidade na educação não acompanhou essa mudança.

Por fazer parte de meio social cheio de mudanças com conflitos e desigualdades, esses jovens, chegam ao ambiente escolar com características, estas demandam novos desafios no modo de oferecer a educação escolar.

Esses desafios indicam o quanto à educação precisa ser repensada, no intuito de fazer sentido e conseguir promover conhecimentos significativos para seu público, pois, as expectativas destes tem sido contrárias com a realidade oferecida pela escola.

Diante do exposto, faz-se necessário entender como a aprendizagem acontece, como esta vem sendo conduzida pela escola e a sua relação com a evolução do educando.

2.3 Processo de Aprendizagem

Para entendermos sobre o processo de aprendizagem buscaremos amparo nas descobertas da neurociência e nas contribuições que a neuropedagogia têm apresentado ao universo educacional.

Segundo Houzel (2002), a neurociência é:

[...] um termo guarda-chuva que engloba todas as áreas da ciência – biologia, fisiologia, medicina, física, psicologia – que se interessa pelo sistema nervoso: sua estrutura, função, desenvolvimento, evolução e disfunção (HOUZEL, 2002, p.15).

Um dos campos de estudos da neurociência concentra-se em saber como funciona o cérebro no processo de aprendizagem. Esse conhecimento é importante na área da educação, pois pode contribuir para que as práticas pedagógicas sejam mais eficazes. Porém, precisamos estar atentos ao fato que outras áreas do conhecimento são necessárias para a construção do ambiente escolar. Segundo Stern apud Guerra:

A Neurociência por si só não pode fornecer o conhecimento específico necessário para a elaboração de ambientes de aprendizagens em áreas de conteúdo escolar específicas, particulares. Mas fornecendo insights sobre as capacidades e limitações do cérebro durante o processo de aprendizagem, a Neurociência pode ajudar a explicar porque alguns ambientes de aprendizagem funcionam e outros não (STERN, 2005, apud GUERRA, 2011, p. 4).

É preciso esclarecer sobre a neurociência não ter a intenção de solucionar os problemas educacionais e as dificuldades da aprendizagem com um novo método pedagógico. Porém, as estratégias pedagógicas consideram a forma como o cérebro funciona, e estas podem ser mais significativas, eficientes e adequadas para atuarem durante o processo de aprendizagem.

Segundo a neurocientista Houzel (2010), “Aprender é modificar o cérebro”. Ao fazer algo novo o cérebro se modifica de tal forma que da próxima vez ao ocorrer uma situação similar, ele buscará agir de acordo com a experiência vivida anteriormente.

Assim, a aprendizagem acontece quando o cérebro é usado, pois as conexões entre os neurônios mudam conforme o seu uso, algumas ficam mais fortes e outras mais fracas.

Possuímos cerca de 86 bilhões de neurônios. A atividade cerebral consiste justamente na troca de sinais entre eles. A comunicação entre esses neurônios é feita por meio de substâncias químicas, os neurotransmissores, e esse processo é conhecido como sinapses.

A aprendizagem consiste no fortalecimento das sinapses em uso. As sinapses que não são usadas ficam enfraquecidas. Esse processo de fortalecimento e

enfraquecimento de sinapses esculpe o cérebro de acordo as experiências vivenciadas.

Para Herculano:

[...] Característica própria do sistema nervoso: a capacidade de fazer novas combinações entre seus elementos, e de mudar a eficiência das conexões - as sinapses - já existentes. Quando a eficiência aumenta, a conexão entre dois neurônios fica “fortalecida”; quando diminui, a conexão fica “enfraquecida”. Além do mais, nenhuma conexão é fixa; uma conexão enfraquecida demais pode ser eliminada, e uma nova pode ser feita em outro lugar, com outro neurônio. Fortalecer essas novas conexões, estabilizando-as, é uma maneira de criar novas associações. Os neurocientistas hoje estão convencidos de que é essa a base do aprendizado. Como sempre se pode tirar uma conexão daqui e criar outra ali, será sempre possível fazer mais uma combinação, mais uma associação entre neurônios, e aprender mais alguma coisa (HOUZEL, 2002, p.25).

A aprendizagem é contínua, pois apesar de algumas sinapses serem enfraquecidas, novas conexões entre neurônios continuam acontecendo o tempo todo. Esse processo de “fazer e desfazer” conexões entre neurônios é conhecido como neuroplasticidade (GUERRA, 2011).

A experiência fortalece os melhores caminhos sinápticos. Tudo isso, nos ajuda a entender o porquê muitas vezes não conseguimos aprender, o fato é sobre não exercitamos, ou repetimos o caminho suficientemente para que as sinapses sejam fortalecidas.

Dessa forma, o fortalecimento das sinapses se dá através da prática. É como se a pessoa tivesse um campo de possibilidades para ir de um ponto ao outro, nas primeiras incursões nesse percurso a pessoa vai ter dificuldades, mas à medida que ela passa pelo mesmo caminho várias vezes, este vai ficando cada vez mais demarcado. Depois de certo tempo não necessitará mais de tanto esforço para fazer o percurso de um ponto ao outro.

O cérebro humano possui duas formas de guardar as novas informações adquiridas. Uma é de curto prazo, o qual se perde com o tempo, pois, a informação foi utilizada em um contexto específico, sem a necessidade de fixação para uso futuro. E a outra é de longo prazo, acontece quando adquirimos um conhecimento, e ele é fixado na memória, ou seja, quando solicitado esse conhecimento está lá, não se desfaz com o tempo.

Isso acontece porque possuímos dois tipos de memória, a provisória e a permanente. Na memória provisória as informações são armazenadas por pouco tempo, é a mais fácil de acontecer, ou seja, uma experiência desse nível é quando precisamos

gravar um número de telefone, o qual utilizaremos e não precisaremos posteriormente, então em pouco tempo esqueceremos.

A memória permanente é o inverso, mais difícil de ser acessada, porém quando se usa o mecanismo correto para podermos guardar as informações nela, essas informações ficam armazenadas por tempo indeterminado. Ao andarmos de bicicleta, o aprendizado é permanente, podemos ficar bastante tempo sem praticar, mas quando o fazemos novamente nós sabemos.

Segundo Piazzzi, isso acontece porque temos duas estruturas em nosso cérebro:

No miolo temos o chamado sistema límbico, cheio de estruturas complexas (tálamo, hipotálamo, amígdala etc.), nas quais se destaca uma, denominada hipocampo, muito importante para a memória de CURTO PRAZO. Envolvendo esse miolo, como se fosse a casca de uma árvore (em latim, *córtex*), temos a parte mais “nobre” do cérebro, fundamentalmente na memória de LONGO PRAZO (PIAZZI, 2008, p.31).

Assim, o sistema límbico faz o papel da memória provisória, ou seja, ele armazena em nosso cérebro informações que não permanecerão por muito tempo. Já o córtex é responsável por armazenar as informações em longo prazo, tais como: andar, falar, comer.

A aprendizagem concreta é aquela que consegue guardar um novo conhecimento na memória permanente. Sabendo disso, buscamos respostas para algumas questões pertinentes ao ato de aprender e sua relação com a escola. Como fazer para conseguirmos armazenar o novo conhecimento na memória de longo prazo, ou seja, O que fazer para aprender de verdade? Quando e o Quanto devemos estudar?

[...] um dado neurônio pode se interligar com centenas, milhares de outros. [...] essa rede sináptica não é estática. Mesmo depois de quase totalmente estruturada em termos de “fiação”, ou seja, quem está ligado a quem, ela é alterada DIARIAMENTE pela mudança da “força” das sinapses (PIAZZI, 2009, p. 89-90).

São essas mudanças, as quais acontecem no cérebro diariamente e nos permite aprender. Por isso, precisamos aproveitar melhor esse “ciclo de aprendizagem circadiano” (PIAZZI, 2009, p. 90). Para aumentarmos o nível de cognição diante do processo de aprendizagem.

Segundo Herculano-Houzel (2010), alguns fatores contribuem para o aprendizado, são eles: a atenção, prática e estímulo. A neurocientista afirma ser a “grande porta de entrada do aprendizado é atenção”, e somente conseguimos prestar

atenção em uma coisa de cada vez, mesmo quando acreditamos estar prestando atenção em várias coisas, o que acontece na verdade é a alternância rápida da atenção entre uma ou outra coisa.

A atenção é importante função mental para a aprendizagem, pois nos permite selecionar, num determinado momento, o estímulo mais relevante e significativo dentre vários. Ela é mobilizada pelo que é muito novo e pelos padrões, (esquemas mentais), que já temos em nossos arquivos cerebrais. Daí a importância da aprendizagem contextualizada (GUERRA, 2011. p. 6).

Isto posto, é evidente a importância da atenção para o aprendizado, pois é por meio dela que o conhecimento é internalizado pelo indivíduo. Não é possível entender, muito menos aprender algo que não tenha sido motivo de atenção.

Além da atenção, outro aspecto importante para consolidar a aprendizagem é a prática. Para Guerra:

Se as informações/experiências forem repetidas, a atividade mais frequente dos neurônios relacionados a elas, resultará em neuroplasticidade e produzirá sinapses mais consolidadas. Esse conjunto de neurônios associados numa rede é o substrato biológico da memória. Os registros transitórios - memória operacional - serão transformados em registros mais definitivos - memória de longa duração (GUERRA, 2011.p. 6).

Em consonância com a prática é importante que no processo de aprendizagem as pessoas tenham acesso a oportunidades. Pois, somente assim, será possível a aquisição de novos conhecimentos. Uma pessoa só aprende a tocar um violino, por meio da experiência, se ela tiver contato com esse instrumento.

O estímulo é outro fator relevante para o aprendizado, pois é por meio deste que o indivíduo se expõe às novas experiências. Para Houzel:

Há muito tempo não se acredita mais que o cérebro nasça “vazio” como a famosa tabula rasa e vá sendo montado aos pouquinhos, de acordo com os estímulos que recebe. Não que os estímulos não sejam importantes. Muito pelo contrário: centenas de artigos científicos já demonstraram como a estimulação normal e variada dos sentidos é importante para o desenvolvimento normal do cérebro. Na verdade, os estímulos são tão importantes para modelar o cérebro que, muito antes de os sentidos começarem a funcionar, o cérebro dá seu jeitinho de já ir se entretendo: falando sozinho (HOUZEL, 2002, p.46).

Abordamos alguns fatores, os quais contribuem com a aprendizagem, e esta acontece de forma concreta: a atenção, a prática e o estímulo. Mas, outros fatores

também influenciam a aprendizagem e são apresentados por Guerra. De acordo com o autor:

Aprendizes privados de material escolar adequado, de ambiente para estudo em casa, de acesso a livros e jornais, de incentivo ou estímulo dos pais e/ou dos professores, e pouco expostos a experiências sensoriais, perceptuais, motoras, motivacionais e emocionais essenciais ao funcionamento e reorganização do SN¹, podem ter dificuldades para a aprendizagem, embora não sejam portadores de alterações cerebrais (GUERRA, 2011.p. 7).

É evidente, o quanto mais rico de possibilidades for o ambiente em que o indivíduo está inserido, quanto mais motivado e incentivado ele for, maiores serão suas oportunidades de aprendizado.

Considerando a aquisição do conhecimento a partir da rotina da escola, em que há um “ciclo de aquisição de conhecimento e consequente incremento do nível de inteligência têm três fases: ENTENDER, APRENDER e FIXAR” (PIAZZI, 2009, p. 90).

Segundo o autor, a primeira fase para a aquisição do conhecimento baseia-se em entender o conteúdo a ser aprendido. Ela acontece na escola durante a aula, e nesse momento, o aluno deve ser motivado e questionado, é quando deve haver a conexão entre o que ele já sabe e o novo conteúdo apresentado.

A segunda fase é a de aprender o conteúdo ministrado na aula, isso só acontece quando o aluno estuda sozinho:

Quando ele estiver SOZINHO, ele começa (ou deveria começar) a ESTUDAR. Nesse momento, se a aula da qual ele participou foi planejada de forma inteligente, ele terá uma TAREFA a ser executada. Durante a execução dessa tarefa, ele está preparando os caminhos para transformar “informação” (retida em curto prazo) em “conhecimento” (PIAZZI, 2009, p.92).

Assim, a segunda fase está diretamente ligada à primeira, pois nas aulas os alunos entendem o conteúdo, mas é estudando sozinho, logo após a aula, e fazendo a tarefa é que ele transforma a informação em conhecimento.

Esse momento é fundamental para que a aprendizagem aconteça, pois, ao realizar a tarefa o aluno estará fortalecendo as novas conexões, ele estará avisando para seu cérebro que aquele conteúdo é importante e precisa ser armazenado na memória de longo prazo.

¹ SN: Sistema Nervoso. Grifo de nossa autoria.

Esse estudo solitário precisa acontecer logo após a aula, antes que se passe uma noite de sono, pois quando dormimos a aprendizagem se consolida, essa é a última fase da aprendizagem, a fixação.

Durante o sono profundo é como se desligássemos o computador central, e iniciarmos a fazer a manutenção.

As redes neurais que foram envolvidas na aula (e, principalmente, na execução da tarefa) passam agora por um treinamento de maneira a alterar, de uma forma muito mais complicada do que podemos entender ou até imaginar, a quantidade de neurotransmissores que passam por suas sinapses (PIAZZI, 2009, p.93).

O ciclo entender-aprender-fixar acontece durante o dia, se for executado de forma correta. Nesse sentido, diferentemente dos postulados, à noite não dormimos para descansar, “dormimos para reestruturar nossas redes sinápticas” (PIAZZI, 2009, p.93).

Destarte, para aprendermos de verdade precisamos considerar que esse processo acontece de forma satisfatória quando o novo conhecimento é exercitado, ou seja, a prática permitirá o fortalecimento das novas sinapses, e ela transformará memória curta em memória permanente.

A consolidação das memórias ocorre, pouco a pouco, a cada período de sono, quando as condições químicas cerebrais são propícias à neuroplasticidade. Enquanto dormimos, o cérebro reorganiza suas sinapses, elimina aquelas em desuso e fortalece as importantes para comportamentos do cotidiano do indivíduo. Dormir pouco, dificulta a memorização. Para aprender, precisamos estar despertos e atentos para absorver a experiência sensorial, perceptual e significativa, mas necessitamos do sono para que essas experiências sejam memorizadas e, portanto, apreendidas (GUERRA, 2011.p. 6).

Desta forma, além de assistir a aula para entender o conteúdo, o aluno deve estudar sozinho, antes da noite de sono, pois é quando se está dormindo que o cérebro se reorganiza, memorizando ou não as novas informações.

O cérebro humano é fantástico, e apesar da exposição a vários conhecimentos e a sua prática, a aprendizagem não acontece de forma arbitrária.

O nosso cérebro é o resultado de milhões de anos de evolução, é óbvio que ele tem mecanismos de proteção que impedem mudanças demasiadamente drásticas. Isso significa que a quantidade de reconfiguração possível de ser executada toda noite é LIMITADA. Consequentemente, o ritmo adequado de estudo é o de se ESTUDAR POUCO, mas... TODO DIA (PIAZZI, 2009, p.94).

Nesta perspectiva, devemos estudar pouco, mas todos os dias, antes de se dormir a noite, pois, é nesse período que a aprendizagem se consolida. E precisamos estudar

todos os dias, no sentido de não se perder nenhum dia a chance de aprender algo novo, pois, o ciclo de aprendizagem é circadiano e limitado.

2.3.1 Escola e aprendizagem

Diante do exposto no tópico anterior, precisamos refletir como a aprendizagem vem sendo conduzida pelas escolas brasileiras, e se ela está conseguindo promover o desenvolvimento dos educandos.

Em 2009, em seu livro *Ensinando Inteligência*, o professor Pierluigi Piazzi analisa o sistema educacional brasileiro e os resultados do exame mundial do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) — *Programme for International Student Assessment*—, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o qual testa os conhecimentos de alunos de 15 anos. Para Piazzi:

O exame de 2003 mostrou que o Brasil, entre dezenas de países, tem um dos piores sistemas educacionais do mundo! E os resultados brasileiros, nos exames posteriores, continuam sendo catastróficos! (PIAZZI, 2009, p.17-18).

Essas avaliações acontecem a cada três anos e contempla as três áreas do conhecimento: Ciências, Matemática e Leitura. No Brasil as avaliações são realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Os resultados dos desempenhos dos alunos em 2015 continuam sendo baixo:

O desempenho dos alunos no Brasil está abaixo da média dos alunos em países da OCDE em ciências (401 pontos, comparados à média de 493 pontos), em leitura (407 pontos, comparados à média de 493 pontos) e em matemática (377 pontos, comparados à média de 490 pontos) (INEP, 2016).

Tudo isso acontece por diversos motivos, os quais já discutimos anteriormente quando abordamos sobre os desafios do Ensino Médio. Escolas que não possuem estruturadas física adequada, as quais não conseguem oferecer uma educação de qualidade são alguns desses desafios.

Além dessas dificuldades enfrentadas pelas escolas brasileiras, o que também prejudica a escola no cumprimento do seu papel de favorecer o desempenho dos educandos, é outra questão, esta merece à atenção de quem trabalha na educação. De acordo com Piazzi:

O que torna o sistema educacional brasileiro tão catastrófico (é um dos piores do mundo) é o fato de a maioria das escolas serem ineficientemente burocratizadas, não se preocupam em ensinar seus

alunos a realmente aprender, ou seja, em armazenar o conhecimento de forma permanente (PIAZZI, 2008, p.30-31).

Em outro livro, *Ensinando Inteligência*, destinado aos professores, o mesmo autor afirma:

A esmagadora maioria dos alunos brasileiros, de qualquer idade e curso, não estuda para aprender... finge que estuda, mas é para “tirar nota”! Esse é o câncer de nossa escola [...] Temos um sistema escolar com milhões de alunos e quase nenhum estudante! (PIAZZI, 2009, p.19).

Neste contexto, o autor mostra o contexto, no qual a forma como é conduzida a educação no Brasil é que é errada. Mesmo os alunos sendo considerados bons porque tiram notas boas, na realidade nem sempre isto significa a real efetivação do processo de aprendizagem.

O que acontece é que a maioria dos alunos no Brasil não possui o hábito de estudar. Como vimos anteriormente, é necessário estudar sozinho, dessa maneira, a aprendizagem torna-se consistente, e o cérebro entende que o conteúdo é relevante e necessita ser guardado de forma permanente.

Assim, quando o aluno assiste às aulas na escola, por mais explicativas que sejam, se o estudante não dedicar um tempo do seu dia após a aula para reforçar o conteúdo aprendido nas aulas, uma parte significativa deste será esquecido.

Memória não se forma de imediato, “da noite para o dia”. A formação de sinapses demanda reações químicas, produção de proteínas e tempo. Por isso, a aprendizagem requer re-exposição aos conteúdos e diferentes experiências e complexidade crescente (GUERRA, 2011, p. 6).

Em vez de estudar os conteúdos trabalhados na sala de aula logo após, a maioria dos alunos opta por estudar o mais próximo possível da realização da prova, alegando que é para não dar tempo de esquecer.

Com esse mecanismo os alunos conseguem até uma boa nota na prova. Ao estudar desta maneira as informações ficam guardadas por algum tempo na sua memória provisória, “assim que as utiliza na prova, garantindo a nota, as esquece” (GUERRA, 2011.p. 6).

Tudo isso acontece porque não há uma compreensão por parte de todos os envolvidos no sistema de ensino, sobre a necessidade de novas práticas pedagógicas nas escolas, mas, desde que elas venham acompanhadas com o incentivo aos alunos sobre dedicar um pouco do seu tempo estudando para aprender, e não apenas para tirar boas

notas. É preciso entender que o tempo que o aluno passa na escola é importante, mas não é suficiente. Para Piazzi:

Um dos grandes, gigantescos e absurdos equívocos cometidos no sistema escolar brasileiro é causado por uma armadilha linguística: achar que o “ASSISTIR À AULA” e o “ESTUDAR” sejam a mesma coisa! (PIAZZI, 2009, p. 98).

Na escola, o aluno vai para ser estimulado para entender o conteúdo, mas, é estudando sozinho que ele fortalece as sinapses estabelecidas.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de mudanças na realidade do sistema educacional do Brasil. Segundo professor Piazzi essa mudança é possível:

E a boa notícia é que, não só não é difícil, como também é possível reformularmos completamente o nosso sistema educacional em curtíssimo prazo. [...] É só parar de procurar, desvairadamente, *novas* maneiras de ensinar e utilizar *eficientes* maneiras de aprender (PIAZZI, 2009, p. 23).

Assim, com foco em uma educação de qualidade deve-se propor aos alunos formas eficientes de aprender, e para isso, é necessário entender que tirar boas notas não é sinônimo de aprendizagem, nem deve ser o objetivo do cotidiano escolar.

Recebemos muitas informações ao longo do dia, mas armazenamos pouco conhecimento em nosso cérebro. Para a eficácia da educação, um dos seus propósitos deve ser a colaboração para o aluno aprender, ou seja, a desenvolver o hábito de estudar logo após a aula, para guardar na memória de longo prazo, e não apenas para tirar boas notas.

Acreditamos que este possa ser um dos motivos de desinteresse escolar dos alunos do Ensino Médio, a não funcionalidade para a vida prática em relação aos conteúdos ministrados na escola. A educação precisa fazer sentido na vida dos estudantes, e a sua finalidade deve ser essa, colaborar para que o aluno aprenda, mesmo diante de tantas dificuldades enfrentadas pela escola.

É necessário encontrar maneiras de motivar o aluno a estudar para obter uma aprendizagem consistente, pois ao fazer isso, tirar boas notas será consequência do processo e não o motivo principal. Tudo isso, fará com que o aluno além de ter sucesso na escola, se sinta motivado, pois a escola fará sentido e trará mudanças em sua vida.

Ao se tornar mais inteligente, novas oportunidades surgirão em sua vida dos estudantes, pois temos um mercado de trabalho muito competitivo e cheio de pessoas com diplomas, mas que não possuem conhecimentos adequados para ocupar os cargos.

Vivemos em um mundo com um grande crescimento populacional, e que precisa de cada vez menos mão de obra humana, já que esta tem sido substituída pela tecnologia. Neste sentido, ao colaborar com o aprendizado eficaz do aluno a partir da proposta apresentada, a escola proporcionará mais oportunidades para a vida do estudante, pois este entrará na competitividade do mercado de trabalho com o diferencial de possuir um conhecimento funcional aplicável a qualquer contexto.

3 MARCO METODOLÓGICO

A presente pesquisa foi realizada nas turmas do Ensino Médio de uma escola pública estadual localizada no município de Contendas do Sincorá, interior da Bahia. Trata-se de uma escola de pequeno porte, que atende nos três turnos: matutino, vespertino e noturno.

Com o objetivo de investigar os fatores que contribuem para o desinteresse escolar dos alunos da escola pesquisada realizamos uma pesquisa quali e quantitativa com os alunos do ensino médio matriculados no ano letivo de 2018, bem como com os professores atuantes nas referidas turmas atendidas na instituição. Conseguimos a colaboração espontânea de todos os envolvidos na pesquisa respondendo ao questionário e participando da entrevista estruturada, sendo 209 alunos, 11 professores e 1 diretor.

Escolhemos usar o questionário por se tratar de um instrumento objetivo e compreensível quanto às demandas para a pesquisa:

[...] uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. O questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções. As instruções devem esclarecer o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento (MENEZES; SILVA, 2001, p.33).

O nosso intuito em usar esse recurso foi conseguir alcançar todo o universo pesquisado, mostrando-os a relevância da pesquisa e permitindo-os serem transparentes em suas respostas.

Neste sentido, a pesquisa consiste em um estudo sistemático com a finalidade de tentar responder a uma dúvida, uma questão. Segundo Menezes e Silva (2001, p.19), “Pesquisar significa, de forma bem simples, procurar respostas para indagações propostas”.

A pesquisa se inicia a partir de uma dúvida, e esta será a mola propulsora para efetivação da mesma. Em seguida será apresentado o método e os instrumentos para a resposta da questão ou pergunta central. De acordo com Gil:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados (GIL, 2007, p. 17).

Logo, a pesquisa é o meio pelo qual se chega ao conhecimento. Ao tentar buscar respostas para um problema construímos um preconceito, ou seja, cria-se um conceito anterior a pesquisa, como um processo de identificação do problema. Deste modo, aquele é uma reflexão sobre a informação e a sua produção demanda uma investigação.

O estudo adquirido com a pesquisa sistemática, metódica e com objetivos claros e que gera ciência é denominado conhecimento científico.

[...] para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento (GIL, 2008, p. 27).

O conhecimento para ser científico precisa ser construído a partir de técnicas que possibilitem sua averiguação. Segundo Gerhardt e Silveira:

[...] o conhecimento científico se dá à medida que se investiga o que se pode fazer sobre a formulação de problemas, que exigem estudos minuciosos para seu equacionamento. Utiliza-se o conhecimento científico para se conseguir, por intermédio da pesquisa, constatar variáveis. As variáveis são a presença e/ou ausência de um determinado fenômeno inserido em dada realidade. Essa constatação se dá para que o estudioso possa dissertar ou agir adequadamente sobre as características do fenômeno que o fato apresenta (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 24).

Desta maneira, o conhecimento científico acontece por mediação da pesquisa, e esta além de promover o aprendizado de algo novo, promove a ciência. “Ciência é um procedimento metódico cujo objetivo é conhecer, interpretar e intervir na realidade, tendo como diretrizes problemas formulados que sustentam regras e ações adequadas à constituição do conhecimento (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 25). Ainda segundo estes autores,

[...] a ciência pode ser caracterizada como uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível. O conhecimento científico é objetivo porque descreve a realidade independente dos caprichos do pesquisador. É racional porque se vale sobretudo da razão, e não de sensação ou impressão, para chegar a seus resultados. É sistemático porque se preocupa em construir sistemas de idéias organizadas racionalmente e em incluir os conhecimentos parciais em totalidades cada vez mais amplas. É geral porque seu interesse se dirige fundamentalmente à elaboração de leis ou normas gerais, que explicam todos os fenômenos de certo tipo. É verificável porque sempre possibilita demonstrar a veracidade das informações. Finalmente, é falível porque, ao contrário de outros sistemas de conhecimento elaborados pelo homem, reconhece sua própria capacidade de errar (GIL, 2008, p. 21).

Destarte, após a delimitação do problema a ser estudado, o próximo passo é a escolha da metodologia utilizada para realização da pesquisa, e esta se define como um conjunto de métodos, técnica e procedimentos empregados pelo pesquisador como caminho para encontrar o que se deseja conhecer.

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas (MINAYO, 2002, p.16).

Em seguida, faz-se necessário a escolha do método, ou seja, do conjunto de instrumentos empregados para desenvolver a investigação, da sequência lógica utilizada no processo da pesquisa. O método pode ser definido “como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (GIL, 2008, p. 27). Para Gerhardt e Silveira:

É importante salientar a diferença entre metodologia e métodos. A metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa; portanto, não deve ser confundida com o conteúdo (teoria) nem com os procedimentos (métodos e técnicas). Dessa forma, a metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 13).

Assim, a pesquisa favorece o conhecimento, este quando acontece por meio de uma metodologia definida colabora para a evolução da ciência. Para Minayo:

[...] a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos (MINAYO, 2002, p.17-18).

Neste sentido, esta pesquisa investiga um problema vivenciado em uma escola, o que o faz real e relevante, pois estudá-lo servirá tanto para encontrar respostas para os possíveis problemas dentro de seu local de estudo, como também pode servir como referência para outras pessoas interessadas no assunto.

3.1 Delimitação do campo de atuação e da pesquisa

Em nossa pesquisa estabelecemos como questão central de investigação do presente trabalho: Quais os principais fatores que contribuem para o desinteresse escolar dos alunos do Ensino Médio de Contendas do Sincorá, na Bahia?

Assim, com a apresentação da temática delimitada, definimos como objetivo geral da pesquisa a investigação os fatores que contribuem para o desinteresse escolar dos alunos do Ensino Médio de Contendas do Sincorá, na Bahia. Estabelecemos, ainda, os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o Ensino Médio;
- Apresentar as principais características da juventude que frequenta o Ensino Médio;
- Investigar o desinteresse dos estudantes pela aquisição da aprendizagem;
- Analisar a relação entre desinteresse de aprender e desempenho escolar.

Os objetivos específicos definidos serviram de roteiro para a busca de entender os motivos, os quais levam os alunos do Ensino Médio da escola pesquisada a estarem tão desinteressados pelo conhecimento escolar, para isso desenvolvemos um texto consistente de análise e argumentação.

Quanto a sua natureza, a presente pesquisa pode ser entendida como básica “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (MENEZES; SILVA, 2001, p.20).

Adotamos como processo metodológico uma abordagem objetiva e qualitativa, em uma revisão bibliográfica e documental, a qual nos permitiu um maior entendimento sobre o tema pesquisado.

Sempre que necessário e sem a presunção de determinar um discurso concludente sobre a questão pesquisada, analisamos os conceitos-chaves usados nesta dissertação, acreditando estar contribuindo com a reflexão do tema central aqui tratado e com novas perspectivas de estudo.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, pois se encaixa na descrição feita por Silva e Menezes (2001) para esse tipo de investigação, de acordo com as autoras:

Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (MENEZES; SILVA, 2001, p.20).

É uma pesquisa também quantitativa pois se encaixa na definição feita por Menezes e Silva:

Pesquisa quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.) (MENEZES; SILVA, 2001, p.20).

Optamos pela realização da pesquisa qualitativa e quantitativa por acreditar nos benefícios da integração dessas duas modalidades no intuito de enriquecer a análise dos dados coletados:

A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos (Goldenberg, 2004, p 62).

Destarte, “os métodos qualitativos e quantitativos, nesta perspectiva, deixam de ser percebidos como opostos para serem vistos como complementares” (GOLDENBERG, 2004, p 63).

Ao que se refere aos objetivos da pesquisa realizada, esta tem caráter exploratório e descritivo. Pois, a pesquisa exploratória

[...] visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso (MENEZES; SILVA, 2001, p.21).

É também descritiva por “descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento” (MENEZES; SILVA, 2001, p.21).

Sendo uma pesquisa qualitativa optaremos por realizar um estudo de caso, pois, para Goldenberg:

O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes tipos de técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto (GOLDENBERG, 2004, p. 33).

Para o desenvolvimento do presente projeto, foi realizada a pesquisa de dados secundários, a qual iniciou com uma revisão bibliográfica, apresentando o que foi e está sendo discutidas sobre Ensino Médio, juventude, desinteresse, motivação e aprendizagem. Esta revisão consistiu em pesquisas *online*, leitura de livros, dissertações, teses e dados estatísticos nos institutos de referência sobre os temas abordados.

O estudo de caso foi realizado em uma escola pública de ensino médio, esta atende cerca de 230 alunos, localizada na cidade de Contenda do Sincorá, no interior da Bahia. Conseguimos dar voz aos sujeitos da pesquisa por meio de dois questionários, um voltado para os alunos e outro para os professores.

Além do questionário fizemos também a observação sistemática, analisamos as cadernetas de notas e frequências dos alunos, e atas de reuniões de acompanhamento dos pais com a finalidade de averiguar de que forma os jovens estão se envolvendo com as atividades oferecidas pela escola. A participação da família, dos professores e dos gestores no processo de aprendizagem.

Avaliamos também a dedicação para realizar as atividades propostas pelos professores, e o tempo de dedicação dos alunos para estudar os conteúdos trabalhados em sala de aula, e se esses são suficientes para uma boa aprendizagem.

3.2 Local da pesquisa

A cidade onde fica a escola que escolhemos para a realização do nosso estudo de caso pertence ao estado da Bahia e fica aproximadamente a 445 km de Salvador, a capital do Estado.

O município possui uma extensão territorial de 1.044,7 km², e segundo o censo do IBGE, em 2010, conta com aproximadamente 4.663 habitantes, sua densidadedemográfica é de 4,5 habitantes por km² no território do município e tem como vizinhos as cidades de Malhada, Ituaçu e Barra da Estiva.



Figura 1- Foto da cidade de Contendas do Sincorá – BA.

Em 1926, com o início das escavações para a passagem da estrada de ferro do leste brasileiro, o que trouxe ao local crescimento populacional e econômico. Então, Contendas do Sincorá deixa de ser apenas a Fazenda Riachão e passa a ser um povoado pertencente ao município de Ituaçu. Seu nome se deu por causa do desentendimento ocorrido entre dois engenheiros responsáveis pela obra da ferrovia, originando o nome Contendas, e Sincorá por causa da Serra Sincorá e do rio que tem o mesmo nome e banha a região.

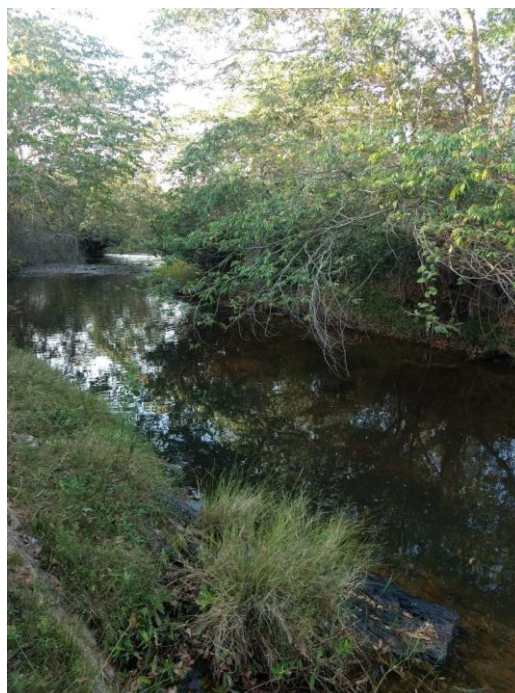


Figura 2- Foto do Rio Sincorá.

Em 1961, Contendas do Sincorá deixa de ser distrito e passa a ser município pela lei estadual nº 1511 de 06 de outubro de 1961, com território desmembrado de Ituaçu.

Contendas do Sincorá possui, além do rio, outra riqueza natural que é a Floresta Nacional Contendas do Sincorá. Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) possui o bioma Caatinga e uma área de 11.215,78 hectares.



Figura 3- Foto da Floresta Nacional Contendas do Sincorá na época da seca.



Figura 4- Foto da Floresta Nacional Contendas do Sincorá na época das chuvas.

A principal atividade econômica é agrícola, com a produção de maracujá, manga, banana, hortaliças, limão, tomate e café.

A cidade possui uma creche municipal, esta atende as crianças de 0 a 4 anos, e três escolas municipais, as quais oferecem o Ensino Fundamental I e II. O Ensino Médio fica sob responsabilidade do Colégio Estadual. Possui uma extensão da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo (FAC), esta oferece o curso de Pedagogia.

Para cursar outros cursos de nível superior, os jovens precisam se deslocar para outras cidades, tais como: Vitória da Conquista, Jequié, Brumado, Guanambi, Feira de Santana, Salvador e Itabuna. São cidades que possuem faculdades particulares e universidades públicas, estaduais e federais.

3.2.1 A Escola

O Colégio Estadual, onde foi realizada a pesquisa, funciona há 38 anos e iniciou suas atividades oferecendo o Ensino Fundamental I, depois, Fundamental II. Com a municipalização do Fundamental I e II, o Colégio foi autorizado a ministrar o Ensino Médio pela portaria nº 12717, publicada no DOE de 31/08/2005.

O prédio do Colégio Estadual é próprio, de infra-estrutura modelo “H”, antigos prédios construídos para Ensino Fundamental I, este ao longo dos seus 38 anos (1981-2019), sofreu pequenas modificações com construções de pequenos cômodos para instalação de salas de professores, diretoria, depósito.

Apesar dessas pequenas modificações, segundo o diretor da unidade, o prédio ainda necessita de salas amplas para laboratório de informática, biblioteca, laboratório de química, cozinha, refeitório, sala de professores, etc. Encontra-se em estado regular de conversação. Conta com 03 salas de aula, 01 sala de “múltiplo uso”, sala de professores, sala de secretaria, sala da direção, almoxarifado, cozinha, 02 sanitários para alunos e 01 para administração e professores, pátio, jardim interno (inacabado), quadra poli-esportiva (descoberta) e áreas livres. Todas as salas são pequenas.

A Escola, segundo os professor esse encontra relativamente equipada para realização de suas atividades educacionais. Conta com 05 monitores educacionais (TV, Pen-drive), 01 home theater, 01 projetor de vídeo, 02 computadores, 01 notebook, 02 impressoras multifuncional, não tem biblioteca, os poucos livros que há ficam em prateleiras na sala de multiuso. Aparelho de som com 02 caixas, 02 microfones sem fio, material esportivo: bolas, apitos, uniformes, coletes, redes. A cozinha conta com os equipamentos necessários para a execução de suas atividades.

Entendemos a grande relevância da infra-estrutura e o espaço físico de um ambiente escolar, não só pelas suas dimensões geométricas, mas, também pelas suas dimensões sociais para que a educação aconteça de forma a oferecer aos seus alunos múltiplas oportunidades de aprendizado.

Quanto à organização do tempo escolar: o turno diurno funciona com uma carga horária de 05 horas/aula diárias com um tempo de 50 minutos cada aula, perfazendo um total de 25 horas/aula semanal, iniciando-se às 7h30min e finalizando às 11h50min, com um intervalo de 10min entre a 3ª e 4ª aula. O atendimento ao turno noturno inicia-se às 18h30min e finaliza-se às 22h00min com um intervalo de 10min entre a 2ª e 3ª aula, tendo uma carga horária diária também de 05 horas/aula com um tempo de 40 minutos cada aula, contemplando uma carga horária semanal de 25 horas/aula.

A escola possui 1 diretor, 1 vice-diretora, 3 auxiliares administrativos, 4 pessoas de apoio, sendo 2 serviço gerais e 2 merendeiras. Conta também com 6 professores efetivos e 6 professores contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo – Reda.

Em 2018, ano de realização da pesquisa na escola, 230 alunos foram matriculados, destes: 51 alunos foram transferidos para outra escola ou desistiram de estudar, 33 alunos foram reprovados e os demais 146 alunos foram aprovados e concluíram o ano letivo.

3.3 Universo da pesquisa

É importante definir o universo ou a população da pesquisa, pois, estes se referem aos sujeitos, os quais fizeram parte do estudo, e em nosso caso, os indivíduos colaboraram ou responderam os questionários e as observações feitas. Segundo Gil (2008, p. 89):

Universo ou população. É o conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Comumente fala-se de população como referência ao total de habitantes de determinado lugar. Todavia, em termos estatísticos, pode-se entender como amostra o conjunto de alunos matriculados numa escola, os operários filiados a um sindicato, os integrantes de um rebanho de determinada localidade, o total de indústrias de uma cidade, ou a produção de televisores de uma fábrica em determinado período (GIL, 2008, p. 89).

Nesta pesquisa, fazem parte desse universo 1 diretor, 11 professores e 209 alunos matriculados no Colégio Estadual, de 1ª a 3ª série do Ensino Médio. Divididos em: 68 alunos cursam no turno matutino, 83 no vespertino e 58 estudantes no noturno,

totalizando 221 pessoas. Salientando, a vice-diretora também ocupa o cargo de professora, e não participou da pesquisa por se tratar da mesma pessoa, além de ser a pesquisadora.

Outro termo bastante utilizado nas pesquisas é a amostra. Ainda segundo Gil (2008, p. 90),

Amostra. Subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população. Urna amostra pode ser constituída, por exemplo, por cem empregados de urna população de 4.000 que trabalham em uma fábrica. Outro exemplo de amostra pode ser dado por determinado número de escolas que integram a rede estadual de ensino. Outros exemplos: urna quantidade definida de peixes retirados de determinado rio, certo número de parafusos retirados do total da produção diária de uma indústria ou um cálice de vinho de um tonel (GIL, 2008, p. 90).

Por se tratar de um subconjunto do universo, em nossa pesquisa esse item não será identificado, já que optamos por trabalhar como o todo da população, e não apenas uma parte dela.

3.4 Mecanismos para a coleta de dados

Nesta pesquisa utilizamos como instrumentos para coletar os dados necessários:

a) A observação sistemática:

É a partir da observação que conseguimos coletar os conhecimentos necessários para tentar solucionar o problema formulado. Para ser considerado um procedimento científico ela deve ser sistematicamente planejada. Gil (2008) defende o uso deste recurso na pesquisa quando afirma que

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nessa etapa, conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva. Por ser utilizada, exclusivamente, para a obtenção de dados em muitas pesquisas, e por estar presente também em outros momentos da pesquisa, a observação chega mesmo a ser considerada como método de investigação (GIL, 2008, p.100).

b) O questionário com perguntas subjetivas e objetivas:

Diferenciado de acordo com cada público pesquisado. Este instrumento foi utilizado na tentativa de melhor compreender o cotidiano e as ações motivadoras ou desmotivadoras para os alunos, a fim de descobrir o que estes desejam aprender diante do conteúdo escolar.

c) Documentos da escola, tais como cadernetas e atas:

Esses documentos foram analisados com o intuito de conhecer a escola, os professores, os alunos e os pais, pois todos esses itens são importantes na construção de uma educação de qualidade, e para se entender alguma problemática, a qual faz parte da escola, e precisamos conhecê-la e observá-la de perto, e averiguar esses registros nos permitiu isso.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta pesquisa, fizemos a explanação do marco teórico, no qual realizamos um breve histórico do Ensino Médio, discutimos sobre juventude, desinteresse, motivação e aprendizagem.

Definimos a metodologia utilizada, considerada de natureza básica, com abordagem qualitativa e quantitativa, exploratória e descritiva, utilizando dos procedimentos técnicos do estudo de caso, e como instrumentos de coleta de dados usaram a observação sistemática, questionário e análise de documentos oficiais da escola.

Chega o momento de investigarmos o desinteresse dos estudantes pela aquisição da aprendizagem. Para isso, faremos a apresentação e análise dos resultados e discussões feitas durante a pesquisa.

Neste capítulo de linearemos o perfil do jovem brasileiro, estudante do Ensino Médio de Contendas do Sincorá - BA, para tal, os seguintes questionamentos foram elaborados: Quais são suas expectativas a partir do estudo (ou para que terminar o ensino médio)? O que mais lhe desestimula a continuar na escola? A sua família lhe estimula a continuar os estudos, Por que? Você sente que a sociedade lhe pressiona a buscar o estudo, de que forma? Você frequentaria a escola por vontade própria? Por que?

Os questionamentos são pertinentes, pois, é a tentativa de traçar um panorama central proposto nesse trabalho, o qual consiste em determinar os fatores para o desinteresse escolar por parte dos estudantes do Ensino Médio, em especial, os do município de Contendas do Sincorá - Bahia.

Os dados que coletamos através dos questionários serão expostos com o auxílio de gráficos para melhor ilustrar as respostas obtidas. Estes gráficos, as informações obtidas por meio das observações e o resultado da análise de alguns documentos da escola serão relatados nos textos dos próximos tópicos.

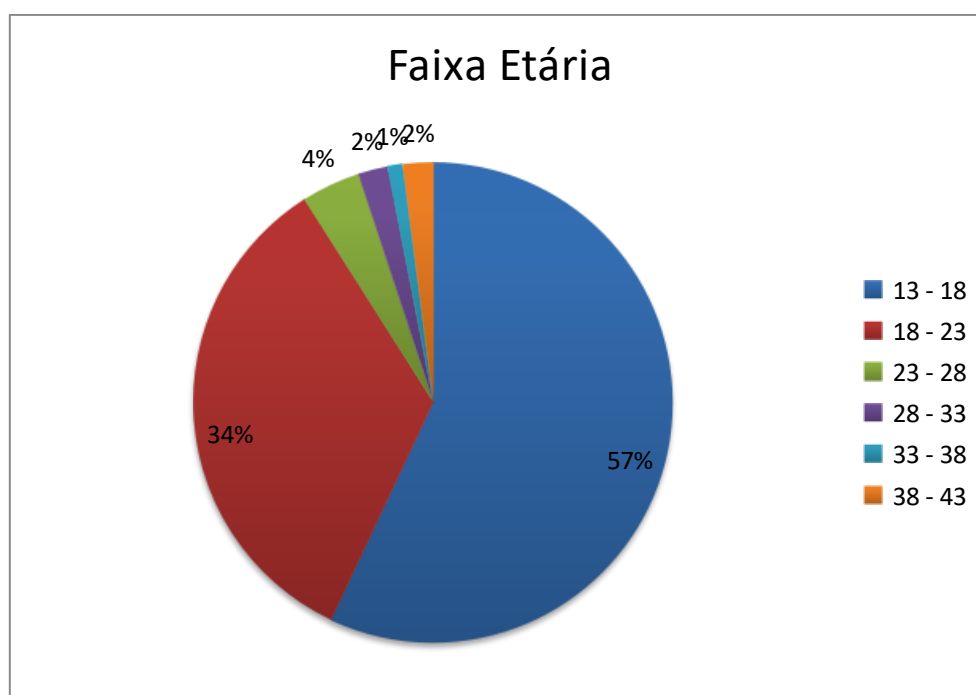
4.1 Características dos discentes pesquisados

Participaram desta pesquisa os jovens frequentadores de escola pública estadual do interior da Bahia, no município de Contendas do Sincorá.

Por ser uma cidade de porte pequeno não oferece muitas opções de lazer e esporte a seus moradores. Assim, os jovens têm como alternativas de lazer: tomar banho de rio, fazer trilhas nas serras e na reserva da Floresta Nacional Contendas do Sincorá e frequentar as praças da cidade. As práticas esportivas são: ciclismo, futebol, voleibol e capoeira.

Os estilos musicais escutados por esses jovens são: sertanejo, músicas internacionais, gospel, MPB, forró, pagode, funk, rap e pop. Ouvir músicas é uma das formas apontadas pelos jovens como opção de entretenimento, além de assistir TV e acessar a internet pelo celular.

Gráfico 1: Faixa etária dos alunos matriculados no Colégio Estadual, ano letivo 2018.



Fonte: Dados obtidos pela autora, 2018.

A faixa etária dos estudantes matriculados é entre 13 e 41 anos. Sendo o público maior de 13 a 18 anos, corresponde a 57%, seguido de 18 a 23 anos, correspondem a 34%, 24 a 28 anos 4% e de 29 a 42 anos, juntos formam um total de 5%.

Segundo o artigo 4º da LDB (lei nº 9.394/96), no inciso I, a educação básica é obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos. Logo, na faixa etária de 15 a 17 anos os jovens devem estar matriculados no ensino médio.

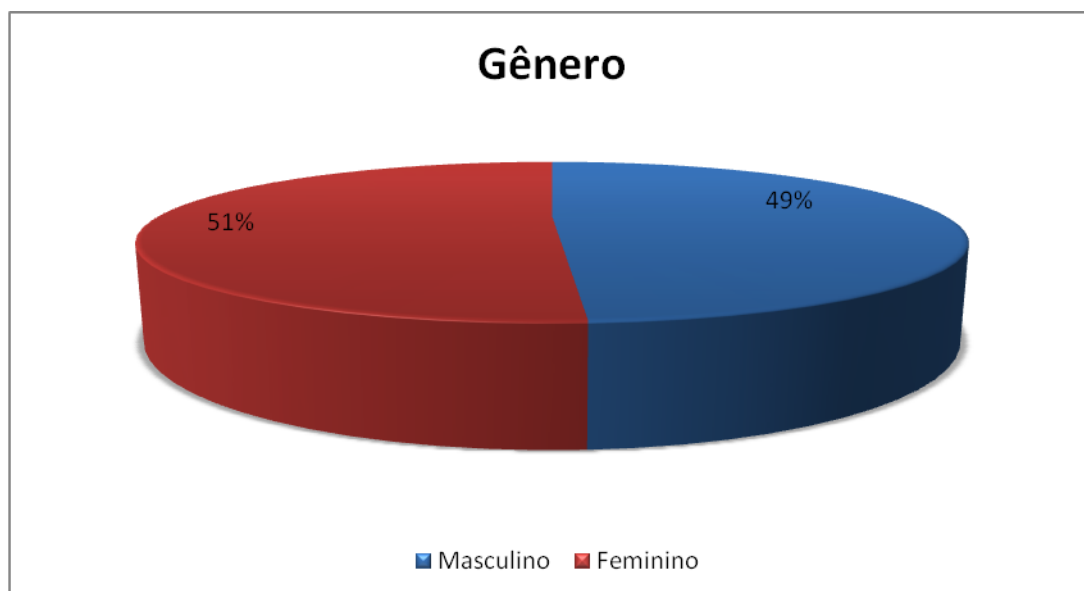
Os dados mostram que, na escola pesquisada, cerca de 57% dos alunos matriculados correspondem ou se aproximam da idade estabelecida pela lei, para

estarem cursando o Ensino Médio. Mas, 43% destes jovens estão acima dessa faixa etária estabelecida, ou seja, cerca de 89 alunos estão dentro da taxa de distorção idade-série.

A taxa de distorção idade-série é o cálculo de quantas crianças estão acima da idade ideal em uma determinada série. [...] Ou seja, o conceito de defasagem idade-série usado é a porcentagem de alunos defasados dois anos ou mais (SÁTYRO; SOARES, 2008, p.10).

Assim, o discente é considerado em situação de defasagem idade-série quando há uma diferença de dois anos ou mais, entre, a idade prevista em relação à série, a qual está cursando.

Gráfico 2: Identificação do gênero dos discente matriculados no Colégio Estadual, ano letivo de 2018.



Fonte: Dados obtidos pela autora, 2018.

Os jovens matriculados na unidade pesquisada, 51% são do sexo feminino e 49% são do sexo masculino. Esses dados nos mostram não haver uma diferença acentuada em relação à quantidade de meninos e meninas iniciando, cursando ou concluído o Ensino Médio.

Os resultados da pesquisa mostram que essa diferença entre o número de alunos e alunas que estão matriculados, em 2018, não é grande. Ao analisarmos os estudos realizados entre os anos de 2004 e 2014, feito pelo Instituto Unibanco, com base em dados do IBGEArquivo/Agência Brasil e divulgados pelo site Agência Brasil em 2016:

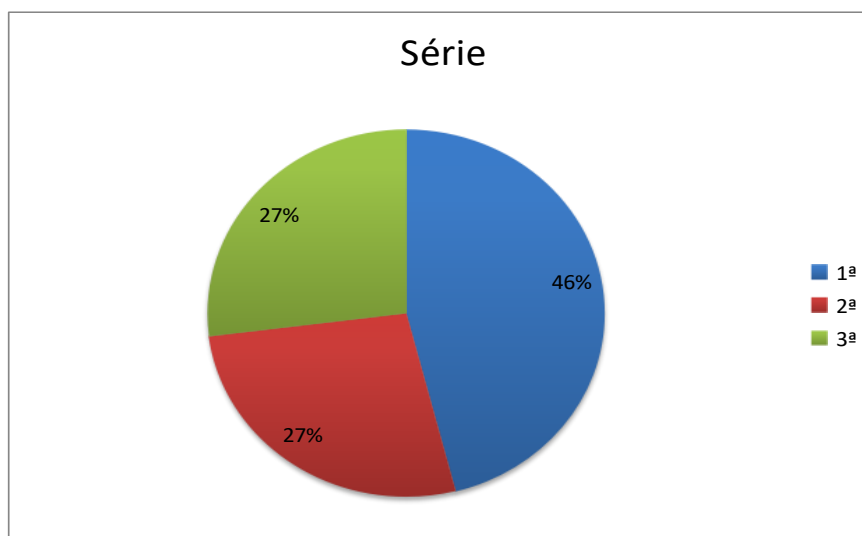
Do total de 1,3 milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola sem ensino médio concluído, 610 mil são mulheres. Entre elas, 35%, o equivalente a 212 mil, já eram mães nessa faixa etária. Apenas 2% das adolescentes que engravidaram deram sequência aos estudos. Já entre os homens, o maior percentual, 63%, estavam trabalhando ou procurando emprego (TOKARNIA, 2016, p.1).

O percentual de estudantes masculino fora da escola é maior em relação ao feminino, entre os anos de 2004 a 2014, a referida pesquisa nos mostra que essa diferença não está acontecendo dentro da escola. Em 2018, nota-se uma persistência dos meninos aos estudos, na tentativa em alcançar essa modalidade de ensino.

Quanto a gravidez na adolescência, no ano de 2018, 5 alunas engravidaram, 2 desistiram de estudar. Este é um dos fatores apontados como motivo de desistência entre as alunas e para o aumento da distorção idade-série, pois, ao interromperem os estudos para terem seus filhos, algumas não retornam mais a escola ou voltam mais tarde para concluir o Ensino Médio.

A desistência ou transferência escolar por causa do trabalho também é observada na unidade de ensino pesquisada. Entre todos os alunos matriculados 22% foram transferidos ou desistiram de estudar, um dos motivos apontados pela direção é a falta de oportunidade de emprego existente na cidade, isso contribui com a saída dos alunos para outras cidades, anteriormente a conclusão do Ensino Médio.

Gráfico 3: Série do Ensino Médio, a qual os discentes estavam cursando no Colégio Estadual, ano letivo 2018.



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

O Gráfico acima mostra o quantitativo de alunos que estuda em cada série do Ensino Médio, nele podemos observar que a maior quantidade deles está matriculado na primeira série e essa quantidade diminui muito em relação às séries posteriores.

A pesquisa apontou que 46% dos alunos matriculados cursam a 1ª série, 27% cursam a 2ª série e os 27% restantes a 3ª série. Dentre os alunos da 1ª série estão os não aprovados ou desistentes do ano anterior e os oriundos do Ensino Fundamental, da escola municipal.

O índice de repetência no Ensino Médio é mais acentuado na 1ª série. Em 2018, dos 97 alunos matriculados na 1ª série, 29% foram reprovados. Dos 56 alunos da 2ª série, 6% foram reprovados. Na 3ª série havia 56 alunos e 5% de reprovação.

Diante do total de alunos desta unidade escolar, 16% foram reprovados, 40% foram aprovados pelo conselho de classe, 8% fizeram avaliação final e passaram, os demais 46% foram aprovados.

Assim como todas as Unidades Escolares do estado da Bahia, a Escola Estadual de Contendas do Sincorá possui durante o ano letivo três unidades, nas quais os alunos precisam alcançar um mínimo de 5 pontos por unidade, contabilizado um total de 15 pontos durante todo o ano.

Durante o ano letivo o professor é orientado a fazer avaliação da aprendizagem, segundo os critérios estabelecidos pelo regimento escolar o seu objetivo de ser:

Art. 45. A avaliação da aprendizagem objetiva o diagnóstico das aprendizagens, correção de procedimentos de ensino e a melhoria do rendimento escolar. Art. 46. A avaliação da aprendizagem ocorrerá mediante procedimentos internos da unidade escolar, abrangendo os avanços e limites inerentes à aprendizagem, reorientando a ação pedagógica e assegurando a consecução dos objetivos propostos. Art. 47. A avaliação da aprendizagem será realizada pelo professor de forma contínua e cumulativa, tendo por princípio a garantia do desenvolvimento integral do estudante e do seu sucesso escolar (BAHIA, Regimento Escolar, 2011, p.22).

Ainda segundo o regimento escolar a avaliação da aprendizagem deve estar pautada nas seguintes bases:

Art. 48. I - ação diagnóstica de caráter investigativo: buscando identificar avanços e dificuldades da aprendizagem;
II - ação processual contínua: identificando a aquisição de conhecimentos e dificuldades de aprendizagem dos estudantes, permitindo a adoção de medidas de correção do percurso escolar;
III - ação cumulativa: preponderando as avaliações realizadas no processo de construção do conhecimento; e
IV - ação de caráter emancipatório, que deve se desenvolver de forma participativa e democrática em que os agentes envolvidos analisam e

manifestam sua autonomia no exercício de aprender e ensinar (BAHIA, Regimento Escolar, 2011, p.22).

Em cada unidade os professores são orientados a fazer no mínimo três atividades valendo nota, que juntas, somam 10 pontos. Do total de 30 pontos, para passar de ano direto sem fazer avaliação final o aluno precisa alcançar 15 pontos, ou seja, precisa obter durante todo o ano letivo apenas 50% do total da nota possível.

Art. 50. A unidade escolar, no desenvolvimento do processo de avaliação da aprendizagem, deverá realizar durante cada unidade letiva, no mínimo, três avaliações, por meio de testes, provas, trabalho de pesquisa individual ou em grupo ou outros instrumentos (BAHIA, Regimento Escolar, 2011, p.22).

Após cursar as três unidades, se o aluno não conseguir alcançar 15 pontos, ele tem o direito de fazer a avaliação final. Essa avaliação vale 10 pontos e é feita quando termina o ano letivo. Nela o aluno precisa alcançar no mínimo 5 pontos para conseguir passar direto.

O aluno não conseguindo alcançar 15 pontos durante o ano letivo ele tem direito a avaliação final, se na avaliação final ele não conseguir o mínimo de 5 pontos e tem direito ao conselho de classe.

Em relação ao regime de progressão do aluno o Regimento Escolar dispõe:

Art. 51. Ter-se-á como promovido e classificado para a série seguinte, o estudante com aproveitamento pleno nas disciplinas da série cursada, considerando-se os seguintes critérios, concomitantes e obrigatoriamente os incisos I e II ou I e III:

I - frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas obrigatórias do período letivo regular; II - rendimento com percentual igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) alcançado, dos indicadores de desempenho previstos e trabalhados, convertidos em nota equivalente para os casos específicos de registros numéricos; III - rendimento adequado nos termos da escala de conceitos para os casos específicos de registros conceituais; e IV – promoção, classificação e reclassificação pelo Conselho de Classe, devendo ser considerado o desenvolvimento de cada estudante nas avaliações de processo sem priorizar-se as avaliações finais (BAHIA, Regimento Escolar, 2011, p.23).

O conselho de classe é um órgão, e juntamente com os professores, a direção, o colegiado escolar, analisam a vida escolar do aluno e decidem se ele deve passar para a série seguinte ou cursar novamente a série que está.

O Regimento Escolar define o conselho de classe como sendo:

Art. 11. O Conselho de Classe, órgão colegiado, consultivo e deliberativo da direção para assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, tem como finalidade o acompanhamento do rendimento escolar na garantia do direito à aprendizagem, assegurando a participação dos segmentos da comunidade escolar (BAHIA, Regimento Escolar, 2011, p.9).

Em relação aos componentes do Regimento Escolar:

Art. 12. I - os professores dos componentes curriculares de cada série;
II - um representante dos estudantes de cada classe;
III - um representante de pais e responsáveis de cada classe;
IV - um coordenador pedagógico; e
V- um representante da direção da unidade escolar (BAHIA, Regimento Escolar, 2011, p.9).

Se o aluno ficar para recuperação final, de uma a três disciplinas e o conselho decidir que ele não deve passar para a próxima série, ele ainda tem a opção de fazer a progressão parcial, quando o aluno passa para a série seguinte e tem a opção de “pagar” as disciplinas que não conseguiu alcançar a média em turno oposto ao que estuda, ou seja, se um aluno da 2ª série não conseguir passar em matemática e sociologia, por exemplo, no próximo ano ele pode estudar a 3ª série e fazer novamente, em turno diferente do que estuda as disciplinas que não conseguiu passar da 2ª série. Isso só não acontece quando se trata da 3ª série, nessas condições o aluno precisa repetir a série novamente.

A respeito da progressão parcial do aluno o Regimento escolar afirma:

Art. 52. A unidade escolar, com regime de progressão regular por série, admitirá a Progressão Parcial do estudante para a série seguinte, preservando a sequência do currículo, podendo cursar até 03 (três) disciplinas em que tenha sido reprovado. §1º O regime de progressão parcial não se aplica às séries de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio.

§2º O estudante que não conseguir progressão plena nas séries de conclusão a que se refere o parágrafo anterior poderá cursar no ano seguinte apenas as disciplinas em que não obteve aprovação, vedada a matrícula para ingresso no ensino médio com dependência de disciplinas não integralizadas no ensino fundamental, como condição de sua conclusão (BAHIA, PPP, 2018, p.23).

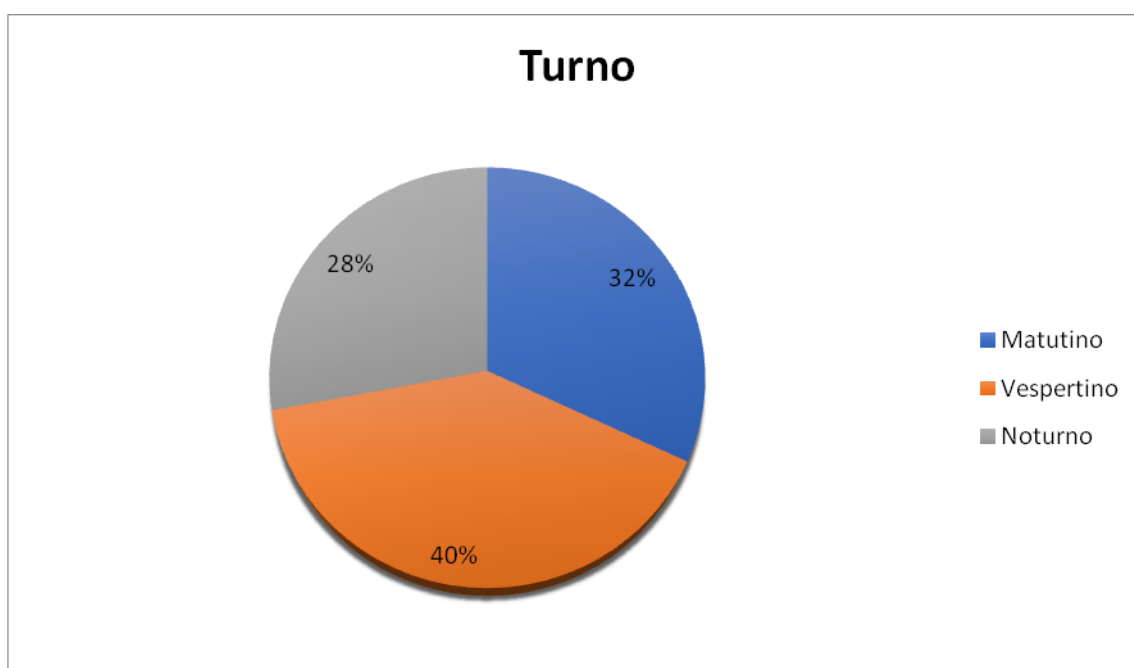
No ano letivo de 2018, 65% dos alunos que estavam cursando o Ensino Médio, na escola pesquisada, fizeram avaliação final. Destes, 12% conseguiu alcançar o mínimo de 5 pontos e passar para a série seguinte, 82% foi aprovado pelo conselho de classe e 6% foi aprovado com dependência, são alunos que passaram para a próxima

série, mas precisarão fazer as disciplinas que não conseguiram alcançar 15 pontos na série em que estavam.

Os dados acima mencionados mostram a relevância desta pesquisa em investigar o desinteresse dos alunos em estudar, pois a quantidade de alunos que ficaram para recuperação final é maior que 50% do total de alunos. Se considerarmos que o exigido para passar para a série seguinte é um total de no mínimo 15 pontos que deverão ser alcançados durante o ano letivo, é nítida a falta de dedicação desses alunos para conseguir a nota mínima exigida.

O que nos inquieta, nesta pesquisa, é saber quais são os fatores que levam esses alunos a freqüentarem a escola e não se dedicarem a aprender, pelo menos o mínimo do que deveriam, durante todo o ano letivo.

Gráfico 4: Divisão dos discentes por turno.



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

O gráfico acima mostra o percentual de alunos por turno, 32% dos alunos estudam no turno matutino, a maioria desses alunos são oriundos da zona rural do município, e estudam nesse horário por ser o único com transporte escolar de todas as localidades rurais, permitindo a esses alunos o acesso a escola.

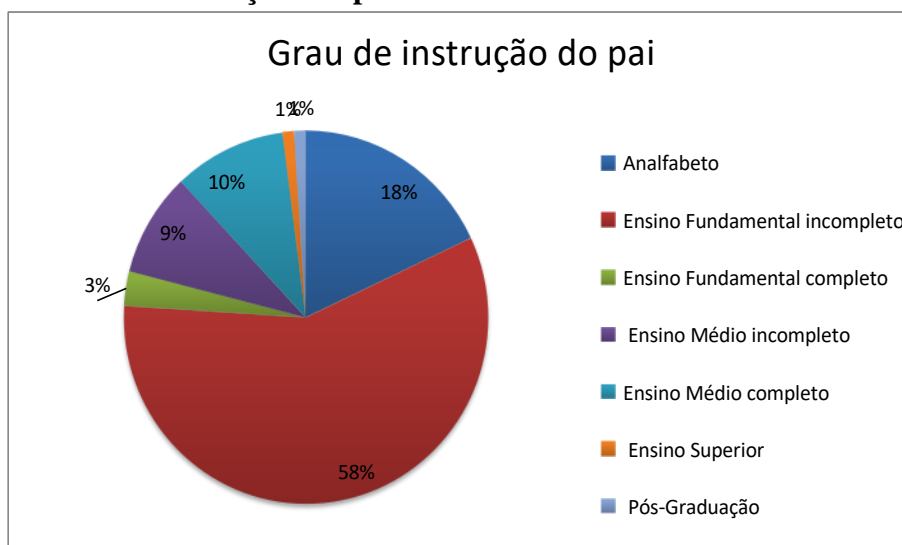
Estudam no turno vespertino 40% dos alunos matriculados na unidade escolar pesquisada. São alunos, moradores na sede da cidade. Cada sala de aula cabem, no máximo 35 alunos, nesse período o número de alunos matriculados na 1ª sede excede esse valor, quando isso acontece, a escola improvisa e faz da sala de multimídia uma sala de aula.

Como já descrevemos anteriormente, a escola possui três salas, onde funcionam a 1ª série, a 2ª série e 3ª série, a outra, é a sala de multimídia. Esta é usada para projeção de slides, igualmente também é o local em que ficam os livros, os instrumentos da fanfarra e os computadores sem funcionamento. Quando é necessário, essa sala torna-se sala de aula.

A infraestrutura escolar tem relação direta com o processo de aprendizagem do indivíduo. Na escola, a infraestrutura deve oferecer conforto, para os alunos sentirem prazer em estar lá, mas deve-se promover também a educação. Em seu texto para a organização dos padrões mínimos de qualidade do ambiente escolar, Didonet afirma:

O espaço da escola não é apenas um 'continente', um recipiente que abriga alunos, livros, professores, um local em que se realizam atividades de aprendizagem. Mas é também um 'conteúdo', ele mesmo é educativo. Escola é mais do que quatro paredes; é clima, espírito de trabalho, produção de aprendizagem, relações sociais de formação de pessoas. O espaço tem que gerar idéias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento; tem que despertar interesse em aprender; além de ser alegre aprazível e confortável, tem que ser pedagógico. Há uma 'docência do espaço'. Os alunos aprendem dele lições sobre a relação entre o corpo e a mente, o movimento e o pensamento, o silêncio e o barulho do trabalho, que constroem conhecimento (DIDONET, 2006, p.1).

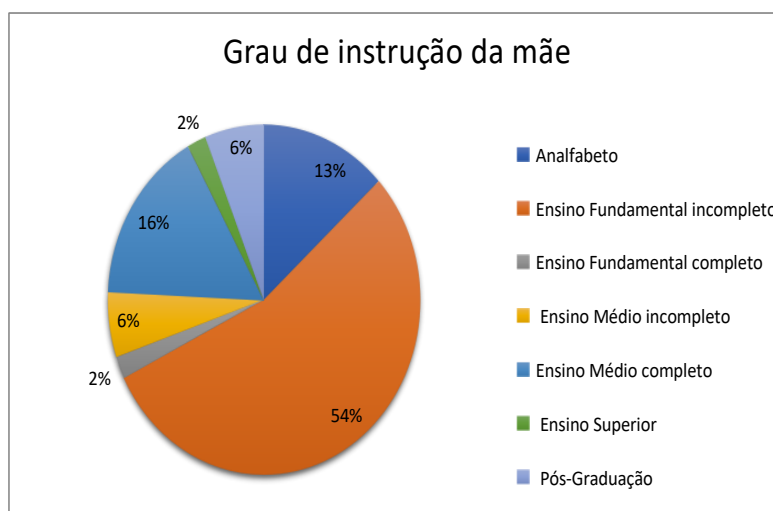
Sendo assim, o espaço escolar não deve ser concebido como um depósito de pessoas e materiais. Pois, o descaso com esse ambiente pode ser prejudicial ao aluno, no sentido de não conseguir cumprir seu papel de educar e ainda pode contribuir para a desmotivação dos alunos em buscarem o conhecimento.

Gráfico 5: Grau de instrução dos pais dos discentes

FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Os alunos a partir do questionário responderam também quanto ao grau de instrução de seu pai e de sua mãe. Quanto ao pai à maioria, 58% possuem Ensino Fundamental incompleto, 3% Ensino Fundamental completo, 18% são analfabetos, 9% possuem Ensino Médio incompleto e 10% Ensino Médio completo, ficando apenas 1% para os pais com nível de graduação e 1% pós-graduação.

O quantitativo de pais que não possuem o Ensino Médio, nível, o qual os alunos pesquisados estão cursando, é muito alto. Somados os níveis anteriores a esse temos um total de 184 pais, ou seja, 88% dos pais possuem nível de instrução menor em comparação aos seus filhos.

Gráfico 6: Grau de instrução das mães dos discentes

FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Quando se trata do grau de instrução das mães os números modificam um pouco. Cerca de 54% possuem Ensino Fundamental incompleto, 2% Ensino Fundamental completo, 13% são analfabetas, 6% possuem o Ensino Médio incompleto e 16% Ensino Médio completo, ficando apenas 2% para as mães com nível de graduação e 6% pós-graduação.

Não houve registro de nenhum pai ou mãe que tenha mestrado ou doutorado. A quantidade de mães possuintes do nível de graduação ou pós-graduação é de 8% maior aos pais, sendo estes somente 2%.

Com relação ao percentual de mães sem o Ensino médio é de 75%, menor se comparado com o percentual dos pais, dos quais 88%, não têm esse mesmo nível de instrução, porém ainda é muito alto.

A delimitação do grau de instrução dos pais dos alunos da escola pesquisada nos dá indícios do por que alguns alunos podem não dar muito valor ao aprendizado e a escola, porque não são incentivados por seus pais. O alto índice de analfabetos no total de 18% dos pais e 13% das mães, e a grande quantidade de pais e mães, os quais não possuem nem o Ensino Médio Completo demonstra a possibilidade dos filhos não estão vendo em seus pais uma real efetivação do conhecimento adquirido a partir dos estudos na vida prática.

Os filhos, geralmente, se espelham em seus pais, por isso acreditamos que o baixo grau de instrução de seus genitores pode interferir na sua relação com a escola. Para Bayma-Freire e Roazzi & Roazzi, no estudo sobre a interferência do nível de escolaridade dos pais na permanência dos filhos na escola:

Verifica-se que, a instabilidade das estruturas familiares e o baixo nível de escolaridade dos pais de classes desfavorecidas são motivos de alta representatividade apontados como fatores de desmotivação para os estudos dos filhos, já que comungam do mesmo nível de escolaridade, ou seja, o valor de ascendência profissional através de estudos é uma expectativa muito baixa (BAYMA-FREIRE; ROAZZI; ROAZZI, 2015, p. 39).

Neste sentido, além da desmotivação aos estudos, por não terem uma expectativa com relação à ascendência profissional, os estudantes podem, com mais facilidade, até desistir de estudar.

[...] a classe desfavorecida no Brasil e/ou em qualquer país pode ser o foco determinante de muitos fatores de risco que contribuem para o abandono escolar (BAYMA-FREIRE, ROAZZI; ROAZZI, 2015, p. 38).

Gráfico 7: Discente em dupla jornada: estudam e trabalham

FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Outra questão auxiliar para investigar dentre os fatores, os quais podem motivar o desinteresse pelos estudos é relativo ao trabalho. Dos alunos pesquisados, 52% responderam que trabalham e 48% não trabalham.

Gráfico 8: Jornada de trabalho dos discentes

FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Os alunos, os quais possuem ocupação, 24% passam 8hs por dia no trabalho, os demais, 66% passam de 1h até 7hs no trabalho por dia. Na maioria, são empregos

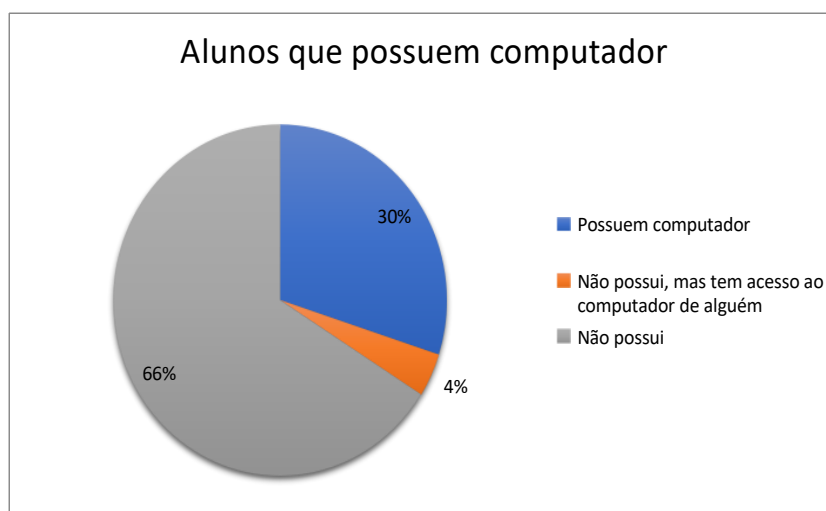
informais preenchidos pelos alunos, estes precisam trabalhar para se manter ou ajudar no orçamento familiar.

Faz-se apropriado esse questionamento em nossa pesquisa, pela importância do trabalho na vida das pessoas. E, mesmo que sejam ainda jovens, muitos já possuem ou se preocupam com essa questão. Segundo Leão e Nonato,

O trabalho é uma experiência marcante na vida dos jovens brasileiros, pois envolve suas perspectivas de vida, no presente e no futuro. Para muitos, as primeiras experiências já ocorrem no início da adolescência. Para outros, mesmo que ainda não estejam inseridos no mercado de trabalho, o desejo de trabalhar e a preocupação em relação ao futuro profissional já se manifestam de uma maneira muito forte. Para financiar o lazer e adquirir itens de consumo juvenis – roupas, tênis, CDs, eletrônicos etc. –, muitos jovens precisam trabalhar. Outra grande parte faz do trabalho sua condição para estudar ou até mesmo para ajudar nas despesas de casa (LEÃO; NONATO, 2014, p.11).

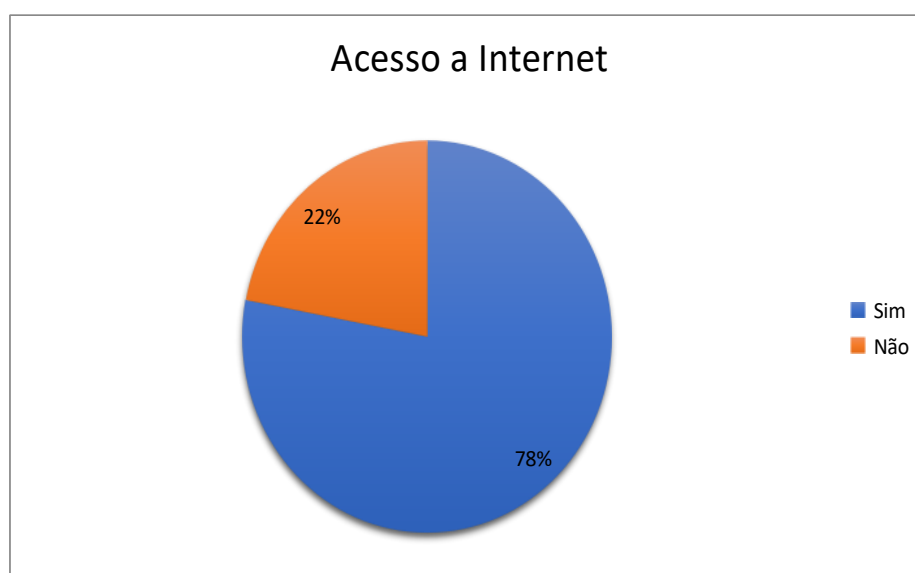
O fato da escola estar em uma cidade pequena, e não oferecer muitas oportunidades de trabalho contribui para a quantidade de alunos com vínculos empregatícios e ainda estudam seja pouco mais de 50%, pois, se tratando de uma população, a qual as famílias não possuem uma situação financeira confortável, é bem provável que o quantitativo seria bem maior. Dessa forma, com base na quantidade de alunos que não conseguem emprego e precisam sair da cidade para trabalhar e estudar.

Existem também os alunos com dificuldades financeiras, estes não possuem ferramentas avançadas para a pesquisa. Assim sendo, podemos analisar melhor essa situação quando observamos os dados coletados pela pesquisa feita na escola quanto ao acesso a computador e a Internet pelos alunos.

Gráfico 9: O alunos possuem computador?

FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Dos alunos matriculados apenas 30% possuem computador, 4% não possuem, mas, tem acesso ao computador de um parente, amigo ou vizinho, já 66% destes alunos não possuem este instrumento de pesquisa e dependem de *lanhouse* para pesquisar e fazer seus trabalhos escolares.

Gráfico 10: O aluno com acesso a Internet?

FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Quando os estudantes foram indagados sobre o acesso a Internet, os resultados foram melhores, 78% dos alunos possuem acesso a Internet e 22% não possuem. O

acesso a Internet neste caso é pelo celular. Possuem sinal de Wi-fi em casa, ou de algum vizinho ou mesmo da operadora do próprio celular.

O colégio precisou saber desses dados por causa da sua I Feira de Ciências, uma vez que para construir seus projetos os alunos precisariam pesquisar, e a internet é um desses meios de pesquisa. Para dividir as equipes de forma não prejudicial aos alunos a escola quis saber quem tinha acesso ao computador e a Internet para poder tentar amenizar a questão da desigualdade de oportunidades.

A escola em questão não oferece condições dos alunos fazerem suas pesquisas em seu espaço por não possuir estrutura física e nem maquinário para isso. Os instrumentos da escola são poucos e precários, dispõe de apenas dois computadores, um na sala da direção e outro na secretaria (quase nunca funciona) e o notebook que fica na sala de multimídia para ser utilizado com o data show pelos professores (muito disputado, por sinal) .

Além de espaço físico adequado, a escola deve possuir equipamentos que auxiliem os professores e os alunos nas aulas. Sem equipamentos não é possível o professor modificar suas aulas para além da exposição de conteúdos.

Com os avanços tecnológicos que vem acontecendo na sociedade, é muito importante que a escola use desses instrumentos como recurso pedagógico, pois eles permitem dinamizar as aulas com mecanismos de pesquisa, vídeos, textos e muito mais. O uso da informática no dia a dia escolar modifica as aulas e pode promover a motivação dos alunos pelo conhecimento.

O computador é um desses instrumentos tecnológicos, muito usado atualmente, quando bem manuseado, promove dentre outras coisas, o aprendizado através da pesquisa.

São vários os recursos tecnológicos que podem facilitar o processo de aprendizagem. O computador, o principal produto das TICs, ganha destaque e importância neste quesito. Rico em recursos audiovisuais possibilita o entrecruzamento de imagens, sons, textos e diversos softwares educativos de apoio aos conteúdos curriculares que podem estimular os alunos para a aprendizagem (CARVALHO, 2007, p.7)

Apesar dos avanços tecnológicos atuais e a importância do seu uso enquanto recurso pedagógico, os resultados desta pesquisa apresentaram que a maioria dos alunos não possui e não tem acesso a esses instrumentos.

[...] a utilização efetiva das tecnologias da informação e comunicação na escola é uma condição essencial para inserção mais completa do

cidadão nesta sociedade de base tecnológica. A utilização das tecnologias, no mundo atual, está fortemente inserida nessas exigências. Além disso, nunca houve tanta informação e conhecimentos disponíveis num espaço de tempo tão curto (CARVALHO, 2007, p.5).

Neste sentido, ter uma escola bem equipada com a possibilidade de ofertar a seus alunos o acesso e condições de uso desse equipamento é fundamental para diminuir as desigualdades de oportunidades existentes na sociedade. Uma vez que, saber manusear o computador tanto permite o aluno a aprender mais, quanto o possibilita se inserir no mercado de trabalho com menos dificuldade, pois, os ambientes de trabalhos atuais, em sua maioria, dependem do uso dessas máquinas.

Gráfico 11: Gosta de ler?



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

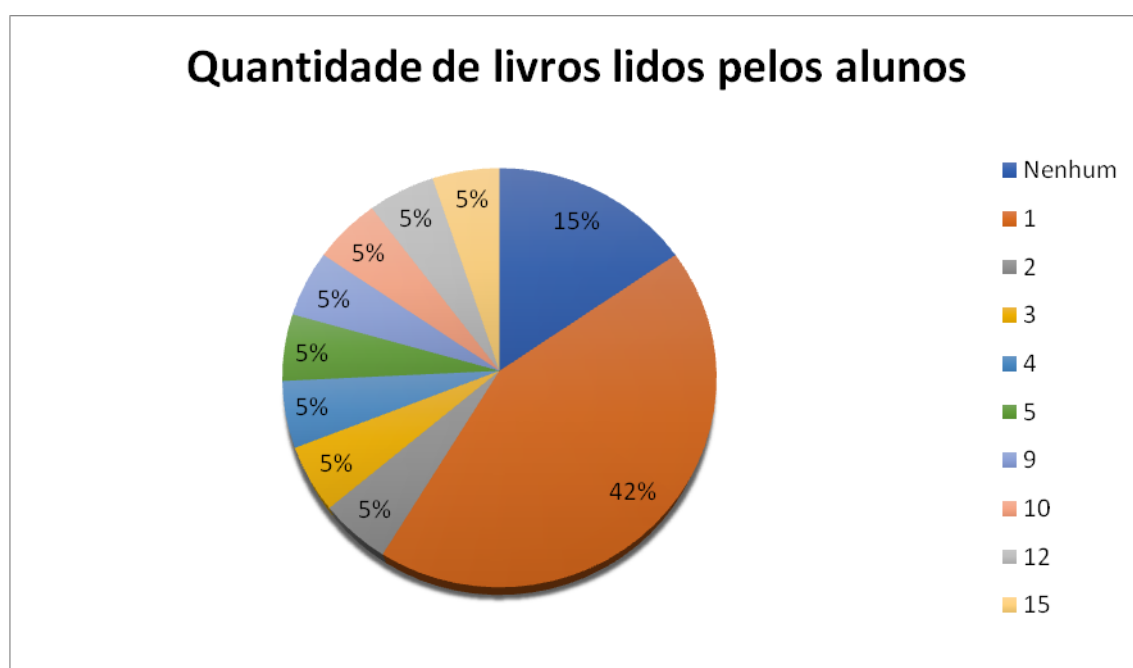
Outra questão foi sobre quanto ao gosto pela leitura e a quantidade de livros lidos pelos alunos durante o ano, 42% dos alunos responderam que sim, gostam de ler. 26% não gostam e 32% gostam um pouco.

A leitura é importante no processo de aprendizado, pois é por meio dela que as pessoas podem ter contato com o conhecimento, com as idéias de outras pessoas. Segundo Sabino:

A leitura reflexiva permite ampliar conhecimentos e adquirir novos conhecimentos gerais e específicos, possibilitando a ascensão de quem lê a níveis mais elevados de desempenho cognitivo, como a aplicação de conhecimentos a novas situações, a análise e a crítica de textos,

actos e factos e a síntese de estudos realizados. Com a leitura reflexiva, o leitor desperta para novos aspectos da vida em que ainda não tinha pensado, desperta para o mundo real e para o entendimento do outro ser. Assim os seus horizontes perceptuais são ampliados. A comunicação oral e/ou escrita adquire maior fluência através da prática da leitura reflexiva. O leitor torna-se progressivamente mais capacitado para se autonomizar cultural e civicamente (SABINO, 2008, p.2).

Gráfico 12: Quantidade de livros lidos pelos alunos durante o ano.



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Sobre a quantidade de livros lidos durante o ano o resultado não foi muito animador. De todos os alunos, 15% responderam não ter lido livro algum, 42% leram apenas 1 livro. Nas demais opções, 5% dos alunos responderam que leram entre 2, 3, 4, 5, 9, 10 12,15 livros cada.

A escola não dispõe de biblioteca, há apenas alguns exemplares de livros organizados em uma estante na sala de multimídia disponível para os alunos.

É necessário que a escola colabore incentivando o aluno a ler e construir um hábito de leitura. Segundo Piazzzi:

O grande problema é que as pessoas não sentem muito prazer em ler, o que é causado por dois fatores: um deles é a falta de habilidade de alguns professores que, na tentativa de fazer o aluno ler, acabam causando o ódio pela leitura. [...] o outro fator da falta de prazer pela falta de leitura é a pura e simples preguiça mental (causada principalmente, por falta de exercício) (PIAZZI, 2008, p.109).

O autor esclarece que o professor acaba causando repulsa dos alunos pela leitura, porque os obrigam a ler um livro escolhido por ele. Para o indivíduo aprender a gostar de ler, ele tem de escolher o seu próprio livro, de acordo com o seu gosto. Somente assim, poderá desenvolver o hábito da leitura pelo prazer e não pela obrigação.

Piazzzi (2008) aponta os benefícios de se ler um livro:

Ao ler um livro, você cria seu próprio filme, muito mais criativo do que poderia ser o filme concebido por um produtor preocupado em agradar aos “antinerds” para obter bilheteria.

Infelizmente, porém, a quantidade de pessoas capazes de “montar seu próprio filme” é cada vez mais reduzida, porque isso exige imaginação.

Muita imaginação!

Ouvir rádio e ler livros, por exemplo, exercita a imaginação.

Assistir à TV, no entanto, reduz a capacidade de imaginar, pois a imagem já vem pronta (PIAZZI, 2008, p. 111).

O autor aponta que a leitura deve tornar-se um hábito prazeroso na vida das pessoas. Quando isso acontecer, ler será a melhor forma de lazer, pois além de aprender com a leitura, desenvolverão outras habilidades, a imaginação, por exemplo.

Para descobrir o prazer de ler, você deve tomar duas atitudes básicas.

Em primeiro lugar, reduzir (não eliminar... reduzir) o tempo que você passa em frente da telinha (TV, game, computador). Se você não fizer isso, não se sentirá compelido a buscar uma forma alternativa de diversão, nem terá tempo para isso.

Em segundo lugar, começar uma busca que, se você tiver sorte, poderá ser até muito curta.

Como você sabe, foram escritos milhões de livros nesse mundo. Com certeza absoluta, muitos deles foram escritos para você. Truque consiste em descobrir o primeiro deles. Ao descobri-lo, você descobrirá, ao mesmo tempo, que um livro pode ser divertido, fascinante e muito, muito agradável (PIAZZI, 2008, p. 119).

Sabendo da importância da leitura e de se criar o prazer por ela, percebemos o quanto é necessário trabalhá-la nas escolas. Na escola pesquisada não é diferente, a baixa quantidade de livros lidos pelos alunos durante o ano, mostra que eles não conquistaram ainda a satisfação pela leitura.

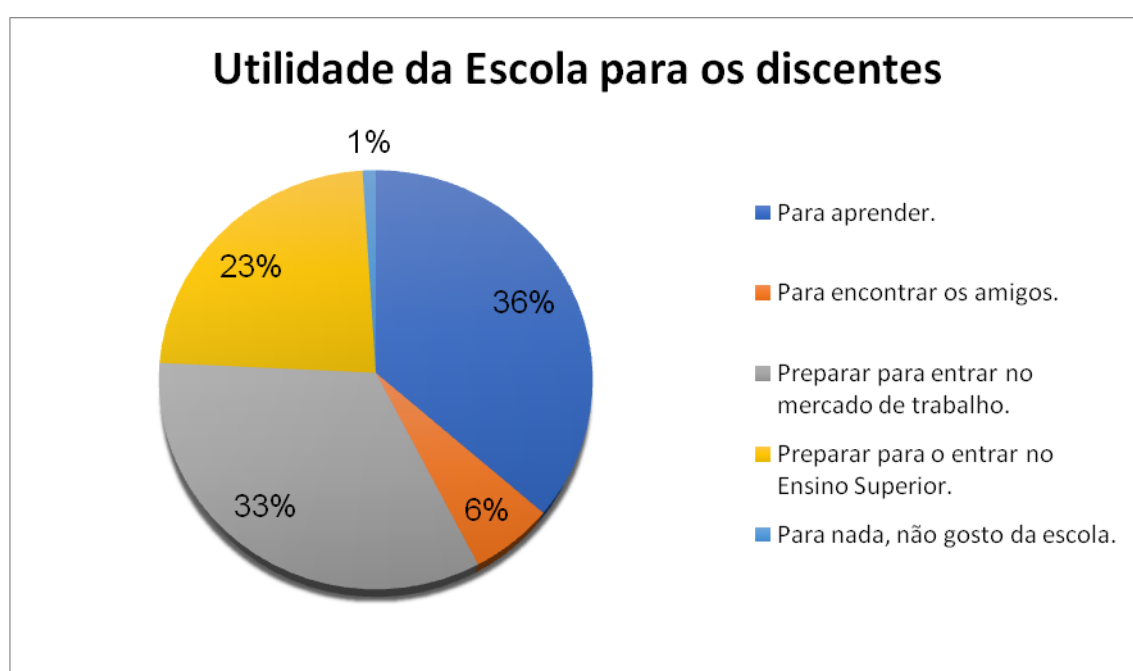
4.2 Avaliação da relação entre discentes e o conhecimento

A escola deve ser um espaço de aprendizagem. Aos alunos devem ser apresentadas formas de proporcionar os seus desenvolvimentos, mas, para conseguir isso a escola precisa fazer sentido na vida de seus educandos.

O espaço escolar precisa ser atraente e oferecer condições de aprendizagem para que seus alunos se sintam motivados a ir e permanecerem. O aluno que não ver sentido na aula, no aprendizado, não percebe utilidade no tempo passado na escola, e não vê mudança em sua vida, se sente desmotivado a continuar.

Com o intuito de investigar os fatores, os quais colaboram para que os alunos se desanimem e desinteressem pelo aprendizado oferecido na escola. Faremos à análise da relação entre os discentes e o conhecimento.

Gráfico 13: Em sua opinião, para que serve a escola?



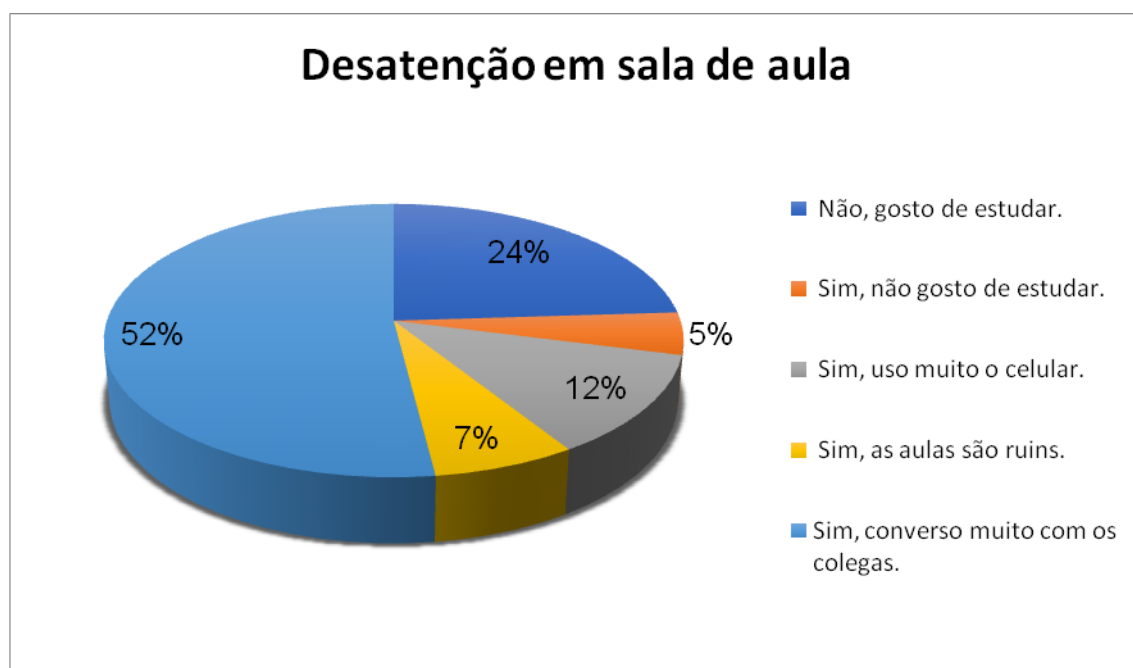
FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Perguntamos aos jovens: qual a utilidade da escola para sua vida? E as respostas foram: 36% disseram que serve para aprender, 6%, para encontrar os amigos, 33% responderam que ela prepara o indivíduo para entrar no mercado de trabalho, 23% afirmam que ela prepara para inserção no Ensino Superior e 1% diz que a escola não serve para nada, pois não gostam de estudar.

Os dados da pesquisa demonstram que a maioria dos alunos considera a escola importante e atribuem um sentido a ela. Aprender, preparar para o mercado de trabalho e para o Ensino Superior foram as funções mais citadas. Apenas 1% dos alunos acredita que a escola não serve para nada.

Esses números são animadores, pois apesar do desempenho escolar destes alunos não ser tão considerável – visto a quantidade elevada de discentes, os quais não conseguem alcançar a nota necessária e precisaram fazer avaliação final – os alunos veem utilidade na escola.

Gráfico 14: Você se distrai facilmente em sala de aula?



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

A concentração é um dos principais colaboradores para o acontecimento da aprendizagem, seja nos momentos de aula ou estudando sozinho, é necessário ter atenção para se conseguir êxito. Pensando nisso, investigamos o que distrai a atenção dos alunos na sala de aula.

A maioria dos discentes, 52%, respondeu que o motivo da sua desatenção na sala de aula são as conversas paralelas com os colegas, 24% responderam não se distraem na sala de aula porque gostam de estudar, 5% afirmaram se distrair porque não gostam de estudar, 12% se distraem usando o celular e 7% porque as aulas não são atrativas.

Segundo Ladewig:

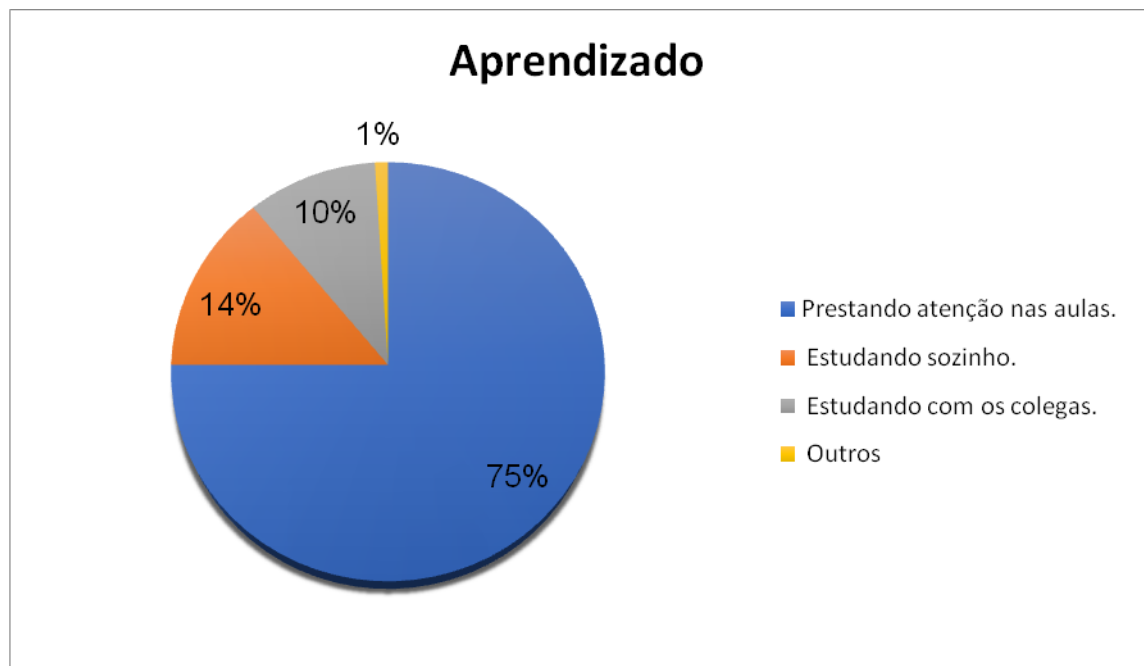
Quando ensinamos algo, o que desejamos é que o indivíduo assimile a informação, retendo-a para uso posterior. Aprendizagem neste caso, é conseguirmos realizar uma atividade, mesmo após muitos anos sem a termos praticado, como por exemplo, andar de bicicleta ou nadar. A atenção exerce uma função muito importante na capacidade de retenção de informações relevantes, pois é através dela, associada aos

processos de controle, que guardamos informações na memória de longa duração (LADEWIG, 2017, p.63).

Como afirmamos no capítulo anterior, aprendizagem acontece quando conseguimos guardar as informações na memória de longa duração. A atenção é um dos fatores essenciais nesse processo de aprendizagem.

Esta pesquisa mostra que a quantidade de alunos que se distraem durante as aulas é elevada. Seja por conversas paralelas, por causa do celular ou por outros motivos. Sendo assim, 76% dos alunos se distraem no momento da aula e não prestam atenção no conteúdo trabalhado em sala de aula.

Gráfico 15: De que maneira você acredita ser mais eficaz o aprendizado:



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Interessados em saber a forma como os alunos entendem o que aprendem, perguntamos a eles de que maneira acreditam ser mais eficaz o aprendizado.

A maior parte dos alunos, 75%, acredita aprender melhor prestando atenção nas aulas. Já 14% apontam aprender estudando sozinho, 10% estudando com os colegas e 1% respondeu sobre a existência de outras formas de aprender, interagindo com os professores e os colegas, em aulas dinâmicas com participação dos alunos, são alguns dos exemplos citados por eles.

Curiosamente, apesar de um número elevado de alunos, 76% afirmaram se distrair no momento da aula, quase a mesma quantidade, 75%, acredita ser prestando atenção nas aulas a forma mais eficaz de aprender.

Sobre a melhor forma de aprender o professor Piazzi nos ajuda entender:

No Brasil, infelizmente, criou-se uma cultura estranha que focaliza aprendizagem na sala de aula.

Isso é um equívoco.

Na aula você não aprende...

Na aula você entende

Você só consegue aprender de verdade quando estiver sozinho!

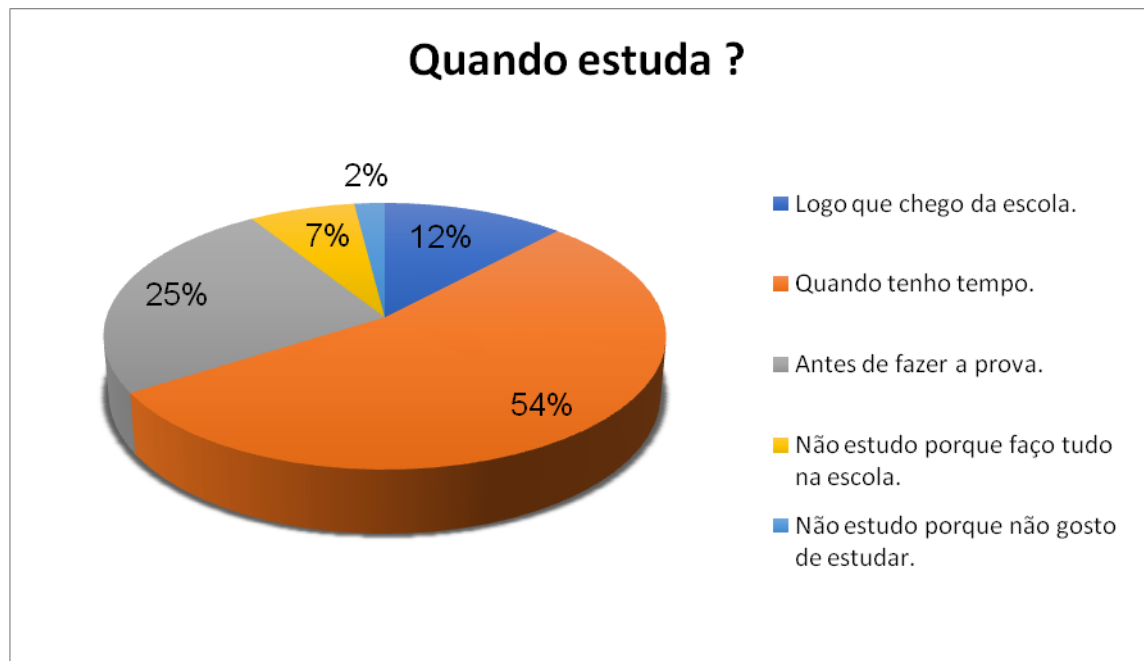
[...]

Por incrível que possa parecer, é mais importante o tempo que você passa estudando sozinho do que aquele que passa assistindo às aulas! (PIAZZI, 2008, p.55).

Neste sentido, as aulas assistidas pelos discentes na escola são importantes, porém não são suficientes para uma boa aprendizagem. É necessário associarmos as aulas assistidas a um bom momento de estudo, o aluno precisa dedicar um tempo do seu dia para estudar os conteúdos vistos na escola.

Pensando nisso, fizemos aos discentes pesquisados as seguintes questões:
Quando e Quanto estuda?

Gráfico 16: Quando você estuda os conteúdos trabalhados na escola?



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Sobre quando estudar para aprender melhor Piazzi afirma:

Estudo não é questão de quantidade, mas de qualidade.

Você não deve estudar mais, deve estudar melhor.

Quando?

A resposta é “pouco... mas todo dia”!

Assim, as aulas do dia devem ser estudadas no mesmo dia, antes que se passe uma noite de sono! (PIAZZI, 2008, p. 42-43).

Baseando suas idéias nas descobertas da neurociência, na forma como o indivíduo aprende, o professor Piazzi em sua coleção sobre neuropedagogia explica que o aluno para aprender de verdade não deve estudar na véspera das provas, pois, fazendo isso a aprendizagem será apenas provisória. Para o aprendizado torna-se permanente o aluno deve estudar logo após a aula.

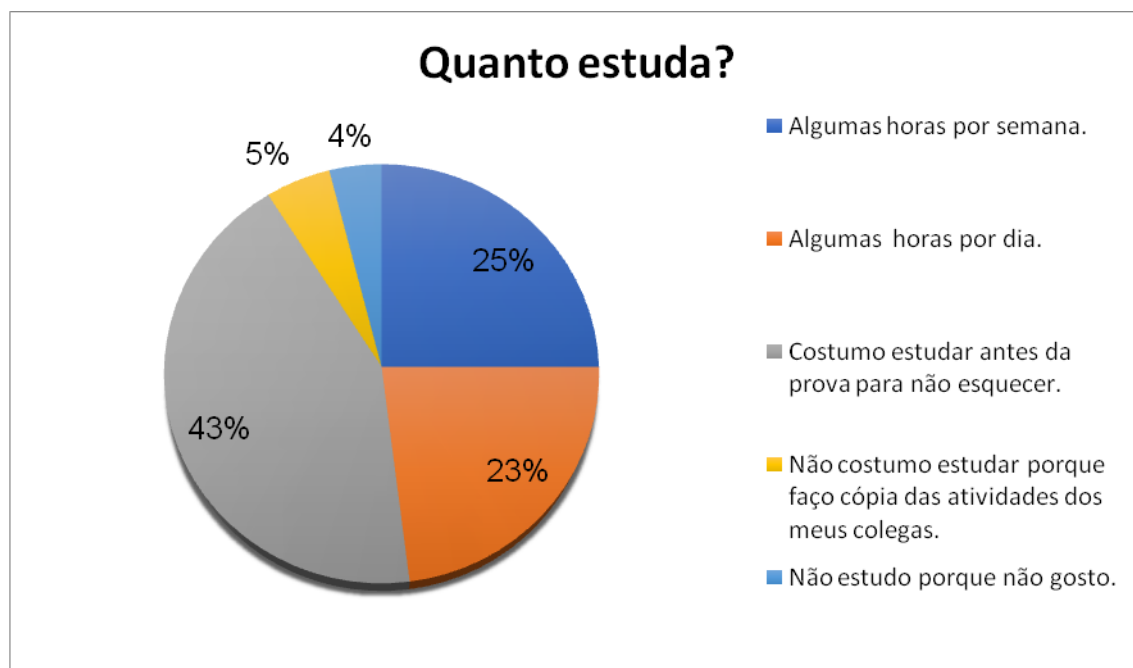
O conceito de como ocorre o processo da aprendizagem não é bem esse no cotidiano escolar. Para os alunos o tempo que passam na escola é suficiente para que aprendam. E para a escola o aluno que tira boas notas é um aluno de sucesso.

Segundo Piazzi, o cotidiano escolar é marcado por uma aprendizagem focada em “estudar para as provas, para tirar boas notas e passar de ano. Passar de ano para tirar um diploma” (PIAZZI, 2008, p.22).

O autor aponta que essa não é a condição suficiente para que a aprendizagem aconteça. Estudando assim, somente para ir bem na prova, o aluno retém o conhecimento na memória de curto prazo apenas o tempo de fazer a prova, assim que essa é realizada esse conhecimento é descartado pelo cérebro. “O esquema, portanto, consiste em estudar em cima da hora, colocar as informações no cérebro de forma absurdamente instável, fazer a prova e, logo em seguida, esquecer tudo.” (PIAZZI, 2008, p.28).

O resultado desta pesquisa mostra isso, apenas 12% dos alunos estudam logo ao chegarem da escola, 54% estudam quanto tem tempo, 25% estudam antes de fazer a prova, 7% não estudam porque acreditam já ter feito o suficiente na escola, 2% não estudam porque não gostam de estudar.

Gráfico 17: Quantas horas você costuma estudar?



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Questionados sobre o quanto estudam, 25% dos discentes afirmam estudar algumas horas por semana, 23% algumas horas por dia, 43% costumam estudar momentos antes da prova para não esquecer, 5% admitem não estudar porque fazem cópia das atividades dos colegas e 4% responderam não estudar porque não gostam.

Se juntarmos a quantidade de alunos que estudam apenas na véspera das avaliações ou não estudam teremos 52%, ou seja, mais da metade dos alunos não dão, ou não sabem a importância de dedicar um tempo do seu dia para estudar.

Com relação ao tempo que devemos dedicar estudando sozinhos os conteúdos que precisamos aprender. Para Piazzzi:

Esta é a parte mais difícil. Se você entendeu que tem de estudar todo dia, já sabe “quanto” estudar:

Pouco!

- Mas quanto é esse pouco? Dez minutos, uma hora, cinco horas?

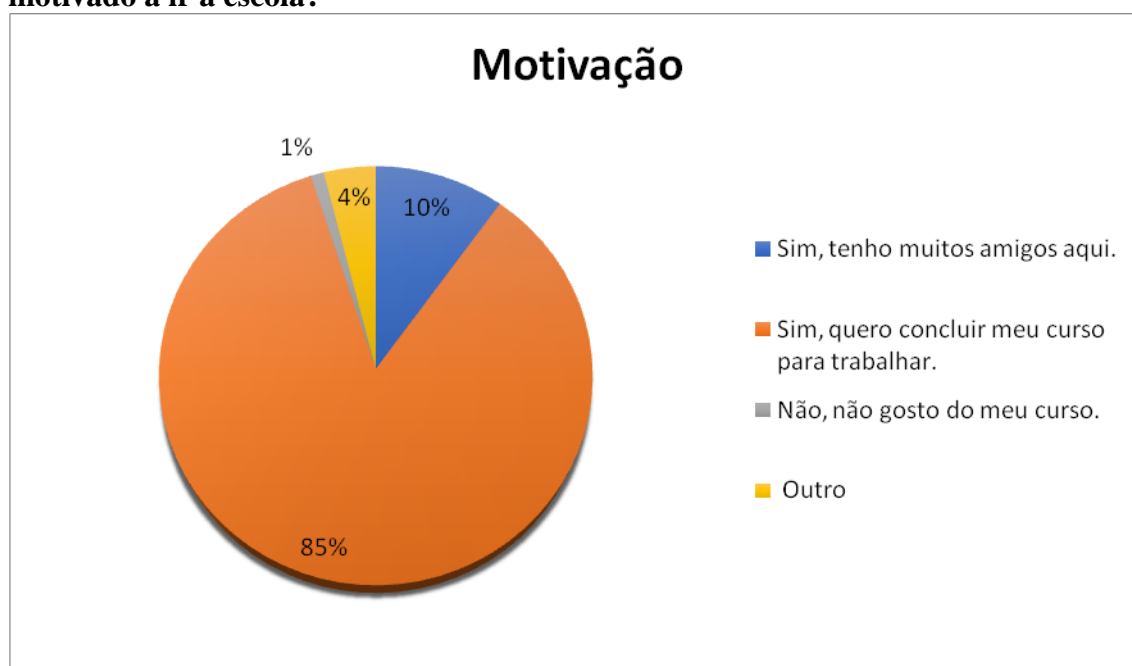
A resposta pode parecer estranha, mas é a que realmente funciona:

Quanto?... Você vai descobrir. Ou seja, ao criar o hábito de estudar todo dia, você irá perceber, ao se autoavaliar algumas semanas depois, que houve dias em que estudou demais (“choveu nomolhado”) e outros nos quais estudou de menos.

Em poucos dias ou, no máximo, em poucas semanas, você vai encontrar o ritmo correto (PIAZZI, 2008, p.49).

Assim, é mais importante a qualidade do estudo do que sua quantidade. Devemos estudar pouco, mas todos os dias e conforme formos nos habituando, entenderemos o quanto precisamos estudar.

Gráfico 18: Considerando todos os aspectos descritos até agora, você se considera motivado a ir à escola?



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Além da atenção, outro aspecto importante e colaborador para uma boa aprendizagem é a motivação. Para Lourenço e Paiva:

[...] a motivação é tida como um elemento fundamental no uso de recursos do indivíduo, de modo a se alcançar um objetivo. Estas características reforçam a justificação da importância que é atribuída à motivação na aprendizagem escolar. Por esse motivo, os autores sublinham que através da motivação, consegue-se que o aluno encontre razões para aprender, para melhorar e para descobrir e rentabilizar competências. Assim, a motivação é primordial no desempenho acadêmico dos alunos e na apropriação total às solicitações do ambiente escolar (LOURENÇO; PAIVA, 2010, p.133).

Cientes de que a motivação é primordial no desempenho dos educandos, os perguntamos, Quais os motivos os fazem ir à escola? E a resposta foi: 10% dos alunos responderam ser por causa dos amigos, 85% afirmam precisar concluir o Ensino Médio para poder trabalhar e 1% diz não se sente motivado a ir para a escola.

Dos discentes pesquisados 4% responderam ser outros os motivos que os levam a ir para a escola. Alguns afirmaram a dependendo da aula não têm motivação nenhuma, outros se sentem motivados, pois precisam se preparar para a faculdade, ou para servir ao exército. Há alunos que não gostam de estudar, mas quer terminar o Ensino Médio, já

outros defendem a escola, pois, segundo eles é o meio por onde vão conseguir garantir o seu futuro.

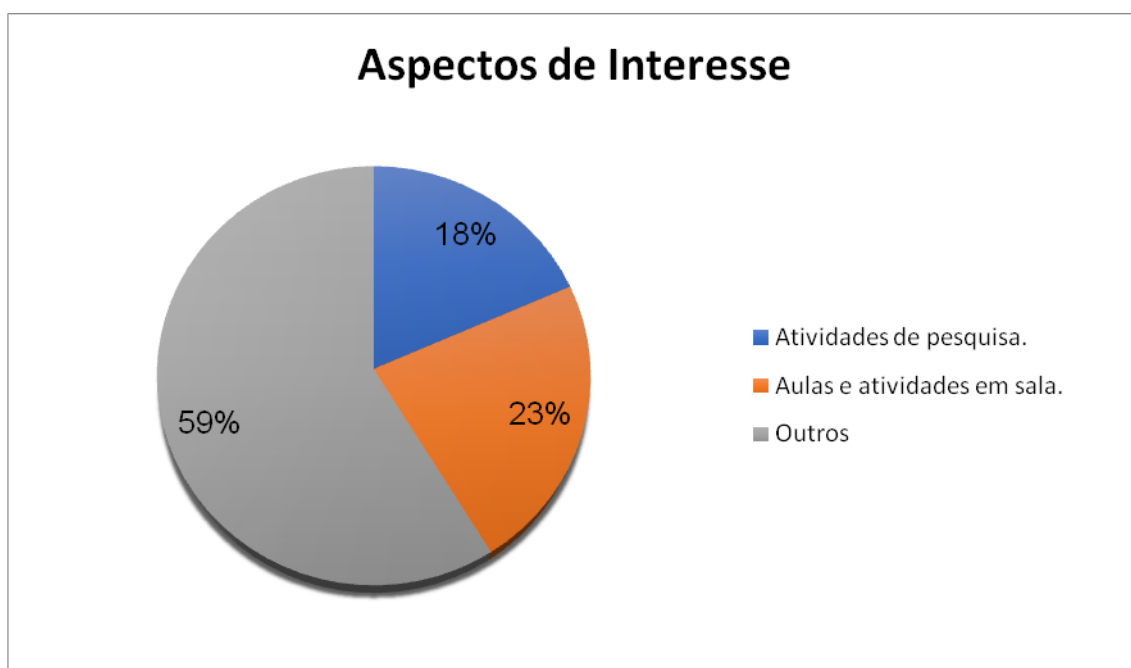
São diversos os motivos que levam os alunos a frequentarem a escola, mas, como vimos anteriormente, a presença do aluno na escola não é suficiente para assegurar sua aprendizagem de forma significativa. Além de ir à escola, o aluno precisa participar e ser ativo em todo o processo.

Para participar do processo de aprendizagem o aluno precisa ser motivado, pois:

A motivação do aluno é uma variável relevante do processo ensino/aprendizagem, na medida em que o rendimento escolar não pode ser explicado unicamente por conceitos como inteligência, contexto familiar e condição socioeconômica (LOURENÇO;PAIVA, 2010, p.133).

Neste sentido, para o aluno querer aprender ele precisa estar motivado, por isso, buscamos saber, Quais as atividades realizadas na escola despertavam o interesse destes alunos em buscar o conhecimento?

Gráfico 19: Qual aspecto te deixa mais interessado?



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Questionados quanto quais aspectos os deixam mais interessados em aprender, 18% dos discentes afirmaram ser a atividade de pesquisa, 23% disseram que são interessados pelas aulas e as atividades feitas na sala de aula. Já a maioria, 59%, declara serem outros os seus aspectos de interesse e cita a inovação nas aulas, fazer slides e nas

atividades práticas e orais. Alguns ainda dizem que não possuem nenhum interesse pelo que é oferecido pela escola.

A sala de aula é um ambiente propício a aprendizagem, porém, para que esta aconteça precisamos considerar os discentes enquanto pessoas com características e interesses diferentes e por isso, a escola deve considerar as multiplicidades existentes neste ambiente.

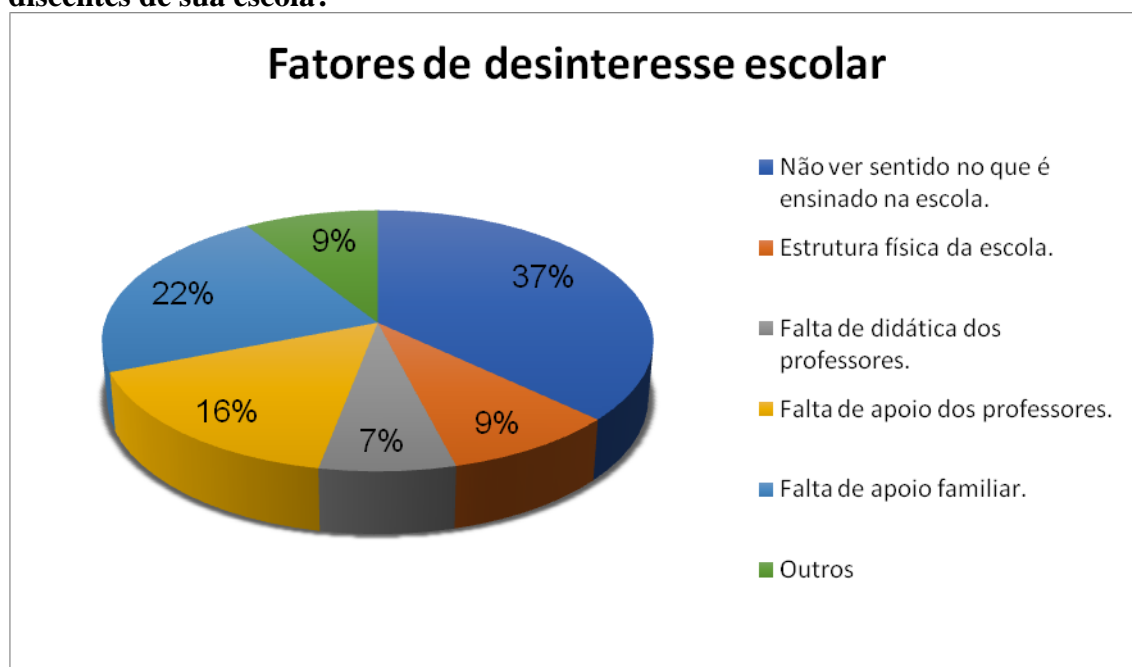
Assim, a escola deve oferecer condições a seus alunos para desenvolver a sua inteligência. Antunes (1998), apresenta a proposta de Howard Gardner (1995), a Teoria das Inteligências Múltiplas, em que a escola para promover uma boa educação deve respeitar as diferenças existentes entre as pessoas, as suas múltiplas e variadas maneiras de aprender e os diversos modos pelos quais elas podem ser avaliadas, levando em consideração a sua competência em resolver problemas perante os estímulos que o ambiente apresenta.

Segundo Antunes, são sete as inteligências múltiplas:

- Lógico-matemática: pessoas que desenvolvem mais facilmente habilidades em matemática e em raciocínios lógico-dedutivos, cientistas possuem esta característica.
- Linguística: indivíduos com amplas habilidades em escrita, leitura e em aprender idiomas, é predominante em poetas e escritores.
- Espacial: é a capacidade de formar um modelo mental de um mundo espacial e de ser capaz de manobrar e operar utilizando esse modelo. É característica de arquitetos e escultores.
- Físico-sinestésica: são as pessoas que tem grande aptidão para controlar os movimentos do corpo, atores e aqueles que praticam dança têm essas características.
- Interpessoal: habilidade de entender intenções, motivações e desejos dos outros, encontra-se mais desenvolvida em políticos, religiosos e professores.
- Intrapessoal: refere-se às pessoas que tem a capacidade de entender a si mesmo, como psicoterapeutas e escritores.
- Musical: estão em pessoas que possuem grande aptidão para tocar instrumentos, compor e executar produções musicais, estão englobados compositores, maestros e críticos da música (ANTUNES, 1998, p.42-43).

Neste sentido, o objetivo da escola deve ser o de colaborar para o educando desenvolver essas inteligências. Propor atividades motivacionais para os discentes, considerando que nem todos eles possuem os mesmos interesses e habilidades, nem aprendem da mesma maneira.

Gráfico 20: Em sua opinião, qual fator contribui para o desinteresse escolar dos discentes de sua escola?



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

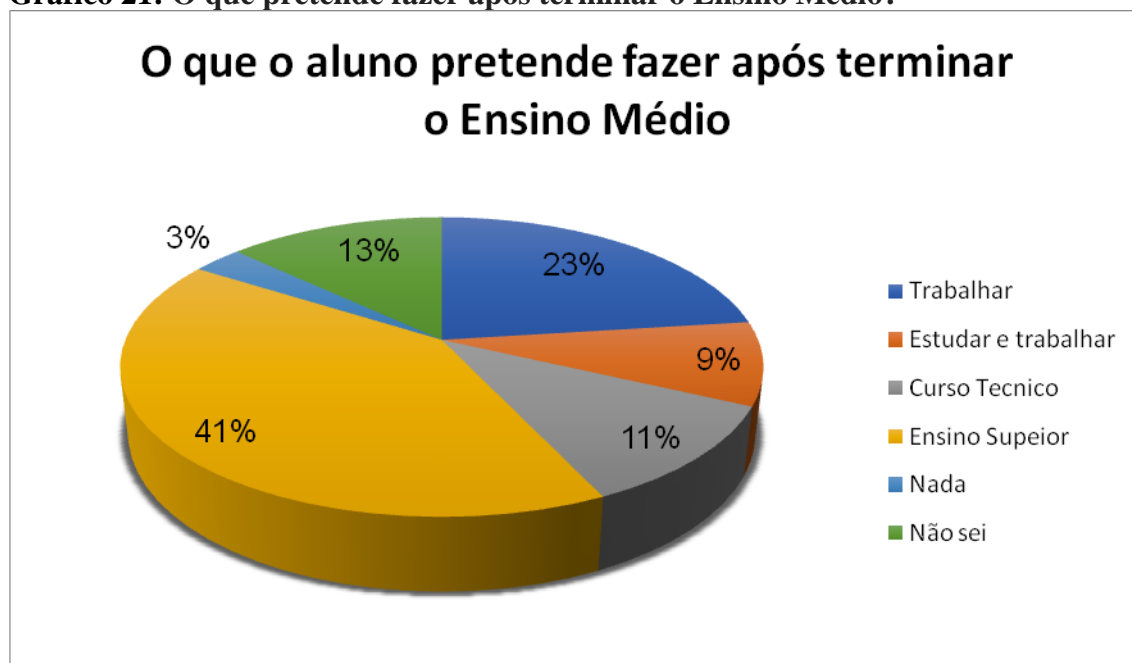
Na tentativa de responder a questão motora desse trabalho, perguntamos aos alunos, Quais são os fatores, os quais contribuem para o desinteresse escolar dos discentes de sua escola?

Os dados mostram que 37% dos alunos não vêem sentido nos conteúdos ensinados na escola, 9% declaram que o problema é a estrutura da escola, 7% apontaram a didática dos professores, 16% sentem falta de apoio dos professores, 22% dizem que é a falta de apoio familiar.

Os demais alunos, 9%, admitem ser outros os fatores de desinteresse escolar e mencionam o uso do celular, a conversa paralela em sala de aula, a preguiça, o cansaço por causa do trabalho, os colegas que não levam os estudos a sério ou não se importam em aprender.

A pesquisa revelou os fatores que mais interferem no interesse dos alunos em aprender o conteúdo ensinado na escola, e são: a falta de utilidade dos conteúdos ministrados nas aulas, e a falta de apoio dos professores e dos pais.

A falta de interesse escolar dos alunos pode estar diretamente ligada à próxima questão analisada. As metas traçadas pelos alunos, como objetivos de vida influenciam em seu empenho na escola, por isso, perguntamos O que pretendem fazer quando terminarem o Ensino Médio?

Gráfico 21: O que pretende fazer após terminar o Ensino Médio?

FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

A maioria dos alunos, 41%, pretende fazer o Ensino Superior. Os cursos pretendidos são: odontologia, direito, ciências da computação, administração, medicina, engenharia elétrica, farmácia, jornalismo, psicologia, gastronomia, enfermagem. Na área da educação citaram matemática, educação física, letras e biologia.

Dos demais alunos, 23% querem trabalhar como caminhoneiro, músico, servir ao exército, polícia militar e federal e outros. 9% pretendem trabalhar e estudar, 11% desejam fazer um curso técnico, um cursinho pré-vestibular, futebol, mecânico, desenho e inglês.

Já os 16% restante, 13% não sabem o que querem fazer e 3% disseram não querer fazer nada, algumas afirmaram, serão donas de casa e outras que vão dormir.

Estudar e trabalhar estão entre os objetivos da maioria dos alunos pesquisados, porém, mesmo tendo suas metas definidas, os alunos em questão não estão motivados o suficiente a buscarem através do conhecimento meios de alcançar seus objetivos, afirmamos isso com base no alto índice de alunos que ficam na avaliação final, e passam para a série seguinte com a ajuda do conselho de classe.

4.3 Avaliação discente quanto a Unidade Escolar

Além da atenção e da motivação, os quais foram abordados anteriormente. O ambiente escolar também é um aspecto relevante quanto ao desenvolvimento da aprendizagem.

O ambiente escolar se apresenta como um espaço multicultural e de múltiplos saberes, que tem como finalidade favorecer a socialização entre educandos e proporcionar uma aprendizagem significativa (MARQUEZAN, 2003, p.2).

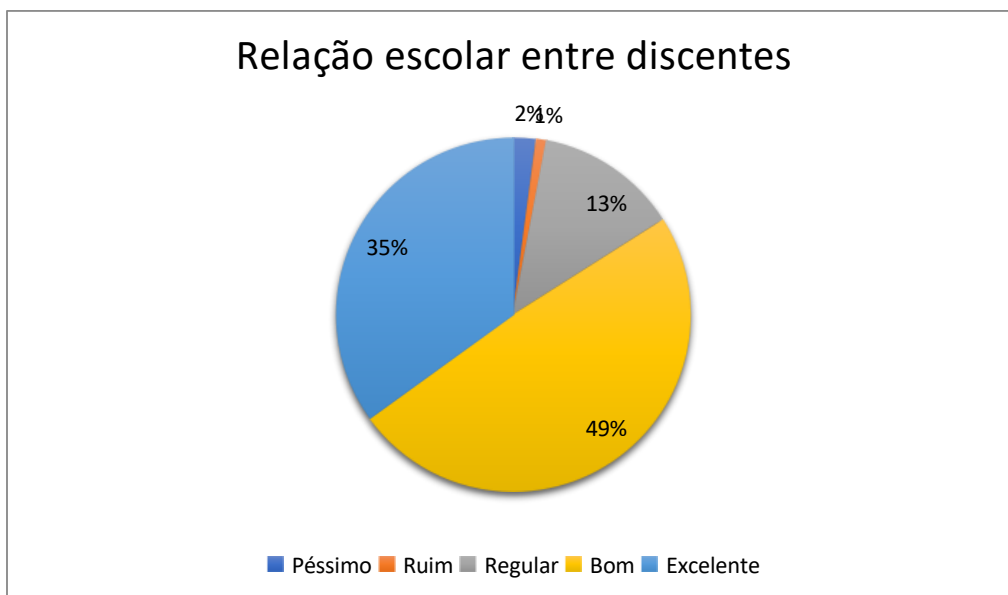
Além do ambiente escolar, outras variáveis ligadas ao ambiente escolar interferem no processo de aprendizagem.

Podemos considerar a escola, a família, a sociedade, todo o ambiente sócio-cultural no qual estamos imersos, como parte deste conjunto de variáveis que se refletem diretamente no ambiente escolar (MARQUEZAN, 2003, p.1).

A escola, e tudo relacionado a esta devem ser voltados a proporcionar ao educando a aquisição do conhecimento. Segundo Marquezan:

Outro aspecto a considerar é a relevância do conhecimento, por parte do educador, da estrutura e dinâmica da sala de aula na qual atua, afim de que considere fundamental propor ações pedagógicas que venham proporcionar trocas mútuas entre seus educandos no ambiente escolar e, em consequência, a aquisição de uma aprendizagem significativa a todos eles (MARQUEZAN, 2003, p.1).

Pensando nisso, analisaremos a avaliação feita pelos discentes quanto ao seu ambiente escolar, e algumas variáveis relacionadas. A relação escolar entre os discentes, a relação dos educandos com seus professores, a qualidade das aulas oferecidas pela escola, acompanhamento escolar feito por suas famílias durante o ano letivo, por fim, a estrutura física da sua escola.

Gráfico 22: Autoavaliação da relação escolar entre discentes:

FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Os dados desta pesquisa mostraram não haver muito conflito entre os discentes, pois, 84%, deles consideram a sua relação com os colegas boa ou excelente. Apenas 13% dos alunos consideram sua relação com os demais regular, 1% ruim e 2% péssima.

Nenhuma advertência ou suspensão foi registrada na escola, durante o ano letivo de 2018, com relação a agressões físicas ou verbais. Esses dados são importantes, pois demonstram que a violência não faz parte do cotidiano desta escola.

Segundo o diretor da Unidade Escolar, os conflitos existentes entre os alunos são resolvidos com uma boa conversa entre eles e a direção. Quando necessários os pais são convocados também.

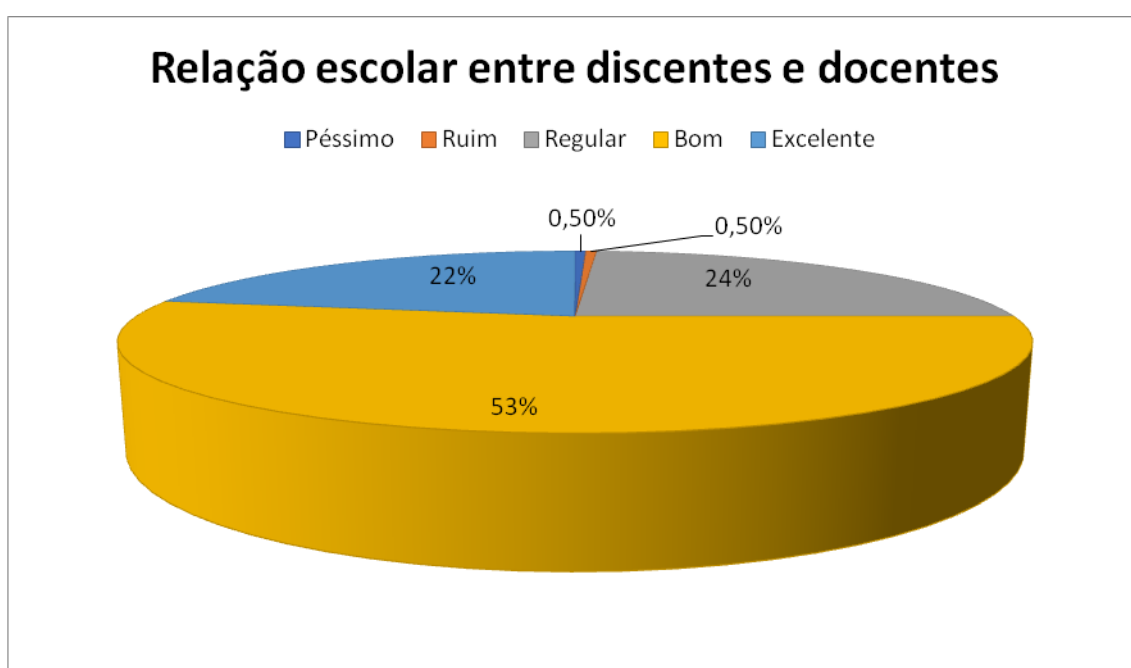
A violência escolar tem sido um dos problemas enfrentado atualmente. Segundo Aquino:

Se partirmos do pressuposto de que, nas sociedades complexas, a educação escolar é o modo dominante por meio do qual as novas gerações são inseridas na tradição, isto é, o meio pelo qual as introduzimos no instável (e sempre inusitado) mundo do conhecimento sistematizado, haveremos de convir que alguns fantasmas têm rondado essa instituição secular. E o mais implacável deles talvez seja o que envolve a crise da autoridade docente – fato este que, a nosso ver, seria o correlato principal de grande parte dos efeitos de violência testemunhados no cenário escolar (AQUINO, 1998, p.15-16).

O autor destaca a crise da autoridade docente como fator principal da violência presenciada nas escolas. Isso pode justificar a boa relação existente entre os sujeitos envolvidos com a educação da escola pesquisada.

O fato de se tratar de uma escola de pequeno porte e ser situada em uma cidade pequena pode colaborar para que não existam tantos conflitos entre os alunos desta escola. Pois, é possível o acompanhamento mais de perto da direção e dos professores das ações de seus alunos.

Gráfico 23: Avaliação discente para com a relação escolar entre discentes e docentes:



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Segundo os dados da pesquisa a relação escolar entre os discentes e seus professores é positiva. 75% dos alunos afirmaram ser boa, 53% apontaram ser excelente, 22% convívio com seus docentes é excelente. Já 24% afirmam que essa relação é regular, e apenas 1% disse ser péssima ou ruim.

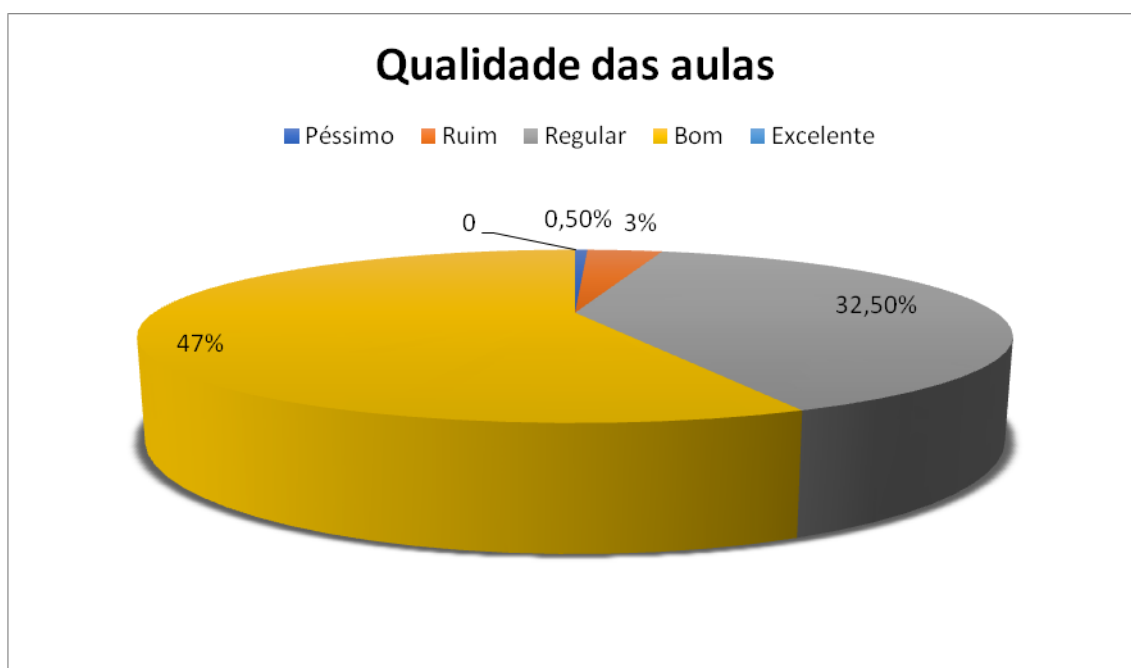
Segundo os professores seus alunos são respeitosos. Quando há algum motivo de divergência entre um professor e algum aluno, estes são chamados pela direção para um conversa. Na maioria das vezes o diretor consegue resolver a problemática existente entre ambos.

A dinâmica da aprendizagem se dá através de interações mútuas, nas quais educandos e professores estabelecem relações sociais efetivas,

sendo a sala de aula o ambiente em que estas relações se solidificam e caminham em direção ao desenvolvimento significativo de habilidades cognitivas e sócio-afetivas (MARQUEZAN, 2003, p.1).

Assim, na dinâmica da aprendizagem é necessário haver a interação entre os alunos, e entre estes e seus docentes. A sala de aula deve se tornar o espaço propício para o desenvolvimento das habilidades tanto cognitivas, quanto sócio-afetivas.

Gráfico 24: Avaliação discente para as aulas ministradas



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Com relação à qualidade das aulas ministradas na escola, 47% dos alunos consideraram ser boas, 32,50% avaliaram como regular, 3% afirmaram ser ruins e 0,50% são péssimas.

As aulas são fundamentais no processo de ensino/aprendizagem. E, por meio delas, a escola vai desenvolver suas ações focando no desenvolvimento do educando.

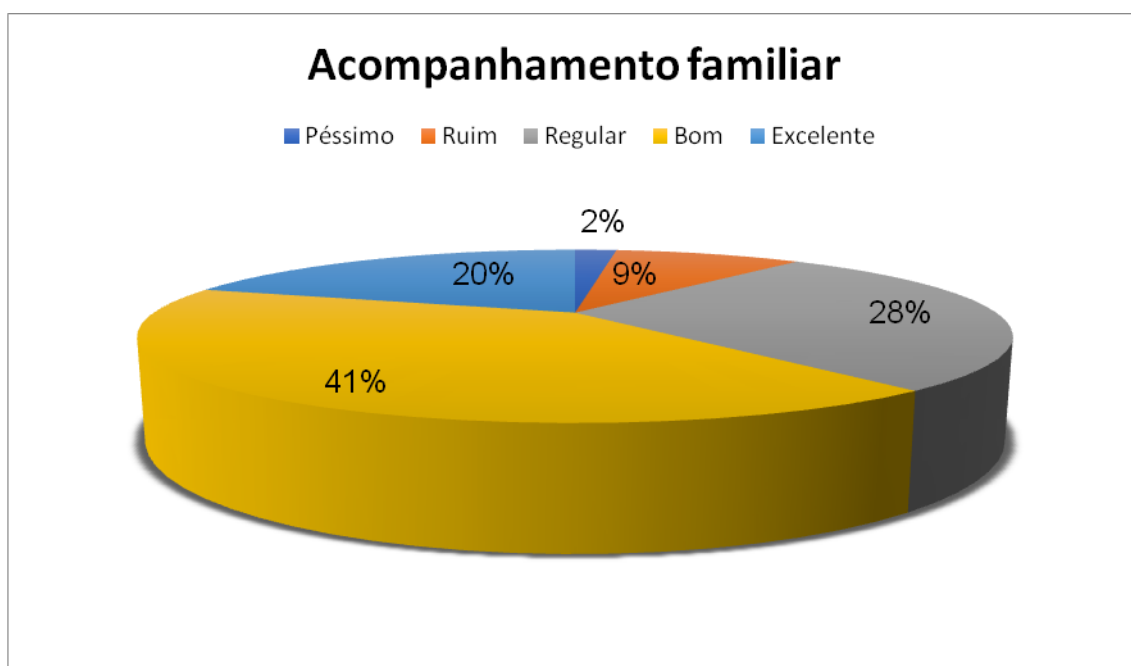
A educação, a escola e o ensino são os grandes meios que o homem busca para poder realizar o seu projeto de vida. Portanto, cabe à escola e aos professores o dever de planejar a sua ação educativa para construir o seu bem viver (MENEGOLLA & SANT'ANNA, 2001, p.11).

Neste sentido, é necessário que os professores definam os objetivos a serem alcançados em suas aulas e busque estratégias para isso. O planejamento é fundamental nesse processo e pode interferir em seus resultados.

[...] apesar do planejamento da ação educativa ser de suma importância, existem professores que são negligentes na sua prática educativa, improvisando suas atividades. Em consequência, não conseguem alcançar os objetivos quanto à formação do cidadão (CASTRO;TUCUNDUVA; ARNS, 2008. p.55).

A falta de planejamento é prejudicial às aulas, compromete a sua qualidade e a sua utilidade. Não apresenta sentido e nem proporciona aprendizado aos educandos.

Gráfico 25: Avaliação do acompanhamento familiar de seu desempenho discente



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

O acompanhamento familiar é muito importante para o desenvolvimento do educando. Questionados sobre a atenção que suas famílias dão ao seu desempenho na escola, 2% dos discentes disseram não serem acompanhados por seus pais, 9% afirmou ser ruim, 28% disseram que o acompanhamento da família na sua vida escolar é regular, 41% declarou ser bom e 20% reconheceu o excelente acompanhamento dos pais, ou seja, recebem apoio de seus pais para estudarem.

Já abordamos no primeiro capítulo sobre a importância do acompanhamento familiar ao educando para o seu desempenho na escola, cabe aqui ressaltar que os próprios alunos sentem essa necessidade e essa falta.

O desenvolvimento do educando é de responsabilidade da escola em conjunto com a família, pois esta é que deve dar suporte a escola no sentido de incentivar e acompanhar os passos dados por seus filhos.

Esse pode ser um dos fatores que tem contribuído significativamente para que os alunos estejam desinteressados da escola, pois, segundo os dados da pesquisa, a maioria dos pais e das mães tem baixo grau de instrução, além disso, muitos não acompanham e nem incentivam seus filhos a estudarem.

4.4 Levantamento de dados sobre algumas características dos docentes da Unidade Escolar pesquisada

Conhecer um pouco das características dos professores da Unidade Escolar pesquisada nos ajudará a entender melhor o funcionamento e o desempenho do seu papel nessa escola, e compreender se as ações desses professores estão sendo incentivadoras para o aprendizado dos alunos.

A postura de um educador que se põe no centro do aprendizado, em que tudo gira ao seu entorno, já não cabe mais na proposta de educação atual. Precisamos de profissionais da educação preocupados com a aprendizagem de seus educandos, e se empenhem no que for possível para instigar os seus alunos a irem buscar do conhecimento.

Na verdade meu papel como professor, a ensinar o conteúdo a ou b, não é apenas o de me esforçar para, com clareza máxima, descrever a substantividade do conteúdo para que o aluno o fixe. Meu papel fundamental, ao falar com clareza sobre o objeto, é iniciar o aluno a fim de que ele, com os materiais que ofereço, produza a compreensão do objeto em lugar de recebê-lo, na íntegra, de mim (FREIRE, 1996, p. 118).

Sendo assim, o professor não é o principal responsável, mas é uma ponte, importantíssima, entre o aluno e o conhecimento. Ele pode despertar em seus alunos o gosto pelo saber, mostrando-os seu potencial e conduzindo-os em busca do seu desenvolvimento pessoal.

Para Moacir Gadotti:

O aluno aprende apenas quando ele se torna sujeito da sua aprendizagem. E para ele tornar-se sujeito da sua aprendizagem ele

precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola que faz parte também do projeto de sua vida (GADOTTI, 1996, p.04).

Por isso, nas aulas o professor deve preocupar-se em estimular a curiosidade dos alunos para o conteúdo ministrado, e este seja alvo de pesquisa. É essencial promover a participação dos alunos em suas aulas e ajudar ao aluno a entender que, para aprender, ele precisa dedicar um tempo para estudar os conteúdos vistos nas aulas.

Os dados revelaram sobre os professores que trabalham na Unidade escolar, 36% são do gênero masculino e ensinam as disciplinas matemática, filosofia, inglês, geografia, física e química. Os demais 64% são do gênero feminino e lecionam as disciplinas de português, biologia, filosofia, sociologia, inglês, educação física, física, matemática, história, geografia e artes.

Todos os professores possuem nível superior, destes quatro possuem especialização, dois estão cursando mestrado e um possui doutorado. Nem todos os professores trabalham na área em que é formado.

Por se tratar de uma unidade escolar de pequeno porte, não há aulas suficientes em cada disciplina para completar a carga horária, fazendo-se necessário completar a quantidade de aulas dadas pelo professor por semana com disciplinas diferentes da sua formação.

Gráfico 26: Leciona a disciplina correspondente a sua formação?



A pesquisa revelou que 74% dos professores trabalham com a disciplina em que são formados, mas, leciona em outra disciplina para complementar a carga horária, 8% afirmaram ser licenciados, mas, não trabalham na sua área de formação e 18% é graduado, mas, não possui licenciatura.

Dos educadores que trabalham na escola, três são formados em matemática, inclusive o diretor e a vice-diretora. Dois professores são da área de biologia, um graduado em letras, outros dois em história, um em geografia, outro em filosofia, outro em educação física. Temos duas professoras que não possuem licenciatura, possuem bacharelado, uma formada em direito e trabalha com as disciplinas filosofia e sociologia e outra que possui graduação em administração e leciona física.

Infelizmente essa prática é muito comum nas escolas públicas brasileira, professores com formação específica lecionando em outra disciplina não compatível com sua graduação, de acordo com Carneiro:

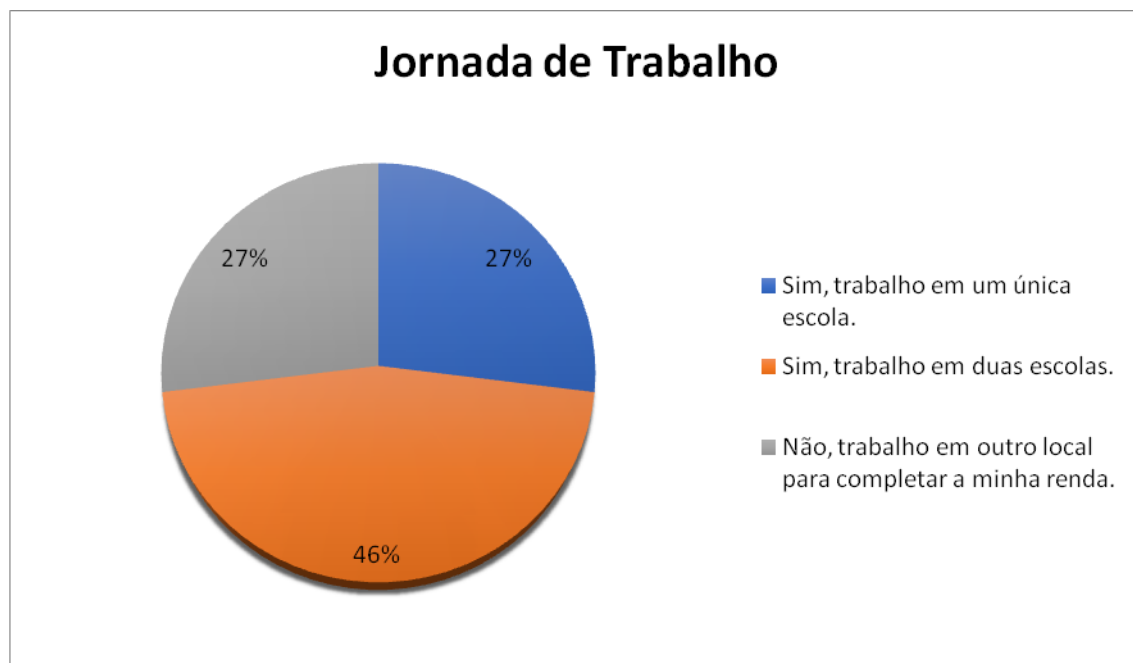
[...] o ideal é que se tenham docentes com formação para atuar num nível de educação onde são definidos os valores e as condições básicas para o aluno apreender o conhecimento mínimo e laborar a visão estratégica imprescindível a compreender o mundo, intervir na realidade e agir como sujeito crítico (CARNEIRO, 1998,p.50).

Neste sentido, enfatizamos a necessidade da atuação do professor em sua área específica de formação, pois o profissional se preparou didaticamente para trabalharem um campo específico dentro da sala de aula.

No entanto, atuar na sua área de formação não significa garantia de realização satisfatória do seu trabalho, pois além de possuir formação, o professor precisa ter condições para colocar seu conhecimento em prática. Mas, se o cotidiano escolar já é difícil para quem atua na área de formação, mais dificuldade terá quem atua em áreas diversas.

Após alisarmos a formação dos professores, verificamos a sua carga horária semanal de trabalho. 36% dos discentes afirmaram possuir apenas 20 horas/aula semanais em sala de aula, 46% declaram ter 40 horas/aula e 18% possui 60 horas/aula.

Gráfico 27- Você cumpre toda a sua jornada de trabalho?



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Foi possível verificar que nem toda a jornada de trabalho dos professores é realizada em uma mesma Unidade Escola. 46% dos docentes trabalham em duas escolas, 27% trabalham apenas na escola pesquisada e 27% trabalham em outro local para complementar a renda.

Uma quantidade elevada de professores trabalham 40 horas/aula ou 60 horas/aula, e também trabalham em duas escolas ou em outro local para complementar sua renda.

O excesso de carga horária pode comprometer a qualidade das aulas ministradas por esses professores, pois é bem provável que não tenham tempo de preparar suas aulas.

Pensando nisso, perguntamos a esses docentes qual era o seu empenho em preparar as aulas que lecionam. E, 82% dos professores declararam ser bom, e 28% afirmam que sua dedicação ao planejar as aulas é regular.

A pesquisa revelou ainda a insatisfação dos professores para com os seus proventos, 18% dos docentes afirmam ser insuficiente o valor que recebem pelo seu

trabalho, 37% consideraram esse valor ser ruim, 18% acredita que é regular e 27% disseram ser bom.

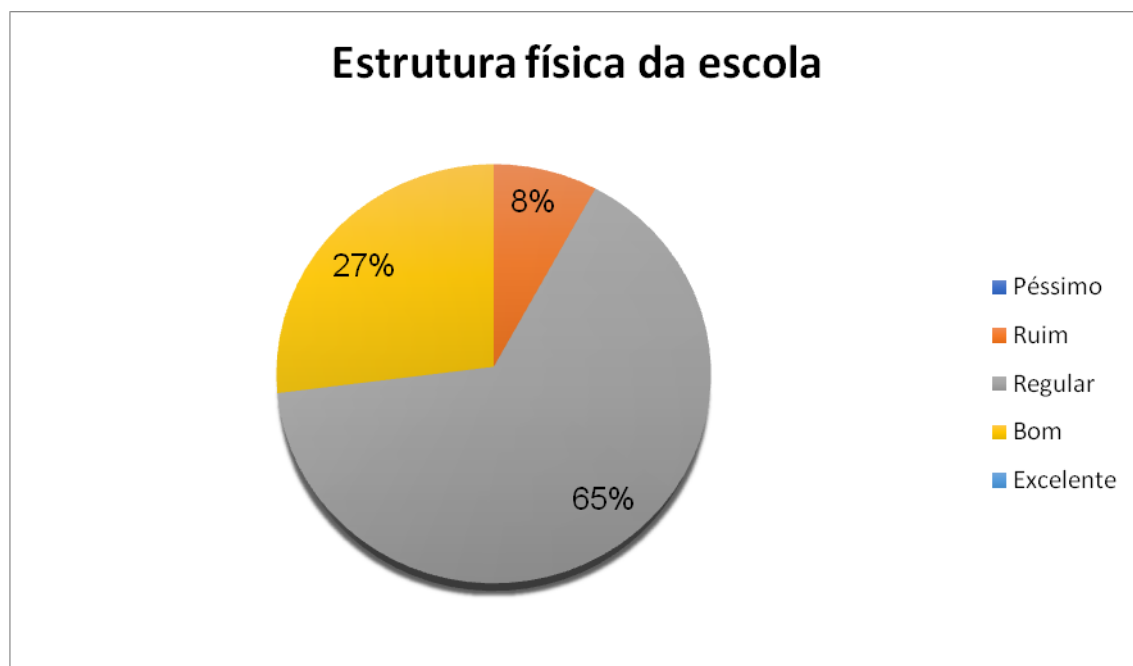
Temos aqui alguns pontos que demonstram os motivos, os quais as aulas ministradas pelos professores desta Unidade Escolar foram avaliadas pelos alunos como de baixa qualidade.

Alguns professores não têm formação nas disciplinas que lecionam, possuem carga horária em excesso e em mais de um lugar, isso contribuído para que não se empenhem em prepara suas aulas. Há também, por parte dos professores, insatisfação quanto ao salário que recebem.

Quando as condições do trabalho docente são muito ruins, torna-se praticamente impossível se conceber a escola como um local de produção de conhecimentos e de saberes. O professor torna-se um mero “dador de aulas”. Não há tempo para o estudo e para análises sistematizadas da prática docente. A formação continuada, quando existir, será baseada única e exclusivamente em cursos de curta duração ou, no máximo, de especialização (PEREIRA, 2007, p.90).

Nesse sentido, a melhoria da qualidade das aulas depende de alguns fatores, tais como: a formação específica para os professores atuarem nas disciplinas correspondentes, e a formação continuada para aqueles que já possuem formação. Melhores condições para o planejamento das aulas, e por meio de instrumentos tecnológicos auxiliares para que os educadores inovam e dinamizem as suas aulas.

Gráfico 28: Estrutura física da escola



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Indagados quanto à estrutura física da escola que trabalham, 8% dos docentes consideram ser a estrutura ruim e não atende as necessidades da escola, 65% afirmam que é regular e 27% disseram ser boa.

Fizemos essa mesma pergunta aos discentes, 14% os alunos consideram a estrutura de sua escola excelente, 39% alegam ser boa, 36% dizem que ela é regular, 8% dos discentes declaram ser ruim e 3% afirmam que essa estrutura é péssima.

Se considerarmos as duas últimas avaliações feitas para a estrutura da escola, 53% dos alunos a consideram boa ou excelente, ou seja, acima da metade dos alunos acreditam que a estrutura não é um problema impeditivo ou dificultar o aprendizado.

Neste ponto da pesquisa nos temos divergência entre a opinião dos discentes e de seus professores. Um olhar diferente sobre a mesma estrutura mostra que os alunos não dão tanta atenção quanto à qualidade desta, já os professores consideram essa estrutura desapropriada para oferecer uma educação de qualidade.

Quando falamos da estrutura física da escola consideramos o espaço físico e equipamentos que uma escola necessita ter, como uma biblioteca equipada, laboratórios de ciências e informática, quadra de esporte coberta, salas de aulas amplas e ventiladas.

Desse modo, não só a parte física da escola foi analisada, mas também os equipamentos tecnológicos necessários ao seu bom funcionamento.

A justificativa para mais da metade dos alunos avaliarem sua escola como boa ou excelente é o fato de não conhecerem outra escola, ou mesmo, considerarem a

vivência dos seus pais, os quais não tinham nem metade do que eles têm na escola hoje: livros, fardas e merenda escolar.

De fato, a estrutura física da escola não é condição única para que o aprendizado aconteça, porém é relevante por dois motivos principais: primeiro porque estamos inseridos num mundo tecnológico e cheios de opções de laser, a escola deve-se adequar-se a essas mudanças do mundo para não se tornar enfadonha para seus discentes, sobre isso já discutimos no primeiro capítulo.

Por outro lado, inseridos em um mundo cheio de tecnologias, nem todos os alunos tem condições de acessar a mesma. Uma escola com estrutura física adequada e bem equipada, nesse sentido, estaria trabalhando a questão da desigualdade de condições, pois dando acesso a tecnologia a quem não tem, ela diminui as diferenças de oportunidades.

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional propõe uma prática educacional adequada à realidade do mundo, ao mercado de trabalho e à integração do conhecimento. Desta forma, a utilização efetiva das tecnologias da informação e comunicação na escola é uma condição essencial para inserção mais completa do cidadão nesta sociedade de base tecnológica (CARVALHO, 2007, p.1).

Nesse sentido, é necessário haver um diálogo entre a escola e mundo, uma vez que para se viver nessa sociedade tecnológica a escola precisa preparar esse aluno.

A escola com que sonhamos é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã. O mundo está permeado pela televisão, pela Internet, pelos jornais, pelas revistas, pelas músicas de sucesso. A escola e a sala de aula precisam dialogar com esse mundo. Perceber o potencial da comunicação contemporânea não significa repeti-lo, mas estabelecer um elo com a percepção do aluno (CARVALHO, 2007, p.8).

Além de valorizar o uso da tecnologia como recurso didático, precisamos estar atentos ao fato de que ter uma estrutura equipada em uma escola não é sinônimo de sucesso, é preciso ter um corpo docente empenhado em utilizar essa tecnologia a favor do aprendizado.

[...] a prática pedagógica com a utilização das diversas tecnologias precisa realizar-se de maneira crítica para compreender, propor e desenvolver as estratégias de construção do conhecimento, e democrática para que esteja a serviço de uma educação preocupada com a mudança na sociedade, pretendendo a democratização dos saberes e das mídias. Portanto, o objetivo principal da prática

pedagógica deve ser a ampliação do saber dos educandos, utilizando-se de todos os meios tecnológicos de informação e comunicação (CARVALHO, 2007, p.7).

Esse tem sido um dos grandes desafios enfrentados pela escola e pelos professores, integrar as tecnologias como suporte ao ensino aprendizagem e oferecer igualdade de condições aos educandos.

4.5 Avaliação dos docentes sobre alguns aspectos, os quais podem contribuir para o desinteresse escolar dos alunos da escola pesquisada

Além do que já foi mencionado anteriormente, na pesquisa com os professores, analisamos a relação entre eles e os alunos para saber se existiam conflitos dentro da escola que colaborem com o desinteresse dos alunos em aprender.

Como afirmamos anteriormente, não faz parte do cotidiano da escola pesquisada a violência. Podemos averiguar isso quando analisamos, através da ótica do professor, a sua relação escolar com seus alunos. E os resultados, assim como na visão do aluno, foram positivos, pois 92% dos professores consideram bom o seu convívio com os alunos, apenas 8% afirmam ser regular este convívio.

A convivência entre os profissionais da educação também é amistosa. Os dados revelam que 55% dos professores consideram a relação profissional entre eles excelente e 45% afirmam ser boa.

Perguntamos também aos docentes, na opinião deles, quais os fatores que contribuem para o desinteresse escolar dos alunos do ensino médio?

Alguns professores apontaram que o desinteresse escolar dos alunos é por causa da deficiência do ensino fundamental, na qual os alunos chegam ao Ensino Médio sem saber conteúdos essenciais a esse nível de ensino, por isso tem muitas dificuldades para compreender os assuntos trabalhados em sala de aula.

Os docentes apontam também que a escola não consegue atrair os jovens, e estes não conseguem perceber a utilidade dos conteúdos trabalhados na sala das aulas.

Foi citada também como motivadora da falta de interesse dos discentes a falta de perspectiva de futuro dos alunos, as mídias sociais, ausência de professores, pois a escola fica muito tempo durante o ano com aulas vagas a espera de contratação de professor pelo governo.

Falta de apoio da família, a falta de uso das novas tecnologias, problema de infra-estruturar do ambiente escolar, necessidade de conciliar trabalho e estudo foram

outras questões colocadas pelos professores com empecilhos para que o aluno se interesse em aprender.

Gráfico 29: Qual estratégia reduziria o desinteresse escolar dos alunos no Ensino Médio?



FONTE: Dados obtidos pela autora, 2018.

Buscando saber dos professores qual estratégia reduziria o desinteresse escolar dos alunos no Ensino Médio, 19% afirmam que é necessário melhorar a didática utilizada em sala de aula, 12% apontaram precisar melhorar a estrutura física da escola, 45% dos docentes afirmaram que seria o apoio familiar aos discentes com dificuldade de aprendizagem.

Alguns professores, 12%, ressaltaram a necessidade de se fazer oficinas de reforço dos conteúdos, os quais os discentes deveriam saber ao entrar no ensino Médio, já os outros 12% afirmaram ser preciso mostrar aos discentes a importância da escola.

5 CONCLUSÃO

Mediante o estudo teórico e a análise dos resultados da pesquisa, compreendemos as razões, as quais colaboram para o desânimo dos estudantes em aprender o conteúdo escolar são diversas e complexas. Por isso, devido à amplitude e a significância da situação, não cabem neste momento das considerações finais, conclusões simplistas.

Assim, ao longo da construção de todo o texto conclusões parciais foram sendo reveladas, de forma que o leitor pôde acompanhar, a cada seção, a condução e os resultados da pesquisa.

Neste momento, resta-nos, organizar esses resultados de modo a oportunizar uma visão global do que se desvendou dos dados, permitindo o reconhecimento dos objetivos traçados no início deste estudo.

Este trabalho permitiu analisarmos os motivos, os quais a educação pública tem se mostrado ineficiente, não tem feito sentido para a vida dos estudantes e os tem deixado desanimados a participarem ativamente desse processo educativo. Acreditamos que os resultados aqui encontrados sirvam de suporte aos educadores interessados em entender e provocar mudanças profundas o intuito de promover uma educação de qualidade a seus educandos.

Por meio dos resultados da pesquisa conseguimos perceber que a falta de uma estrutura física e tecnológica adequando tem contribuído para o desinteresse escolar dos discentes, pois o espaço escolar fica impossibilitado de inovar em seus métodos e oferecer um ambiente com maiores oportunidades a seus jovens.

Outro fator que está ligado ao primeiro são as aulas ministradas nesta unidade escolar, apontadas como sendo desinteressantes. Atribuímos a isso a falta de aparato tecnológico, somado aos desgastes, desvalorização e carga horária excessiva de alguns profissionais da educação.

A falta de incentivo e auxílio aos estudantes por parte de seus familiares, também é apontado nesta pesquisa como causador do desinteresse pelo estudo, uma vez que ainda são jovens e não possuem maturidade suficiente para si conduzirem sozinhos, assim faz-se necessários os genitores revelaremos seus dependentes a importância dos estudos e acompanha-los durante toda a trajetória escolar.

Foi possível perceber nos alunos matriculados na unidade de ensino pesquisada, os que possuem um projeto para sua vida a ser alcançado se empenham e aproveitam as oportunidades oferecidas pela escola como forma de alcançar suas metas. Já quem não possui um plano para a vida, no qual a educação não é o meio de conquistá-lo, não se

sente motivado a se empenhar nas atividades oferecidas pela escola para se desenvolver cognitivamente, neste sentido consideramos que não possuir um projeto de vida é um dos fatores encontrados por esta pesquisa para que os jovens estejam desinteressados pelos estudos.

A forma como é conduzido o aprendizado na escola também se mostrou como sendo um dos fatores de desinteresse dos alunos pelo aprendizado escolar. A maioria dos alunos não possui o hábito de estudar, dificultando assim a efetivação da sua aprendizagem. Quando percebem que não estão aprendendo, e por isso não vêem suas vidas mudarem se sentem desmotivados a se empenharem na escola.

Percebemos também que o jovem do século XXI encontra-se em posição vantajosa tanto para o acesso dos bens de consumo quanto para o conhecimento. Assim sendo, os baixos níveis de rendimento escolar e a grande evasão se dão pelo não esforço mínimo em desempenhar uma atividade de longo prazo.

O imediatismo é matéria de primeira ordem e os jovens não conseguem entender que o estudo é um investimento duradouro, e esse caráter de tudo ser imediato reflete no campo de trabalho, pois estes jovens muitas das vezes sem qualificação encontram somente postos de trabalho, no qual o esforço físico é mais necessário que o mental, em detrimento disso abandona facilmente qualquer colocação que não corresponda a sua visão de mundo.

Assim sendo, essa pesquisa não se encerra nesse viés de análise, as possibilidades são diversas, pois, as mudanças estão ocorrendo e as visões para os processos de ensino e aprendizagem dos jovens são passíveis de outras análises que comunguem na busca de entender as desmotivações para apostar nas mudanças de vida a partir do estudo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, C. **Inteligências múltiplas e seus estímulos**. Campinas, SP: Papirus Editora, 1998.
- AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos Cedes**, v. 19, n. 47, p. 7-19, 1998.
- BAHIA. **Regimento Escolar**. Colégio Estadual Dr. Luiz Edson de Gouveia. Contendas do Sincorá, 2011.
- BAHIA. **Projeto Político-Pedagógico**. Colégio Estadual Dr. Luiz Edson de Gouveia. Contendas do Sincorá, 2018.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BAYMA-FREIRE, H.; ROAZZI, A.; ROAZZI, M. M. O nível de escolaridade dos pais interfere na permanência dos filhos na escola? **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, v. 2, n. 1, p. 35-40, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. 1996. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- BREMER, M. A. de S.; KUENZER, A. Z. Ensino médio integrado: uma história de contradições. **Anais do Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. Caxias do Sul, 2012.
- CARNEIRO, M. A. **LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo. Petrópolis: VOZES, 1998.
- CARRANO, P.; DAYRELL, J.; MAIA, C. L. **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- CASTRO, P. A. P. P.; TUCUNDUVA, C. C.; ARNS, E. M. A importância do planejamento das aulas para organização do trabalho do professor em sua prática docente. **Athena**, Rio Grande do Norte, v. 10, n. 10, p. 49-69, 2008.
- CARVALHO, R. **As tecnologias no cotidiano escolar: possibilidades de articular o trabalho pedagógico aos recursos tecnológicos**. Paraná, 2007.
- CIAVATTA, M. A formação integrada à escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista TrabalhoNecessário**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2005.
- CERATTI, M. **Novo estudo foca em jovens que não estudam nem trabalham**. ONU News. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/03/1614652>>. Acesso em: 07 set. 2018.
- CORTELA, M. S; MANDELLI, P. **Vida e carreira: um equilíbrio possível?** Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2011.
- _____. **Basta! Reflexões Urgentes para Pais e Mães**. Barueri, SP: Novo Século Editora, 2017.
- _____. Não é só a educação dos filhos que é necessária, mas a dos pais também. **Revista Crescer**. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Crianças/Escola/noticia/2016/11/cortella-nao-e-so>>

- educacao-dos-filhos-que-e-necessaria-mas-dos-pais-tambem.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- CURY, C. R. J. Qualidade em educação. **Nuances**, Presidente Prudente – SP, v. 17, n. 18, p. 15-31, 2010.
- DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e sociedade**, Unicamp – SP, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.
- DAYRELL, J. T.; LEÃO, G.; REIS, J. B. dos. Jovens olhares sobre a escola do ensino médio. **Cadernos Cedes**, v. 31, n. 84, p. 253-273, 2011.
- DESSEN, M. A.; POLONIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. In: _____. **Paidéia**, v. 17, n. 36, 2007.
- DIDONET, V. Texto programa Salto para o Futuro. **Escola do sonho á realidade, Padrões mínimos de qualidade do ambiente escolar**, 2002.
- DOURADO, L. F. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- DOUTOR, C. Um olhar sociológico sobre os conceitos de juventude e de práticas culturais: Perspectivas e reflexões. **Última década**, n. 45, p. 159-174, 2016.
- FERREIRA, L. **Retratos da avaliação: conflitos, desvirtuamentos e caminhos para a superação**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- GADOTTI, M. **Dimensão política do projeto pedagógico da escola**. São Paulo: Revista ABC Educativa, 2016.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Plageder, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas, 2008.
- GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GOMES, I. C.; ZANETTI, S. A. S. A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira. **Psico**, v. 40, n. 2, p. 2, 2009.
- GUERRA, L. B. O diálogo entre a neurociência e a educação: da euforia aos desafios e possibilidades. **Revista Interlocação**, v. 4, n. 4, p. 3-12, 2011.
- HENICK, A. C.; FARIA, P. M. F. História da infância no Brasil. **Anais Educere**, 2015.
- HOUZEL, S. H. **Neurociências na Educação**. Belo Horizonte, MG: Editora Cedic, 2010.
- HOUZEL, S. H. **O Cérebro nosso de cada dia: descobertas da neurociência sobre ávida cotidiana**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2002.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/contendasdosincora.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2018.
- ICMBio. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/caatinga/unidades-de-conservacao-caatinga/2123-flona-contendas-do-sincora>>. Acesso em: 25 nov. 2018.
- INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/acoes-internacionais/pisa/resultados>>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- JUNIOR, A. M. O modelo de vida alienante da sociedade do consumo. In: _____. **Ateliê Geográfico**, v. 6, n. 2, p. 131-147. 2012.

- KUENZER, A. Z.; GRABOWSKI, G. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, v. 24, n. 1, p. 297-318, 2006.
- KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissionalização**: as políticas do estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.
- Kuenzer, A. Z. (org.). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.
- KRAWCZYK, N. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Cadernos de pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 752-769, 2013.
- MAIA, A. A. R. M.; MANCIBO, D. Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n. 2, p. 376-389, 2010.
- MARQUEZAN, R., MELO, A. M., RODRIGUES, G. F.; NOAL, D. Dinâmica de Sala de Aula: uma variável na aprendizagem. **Revista de Educação UFSM**, n. 22, Santa Maria, 2003.
- MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M. **Por que planejar? Como planejar?** 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MENEZES, E. M.; SILVA, E. L. da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- LADWIG, I. A importância da atenção na aprendizagem de habilidades motoras. **Revista Paulista de Educação Física**, n. supl. 3, p. 62-71, 2017.
- LEÃO, G.; NONATO, S. **Juventude e trabalho**. Cadernos temáticos Juventude Brasileira e Ensino Médio. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2014.
- LOURENÇO, A. A.; PAIVA, M. O. A. de. A motivação escolar e o processo de aprendizagem. **Ciências & Cognição**, v. 15, n. 2, 2010.
- LUCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. São Paulo: Editora Positivo, 2009.
- OLIVEIRA, A. M.; TOMAZETTI, E. M. Quando a sociedade de consumidores vai à escola: um ensaio sobre a condição juvenil no Ensino Médio. **Educar em Revista**, v. 28, n. 44, p. 181-200, 2012.
- ONUBR. Nações unidas do Brasil. **Brasil tem sétima maior taxa de gravidez adolescente da América do Sul**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-tem-setima-maior-taxa-de-gravidez-adolescente-da-america-do-sul/>>. Acesso em: 07 set. 2018.
- PERALVA, A. T. **O jovem como modelo cultural**. Revista Brasileira de Educação: São Paulo, 1997.
- PEREIRA, J. E. D. Formação de professores, trabalho docente e suas repercussões na escola e na sala de aula. **Educação & Linguagem**, v. 10, n. 15, p. 82-98, 2007.
- PIAZZI, P. **Aprendendo inteligência**: manual de instruções do cérebro para alunos em geral. 2. ed. rev. São Paulo: Aleph, 2008.
- RODRIGUES, S. do C. **Ser professor em tempos de crise de identidade e mal-estar docente: as autorrepresentações de professores de uma escola pública de Garanhuns**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Instituto de Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa.
- ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. Editora Vozes. 22. ed. Petrópolis – RJ, 1999.
- ROMÃO, J. E. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2003.
- SABINO, M. M. do C. Importância educacional da leitura e estratégias para a sua promoção. **Revista iberoamericana de educación**, v. 45, n. 5, p. 1-11, 2008.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnicia. **Revista Trabalho, Educação e Saúde:** p. 131-152, 2003.

SILVA, E. F. G.; BARROS-SANTOS, M. S. Emilia de. **O impacto e a influência da mídia sobre a produção da subjetividade**, 2009. Disponível em: <http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/447.%20o%20impacto%20e%20a%20influ%C3%Aancia%20da%20m%C3%ADdia.pdf>. Acesso em 10 mar. 2019.

SILVA, J. F. da. **Avaliação na perspectiva formativa-reguladora:** pressupostos teóricos e práticos. Porto Alegre: Mediação, 2004.

SÁTYRO, N.; SOARES, S. **O impacto de infra-estrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de ensino fundamental:** 1998 a 2005. 2008. Disponível em: <

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/O+impacto+da+infra-estrutura+escolar+na+taxa+de+distor%C3%A7%C3%A3o+idade-s%C3%A9rie+das+escolas+brasileiras+de+ensino+fundamental+%20BF+1998+a+2005/0f491ce7-50f9-4e44-b437-c6fa625f06d9?version=1.2>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: _____. ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 87-128.

TOKARNIA, M. **Estudo mostra que 1,3 milhão de jovens de 15 a 17 anos abandonam escola.** Agência do Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-02/13-milhao-de-jovens-entre-15-e-17-anos-abandonam-escola-diz-estudo>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA- ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Desinteresse de aprender: um estudo com adolescentes do Ensino Médio no município de Contendas do Sincorá, na Bahia”, sob a responsabilidade da discente Milena da Trindade Gomes, pesquisadora FICS - Mestrado em Ciências da Educação.

Nesta pesquisa, buscamos identificar os principais fatores que contribuem para o desinteresse escolar, pois acreditamos que a falta de interesse pelo estudo tem impacto direto na aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, em seu desempenho. Por isso, precisamos conhecer melhor a realidade em que esses jovens estão inseridos, para buscarmos novos caminhos no intuito de motivá-los a aprender.

As questões a seguir devem conter apenas uma resposta, a qual considera mais adequada.

1- Idade: _____ 2- Sexo: () Masculino () Feminino

3- Você está cursando:

() 1ª série do Ensino Médio () 2ª série do Ensino Médio () 3ª série do Ensino Médio

4- Turno que estuda:

() Matutino () Vespertino () Noturno

5- Grau de instrução de seu pai:

- Analfabeto
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Superior
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutorado

6- Grau de instrução de sua mãe:

- Analfabeto
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Superior
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutorado

7- Trabalha:

- Sim Não

8- Se sim, quantas horas por dia?

- 1h 2h 3h 4h 5h 6h 7h 8h

9. Você possui computador?

- Sim Não

10. Você tem acesso a internet?

- Sim Não

11. Gosta de ler?

- Sim Não

12. Quantos livros você leu este ano?

- Nenhum 1 2 3 4 5 ou mais.

13. Em sua opinião, para que serve a escola?

- Para aprender.
- Para encontrar os amigos.
- Preparar para entrar no mercado de trabalho.
- Preparar para o entrar no Ensino Superior.
- Para nada, não gosto da escola.

14. Você percebe que se distrai facilmente em sala de aula?

- Não, gosto de estudar.
- Sim, não gosto de estudar.
- Sim, uso muito o celular.
- Sim, as aulas são ruins.
- Sim, converso muito com os colegas.

15. De que maneira você acredita ser mais eficaz o aprendizado:

- Prestando atenção nas aulas.
- Estudando sozinho.
- Estudando com os colegas.

Outros: _____

16-Quando você estuda os conteúdos trabalhados na escola?

- Logo que chego da escola.
- Quando tenho tempo.
- Antes de fazer a prova.
- Não estudo porque faço tudo na escola.
- Não estudo porque não gosto de estudar.

17- Quantas horas você costuma estudar?

- Algumas horas por semana.
- Algumas horas por dia.
- Costumo estudar antes da prova para não esquecer.
- Não costumo estudar porque faço cópia das atividades dos meus colegas.
- Não estudo porque não gosto.

18. Considerando todos os aspectos descritos até agora, você se considera motivado a ir à escola?

- Sim, tenho muitos amigos aqui.
- Sim, quero concluir meu curso para trabalhar.
- Não, não gosto do meu curso.

Outro: _____

19. Qual aspecto te deixa mais interessado?

- Atividades de pesquisa.
 Aulas e atividades em sala.

Outros: _____

20. Em sua opinião, qual fator que contribui para o desinteresse escolar dos alunos de sua escola?

- Não ver sentido no que é ensinado na escola.
 Estrutura física da escola.
 Falta de didática dos professores.
 Falta de apoio dos professores.
 Falta de apoio familiar.

Outros: _____

21-O que pretende fazer depois que terminar o Ensino Médio?

Avalie as questões listadas abaixo, considerando em uma escala de 1 a 5, em que 1 é péssimo e 5 é excelente:

22-Acolhimento da escola

- 1- Péssimo 2- Ruim 3- Regular 4- Bom 5- Excelente

23- Sua relação com os colegas da escola:

- 1- Péssimo 2- Ruim 3- Regular 4- Bom 5- Excelente

24- Sua relação com os professores:

- 1- Péssimo 2- Ruim 3- Regular 4- Bom 5- Excelente

25- As aulas ministradas pelos professores de sua escola:

- 1- Péssimo 2- Ruim 3- Regular 4- Bom 5- Excelente

26- Acompanhamento familiar de seu desempenho na escola:

- 1- Péssimo 2- Ruim 3- Regular 4- Bom 5- Excelente

27- Sua frequência escolar:

- 1- Péssimo 2- Ruim 3- Regular 4- Bom 5- Excelente

28- A frequência de seus professores;

- 1- Péssimo 2- Ruim 3- Regular 4- Bom 5- Excelente

29- A estrutura física da escola:

- 1- Péssimo 2- Ruim 3- Regular 4- Bom 5- Excelente

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

APÊNDICE B:QUESTIONÁRIO DE PESQUISA- PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Desinteresse de aprender: um estudo com adolescentes do Ensino Médio no município de Contendas do Sincorá, na Bahia”, sob a responsabilidade da discente Milena da Trindade Gomes, pesquisadora da FICS - Mestrado em Ciências da Educação.

Nesta pesquisa, buscamos identificar os principais fatores que contribuem para o desinteresse escolar, pois acreditamos que a falta de interesse pelo estudo tem impacto direto na aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, em seu desempenho. Por isso, precisamos conhecer melhor a realidade em que esses jovens estão inseridos, para buscarmos novos caminhos no intuito de motivá-los a aprender.

As questões a seguir devem conter apenas uma resposta, a qual considera mais adequada.

1- Sexo: () Masculino ()Feminino

2- Qual sua carga horária semanal de trabalho como professor(a)?

() 20h ()40h () 60h

3- Você cumpre toda a sua jornada de trabalho com a educação?

() Sim, trabalho em um única escola.

() Sim, trabalho em duas escolas.

() Sim, trabalho em três escolas.

() Não, trabalho em outro local para completar a minha renda.

() outros: _____

4- Qual seu grau de instrução?

- Ensino Médio completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutorado

5 - Trabalha com a disciplina que é formada?

- Sim, todas as minhas aulas são na área que sou graduado.
- Sim, mas tenho algumas aulas de outra disciplina para completar minha carga horária.
- Não, não sou graduada.
- Não, sou licenciado, mas não trabalho na área de minha formação.
- Não, sou graduada, mas não tenho licenciatura.

Avalie as questões de 7 a 10, considerando em uma escala de 1 a 5, em que 1 é péssimo e 5 é excelente:

6- Seu empenho em preparar as aulas que ministra:

- 1- Péssimo 2- Ruim 3- Regular 4-Bom 5- Excelente

7- Sua relação com os alunos:

- 1- Péssimo 2- Ruim 3- Regular 4-Bom 5- Excelente

8- Sua relação com os colegas de trabalho:

- 1- Péssimo 2- Ruim 3- Regular 4-Bom 5- Excelente

9- Estrutura física da escola:

- 1- Péssimo 2- Ruim 3- Regular 4-Bom 5- Excelente

10- Como você avalia o salário que ganha:

- 1- Péssimo 2- Ruim 3- Regular 4-Bom 5- Excelente

11-Em sua opinião, quais os fatores que contribuem para o desinteresse escolar dos alunos do ensino médio?

12- Como esses fatores podem ser controlados?

13- Qual estratégia reduziria o desinteresse escolar dos alunos no Ensino Médio?

- melhorar a didática utilizada
- melhorar a estrutura física da escola.
- apoio da família dos alunos com dificuldade de aprendizagem.
- mais apoio dos professores aos alunos desinteressados.
- oficinas de reforço dos conteúdos que os alunos deveriam saber ao entrar no Ensino Médio.
- mostrar aos alunos a importância da escola.